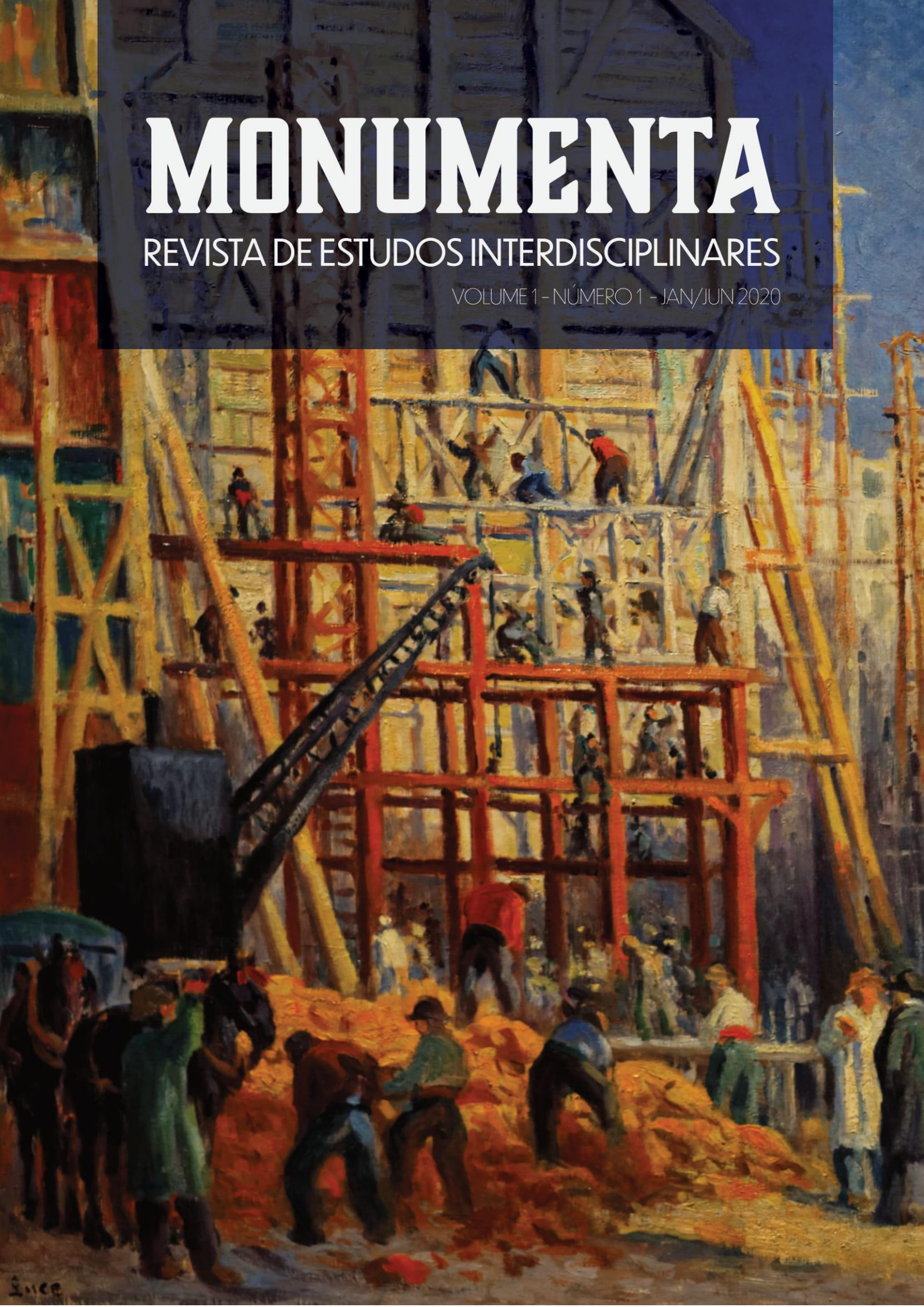


MONUMENTA

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 1 - NÚMERO 1 - JAN/JUN 2020





Faculdade
Guilherme
Guimbala
APRENDO ENQUANTO ENSINA



MONUMENTA – REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Publicação semestral da Faculdade Guilherme Guimbala

Volume 1, número 1, Janeiro-Junho de 2020

EDITOR-CHEFE

Charles Henrique Voos

COMISSÃO EDITORIAL

Charles Henrique Voos (FGG)

Moisés Alves Soares (UNISOCIESC e FGG)

Roselaine Pietra (FGG)

Caroline Sommerfeld-Ostetto (FGG)

Allan Henrique Gomes (FGG)

Rafael Mendonça (UNIVILLE e FGG)

SECRETÁRIOS-EXECUTIVOS

Cinara Leski Lemos

Nelson Nemes

REVISÃO

Nelson Nemes

FOTO DE CAPA

“Le Chantier”, de Maximilien Luce (1911)

ARTE DE CAPA

Welligton Cristiano Gonçalves

Monumenta: revista de estudos interdisciplinares / Faculdade Guilherme Guimbala, Centro de Pós-graduação, pesquisa e extensão – CEPPE. – V. 1, n. 1 (jan./jun. 2020)-. Joinville-SC : FGG, 2020- . [online].

183 p.

Semestral.

1. Interdisciplinariedade – Periódicos 2. Ciências Sociais. 3. Educação. 4. Fisioterapia. 5. Psicologia. 6. Terapia Ocupacional. I. Título. II. Faculdade Guilherme Guimbala-FGG III. Associação Catarinense de Ensino-ACE. IV. Centro de Pós-Graduação, pesquisa e extensão - CEPPE

CDD: 000

Elaborada por Luciane Varini Jardim – CRB 14/1291

Contato

Faculdade Guilherme Guimbala

Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão

Rua São José, 490 – Anita Garibaldi – Joinville/SC

CEP 89.202-010

Telefone: (47) 3026-4000

E-mail: ceppe@fgg.edu.br

Site: <http://www.fgg.edu.br/monumenta>

Sumário

| | |
|--|-----|
| Editorial | 5 |
| <i>Charles Henrique Voos</i> | |
| Cidade, trabalho e lazer: as experiências urbanas na perspectiva de haitianos em Joinville (SC)..... | 6 |
| <i>Orlando Afonso Camutue Gunlanda, Mateus Santos</i> | |
| O não-lugar do negro na história de Joinville: um olhar sobre as páginas do jornal A Notícia..... | 28 |
| <i>Juliane Guerreiro</i> | |
| Direito Penal seletivo: Uma análise histórica e social do Direito Penal como instrumento de divisão social..... | 52 |
| <i>Larissa Machado Barcelos, Ricardo Alexandre de Freitas</i> | |
| Percursos de um Laboratório de Psicologia Social Comunitária: pesquisa-intervenção e políticas públicas | 79 |
| <i>Allan Henrique Gomes, Jhonny William Candiotta Uttida, Letícia de Andrade, Ana Paula Salvatori</i> | |
| Acidente Vascular Cerebral: um olhar sobre a (re)organização no contexto familiar..... | 99 |
| <i>Caroline Evelyn Sommerfeld-Ostetto, Angelita Ferreira Meira Blazius, Marcia Regina Gugelmin, Milena Regina da Silva</i> | |
| A cidade como circuito de poder e desigualdades: <i>rent-seeking</i> urbano e reprodução social no Brasil | 124 |
| <i>Charles Henrique Voos</i> | |
| Elementos de uma aproximação ontológica do direito em Pachukanis..... | 145 |
| <i>Moisés Alves Soares, Regina Teresa Pinheiro da Silva</i> | |
| Surdos e terapia ocupacional: o que dizem as pesquisas?..... | 168 |
| <i>Jelson Budal Schmidt, Sabrina Luana Pereira, Josyane Kamilla Theilacker</i> | |

Editorial

Charles Henrique Voos

E nasce a Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares! Com grande satisfação, entregamos à comunidade acadêmica um periódico que poderá suprir uma lacuna na região de Joinville, cidade com quase 600 mil habitantes, mas sem um periódico sólido no campo interdisciplinar, considerando a força que o setor metal-mecânico impõe em todos os campos do âmbito local – inclusive o acadêmico.

Em primeiro lugar, queremos agradecer à Direção Geral da Faculdade Guilherme Guimbala, senhor Guilherme Guimbala Netto, por aceitar a ideia, a qual vinha sendo organizada desde meados de 2019. Agradecer também, ao senhor André Ricardo Rieper, Diretor Acadêmico da referida instituição, pelo apoio incondicional ao projeto. Com isso, estendemos os agradecimentos à toda comunidade acadêmica envolvida, nesta e nas futuras edições.

Este número possui oito artigos inéditos, advindos essencialmente de atividades exercidas na Faculdade Guilherme Guimbala, em todos os seus cursos de graduação, e alguns cursos na área de Especialização *lato sensu*. Como planejamento para as próximas edições da Monumenta, o Comitê Editorial pretende expandir-se, com a divulgação de dossiês temáticos, em periodicidade semestral (com possibilidade de expansão para publicação contínua após o período de estruturação) e adaptação para indexação nas principais plataformas científicas, nacionais e internacionais.

Por fim, desejamos vida longa a este novo projeto, e que possa dar grandes contribuições ao campo científico nacional, o qual enfrenta desafios jamais vistos nos últimos anos. Tenham todes uma ótima leitura!

Cidade, trabalho e lazer: as experiências urbanas na perspectiva de haitianos em Joinville (SC)

City, work and leisure: urban experiences from the perspective of Haitians in Joinville (SC)

Orlando Afonso Camutue Gunlanda

Mateus Santos

Resumo: Neste artigo discutem-se as relações entre cidade, trabalho e lazer a partir dos olhares e saberes de pessoas haitianas residentes em Joinville, Estado de Santa Catarina. As discussões apresentadas resultam de uma pesquisa que teve como objetivo principal compreender os sentidos que sujeitos haitianos atribuem à cidade de Joinville a partir de suas experiências e trânsitos por ela. A partir dos saberes da psicologia social em perspectiva crítica problematizam-se os modos de vida urbana, as relações que nela são produzidas e os lugares que cada corpo ocupa nessa paisagem, entre eles destacam-se os corpos negros, imigrantes, de nacionalidade haitiana. Como resultados, a pesquisa evidencia que maior parte dos entrevistados trabalha em setores industriais da cidade; o trabalho é tido como a principal fonte de renda para o sustento das famílias no Haiti; e o lazer é produzido a partir dos encontros entre amigos e conhecidos haitianos, na maior parte das vezes nos espaços de residências e não nos locais públicos da cidade.

Palavras-chave: Cidade; trabalho; lazer; relações étnico-raciais; psicologia social.

Abstract: This article discusses the relationship between city, work and leisure based on the views and knowledge of Haitian people living in Joinville, State of Santa Catarina. The discussions presented result from a research that had as main objective to understand the meanings that Haitian subjects attribute to the city of Joinville from their experiences and transit through it. From the knowledge of social psychology in a critical perspective, the ways of urban life, the relations that are produced in it and the places that each body occupies in this landscape are problematized, among them the black bodies, immigrants, of Haitian nationality. As a result, the research shows that most of the interviewees work in industrial sectors of the city; work is seen as the main source of income to support families in Haiti; and leisure is produced from meetings between friends and Haitian acquaintances, most often in the spaces of residences and not in public places in the city.

Keywords: City, work, leisure, ethnic-racial relations, social psychology.

INTRODUÇÃO

A cidade é lugar de inscrições históricas e espaço de realização da vida. Ela apresenta-se como uma “composição de materiais diversos - pedra, tijolos, cimento, areia, asfalto, plantas, entre outros -, de interações sociais, da vida social que a realiza, e ao mesmo tempo pelas sensibilidades ali presentes” (BERRI; ZANELLA; ASSIS, 2015, p. 127). Essa condição faz do espaço urbano lugar de múltiplos encontros e muitas experiências.

A cidade é, por conseguinte, espaço de relações sociais e produção de subjetividades. Configura-se como lugar de encontro, de potência de vida, onde as relações vividas, das quais os sujeitos participam, são constitutivas de suas características singulares (ASSIS, 2016).

Por isso, na cidade coexistem diferentes vozes sociais que produzem, constantemente, variados modos de habitá-la. Segundo Barros (2015), vozes sociais são

produtos da criação ideológica ou de uma enunciação, com tudo o que está aí subentendido: contexto histórico, social, cultural, etc. Em outras palavras, nenhuma voz social existe fora da sociedade, só existe nela e para ela e não pode ser reduzida à sua materialidade linguística ou dissolvidas nos estados psíquicos daqueles que a produzem ou a interpretam (p. 27).

Não há, portanto, uma cidade homogênea, com modos de vida comuns a todos, nem mesmo uma cidade experimentável de igual forma para todas as pessoas. A cidade é heterogênea, constituída por uma multiplicidade de tensões e, ao mesmo tempo, espaço de constituição de sujeitos, caracterizados por suas singularidades (BARBOSA; ZANELLA, 2014; BATISTA; FERREIRA, 2012).

Por conta disso, a polifonia, tensão e o movimento constituem a paisagem urbana. Polifonia na medida em que existe um conjunto de vozes sociais ecoando na cidade, entretecendo passado, presente, futuro e configurando o cenário do que se apresenta como atual (BAKHTIN, 2008). A partir das

discussões de Canevacci (2004), entende-se que o aspecto polifônico da cidade é caracterizado pelo entrecruzamento de diversas vozes copresentes nos espaços de trânsito e comunicação urbana.

Além da polifonia, outra característica que constitui a urbe é a tensão, ou seja, na medida em que o corpo da cidade congrega um conjunto de corpos que ocupam espaços são estabelecidas hierarquias e normatizações, produzem-se diversas tensões. Por este motivo, a tensão se apresenta como premissa importante para a compreensão dos diferentes processos que acontecem na dinâmica urbana, entre eles os processos migratórios.

Constantemente pessoas deixam seus países de origem para percorrer outros, processo que pode ser por um determinado período de tempo ou de forma definitiva. A complexidade desses deslocamentos, as novas tessituras que se originam desse processo, as tensões étnico-raciais, as inúmeras negociações e reconfigurações que pessoas imigrantes precisam desenvolver e o modo como as cidades, especificamente o caso de Joinville, se organiza com a presença desses novos corpos são questões que se apresentam como relevantes para as pesquisas em psicologia social na contemporaneidade.

Para Cotinguiba (2014) há muito tempo, a mobilidade de pessoas no mundo é caracterizada por inúmeros fatores, tais como perseguições políticas, cataclismos naturais, fome e violência vinculadas à esperança de encontrar estabilidade em outras terras. Apesar destes fatores, a compreensão do fenômeno migratório nem sempre é alcançada em sua plenitude, logo essas mobilizações incrementam as diferenças culturais entre os povos, e, os mesmos acabam sendo expostos à intolerância, à exclusão e à discriminação nos países de migração.

A princípio, um dos desafios do estrangeiro é a superação das diferenças culturais encontradas no país destinado. Tendo como desafio inicial o domínio da língua, sendo este, um obstáculo para acessar e participar da dinâmica de uma cidade. Nesse processo realiza-se em espécie de negociação de visões de mundo a fim de constituir uma gramática capaz de diminuir as diferenças

existentes entre imigrantes e nacionais; fator indispensável à socialização (AZEVEDO, 2016).

O objetivo central do estudo que realizamos foi compreender os sentidos que os sujeitos haitianos residentes em Joinville atribuem à essa cidade, localizada na região sul do país. Além disso, foi objetivo específico da pesquisa compreender os modos de circulação na cidade e as formas de produção de lazer que esses estrangeiros constituíram.

Na atualidade, os processos de migração podem ser descritos pelo menos a partir de três perspectivas: migrações realizadas por situações de risco social e vulnerabilidade socioeconômica dos países de origem; migrações por motivos de trabalho; e migrações que são feitas por motivos pessoais. Em todos os casos realizam-se interações que reconfiguram as cidades do ponto de vista cultural, econômico, social e político.

Além da condição de estrangeiros, os sujeitos que participaram da pesquisa eram todos negros. Portanto, a condição étnico-racial possibilitou modos específicos de acessar a cidade, além da condição de classe e gênero. São corpos que experimentam cotidianamente as variadas formas de opressão: classe, raça e gênero. Especialmente numa cidade que assume para si a narrativa de ser um território majoritariamente germânico, branco.

Os trabalhos de Lilian Moritz Schwarcz (1995), Kabengele Munanga (2004) e Lia Vainer Schucman (2012), sinalizam o fato de que as classificações da humanidade pelo critério racial deram suporte para o surgimento daquilo que chamamos de “ideologias racistas”, isto é, a categoria “raça” tornou-se uma das principais formas de compreensão das produções culturais, superioridade moral, intelectual, política dos povos europeus, ampliando as condições para a escravização, colonização e criação de políticas racistas que produziram modelos de preservação do patrimônio racial branco-europeu. Schucman (2012) define o racismo como sendo

Qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres

humanos, baseado no conceito de raça. Isso porque, mesmo esse critério não tendo nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais (p. 41).

Schucman (2014) destaca ainda que as ideologias racistas diz respeito ao modo como manifestam-se as relações racistas: (1) nas relações interpessoais – *racismo individual* e, (2) nas relações institucionais – *racismo institucional*. No primeiro caso, o racismo evidencia-se nas relações interpessoais mediante ações/dizeres/saberes de discriminação racial. Já no segundo caso, os mecanismos de discriminação racial estão inscritos nas estruturas sociais que compõem a paisagem urbana. Assim, discutir o racismo sob esta perspectiva implica problematizar os processos que engendram saberes construídos nos espaços sociais a partir da diferenciação das pessoas pela sua cor de pele, objetivando-se no modo como cada pessoa acessa a cidade, circula e produz sua vida nela.

No caso dos sujeitos dessa pesquisa, além da condição de estrangeiros, experimentam cotidianamente as opressões produzidas pela racialização dos seus corpos. São corpos negros, corpos que tendem a ser menos valorados no espaço social como o de Joinville e expostos às mais diversas formas de violências estruturadas pelo racismo constituinte das cidades brasileiras, especialmente as da região sul.

PERCURSO METODOLÓGICO

Peter Kevin Spink (2008) compreende a pesquisa em psicologia social como processo de investigação dos acontecimentos do dia-a-dia. Por isso, o(a) pesquisador(a) “deve se conectar aos fluxos constantes de pessoas, falas, espaços, conversas e objetos, de modo a mapear e analisar as práticas sociais cotidianas” (GOMES, 2017, p. 3).

Dessa forma, pesquisar o cotidiano de uma cidade, as relações que são produzidas nela, bem como os sentidos que os sujeitos dessa cidade produzem acerca de suas experiências cotidianas faz da pesquisa em psicologia uma prática social de conversa e de debate nos encontros diários (SPINK, 2008).

Participaram da pesquisa apenas estrangeiros de nacionalidade haitiana, negros, residindo na cidade há mais de um ano. Foram entrevistadas pessoas maiores de dezoito anos, com idades compreendidas entre 23 a 54 anos. O projeto foi submetido e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa sob o número 3.275.653. Cada um dos participantes da pesquisa recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram informados sobre todos os procedimentos da pesquisa e seus possíveis desdobramentos.

A ida ao campo, para produção das informações, ocorreu durante os meses de julho e agosto de 2019, totalizando 15 dias. Para isso, foram utilizadas gravações em áudio. As entrevistas duraram em média vinte e cinco minutos cada uma, somando o total de duas horas e cinquenta minutos de conteúdos gravados. Para a preservação da identidade dos participantes da pesquisa, substituímos os nomes pelos seguintes números sequenciais (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7).

Quadro 1 – perfil dos participantes.

| Participantes | Idade | Sexo | Bairro | Profissão | Tempo na cidade |
|----------------------|--------------|-------------|---------------|-----------------------------------|------------------------|
| P1 | 34 | Masculino | Boa Vista | Op. Produção | 5 anos |
| P2 | 27 | Masculino | Jardim Iririú | Op. Produção | 6 anos |
| P3 | 34 | Masculino | Iririú | Op. Produção | 3 anos |
| P4 | 23 | Masculino | Itinga | Op. Produção | 1 ano |
| P5 | 41 | Masculino | Boa vista | Op. Produção | 5 anos |
| P6 | 32 | Feminino | Itaum | Atendente e Op. Produção | 4 anos |
| P7 | 54 | Masculino | Itaum | Proprietário de loja de roupas | 3 anos |

Fonte: Entrevistas realizadas (2019).

O processo de análise das informações produzidas pela pesquisa foi realizado a partir dos pressupostos teóricos da Análise Dialógica do Discurso (ADD). Para a ADD o dialogismo é tanto o princípio constitutivo da linguagem como a condição do sentido do discurso. Com isso, se compreende que o discurso não é individual, mas histórico, dialético e social.

Assim, as relações histórico-sociais formam as consciências. Ao mesmo tempo, as “consciências, uma vez constituídas, interagem entre si constantemente produzindo o mundo, os sistemas de referências e os planos histórico-sociais. Portanto, a dialogia se apresenta como condição elementar para a existência histórica” (BAKHTIN, 2013, p. 54). Para tal, consideramos cada fala dos participantes da pesquisa a partir dos dois aspectos de um enunciado: o verbo-visual e o extra verbal (BAKHTIN, 2013).

No primeiro aspecto consideramos as interações verbais, os gestos, as entonações e os dizeres produzidos durante as falas dos sujeitos de pesquisa. Com o segundo aspecto consideramos aquilo que era presumido, isto é, “os conhecimentos que não estão explicitamente demarcados na materialidade analisada, mas, sim, nos implícitos sócio-histórico-ideológico-contextual de um enunciado” (MENEGASSI; CAVALCANTI, 2013, p. 440).

INTERSECCIONALIDADE DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EXPERIÊNCIA COM A CIDADE

Na região sul do país, em meados do século XIX, houve uma forte promoção da colonização do seu território por imigrantes europeus, principalmente alemães, italianos e poloneses, tendo como objetivo dessa imigração o incentivo, o povoamento e a instalação de pequenos agricultores (WEBER *et al*, 2019). Atualmente, o Brasil prossegue vivenciando um fluxo migratório, especificamente com uma mudança da nacionalidade de imigrantes, com entrada significativa de haitianos e outros povos.

Conforme visto nos processos históricos, não existe um único motivo para esse fluxo migratório e sua origem pode ser configurada em múltiplos fatores, tais como política externa, no caso de guerras, desastres ambientais, perseguições políticas, vulnerabilidade e instabilidade social, que os levaram a deixar seu país de origem (WEBER *et al*, 2019). Desse modo, as principais evidências de se fixarem no país, encontram-se na possibilidade de conquistar um trabalho e manter a família.

Silvio Almeida (2019, p. 32) compreende o racismo como uma forma sistemática de “discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos”. O mesmo autor entende que no contexto brasileiro qualquer discussão racial deve considerar a existência de três concepções de racismo: o individual, o institucional e o estrutural. O individual compreende as relações entre racismo e subjetividade; o institucional diz respeito às relações entre racismo e Estado; e, por fim, o estrutural diz respeito às relações entre racismo e economia.

Rolnik (2009) propõe três imagens-pensamento para compreender os espaços urbanos contemporâneos: a cidade imã, a cidade política e a cidade escrita. Enquanto imã, ela se caracteriza como espaço de concentração populacional cada vez maior, gerando concentração de riqueza e de todos os bens e serviços do capitalismo; como espaço político, a cidade constitui-se de relações de poder entre os diversos agentes que compõem a vida pública; como escrita, o espaço urbano é um conjunto de textos escritos em diferentes temporalidades.

Portanto, pesquisar as experiências que acontecem em qualquer cidade brasileira exige de nós a compreensão de como as relações étnico-raciais compõem os textos da urbe e organizam as relações entre as pessoas, produzindo diferentes modos de ser e estar na cidade.

O participante P1, por exemplo, fez o seguinte relato:

[...] o que é pior é o racismo, a pessoa só te olha e tem um olhar preconceito, isso também pra mim é uma doença. E como curar isso? Só questão de educação entendeu? Para pessoa entender que não é pele que faz uma pessoa, é o que a pessoa é mesmo, o que ela é, quem ela é. Então é questão de cultura, mas todo país tem, até no Haiti tem. (P1)

Outro participante relata encontrar dificuldades na cidade devido à possível falta de abertura com o estrangeiro. *“Aqui em Joinville acho que não é todo mundo que gosta de estrangeiro.”(P3)*. Quando questionado a respeito do sentido disto, P3 respondeu que *“não é todas, mas tem uma parte, tem uma parte que gosta e outra que não gosta muito. Acho que tem gente que não gosta porque sou estrangeiro e vim aqui pra pegar o lugar dele”*. Confirma sua narrativa ao exemplificar uma experiência em sua trajetória na cidade. *“Tem uma vez que eu vi uma pessoa me olhando, daí eu falei bom dia e ele respondeu: sou seu amigo? Ele não respondeu bom dia, apenas perguntou se era meu amigo. Era no mercado e ele estava me olhando”*. (P3).

Na mesma dinâmica da dificuldade atrelada ao racismo, P2 discorre: *“O povo se você não conhece não pode simplesmente chegar, o povo não tá aberto assim de falar com as pessoas entende, o povo Joinvilense é um povo fechado, nas amizades assim”*. Quando questionado sobre o significado do “fechado”, respondeu que era um povo que *“não abre com outras pessoas, tipo estrangeiros para fazer amizade sabe, não sei se é preconceito, não sei se te dizer sabe. Ou por ser outra cultura, mas tem tudo isso”*(P2).

Embora não tenhamos obtido relato de todos os participantes sobre a vivência de cenas racistas no cotidiano, tornou-se necessário pontuar as implicações étnico-raciais nos modos como os imigrantes haitianos negros experimentam e acessam a cidade. Diante do exposto, compreende-se que a discriminação racial negativa – materialização do racismo - contra os imigrantes haitianos se manifestam de diversas formas, tendo a xenofobia como a mais evidente no contexto de Joinville.

OS SENTIDOS SOBRE A PRESENÇA NA CIDADE

Os diálogos com os sujeitos da pesquisa levaram-nos a pensar que a presença de imigrantes haitianos em Joinville inscreve sobre a paisagem da cidade novas presenças, novas imagens e projeta novos encontros. Por isso, Nogueira (2009, p.79) compreende que: “a cidade seria uma esfera privilegiada para o aprendizado das diferenças, por ser uma arena cultural e por nos empurrar à sociabilidade, forçando a percepção das diferenças e sua negociação”.

Com essas novas presenças, a cidade passa a ter novas configurações, previstas no âmbito econômico e cultural. Porém, essa reconfiguração é caracterizada por tensões, negociações, desafios, possibilidades que são tecidas no cotidiano. Um exemplo disso pode ser encontrado na narrativa de P1:

[...] a gente contribui de forma econômica. Ontem, por exemplo, tinha reunião com um grupo de haitianos em questões de investimento. A gente compra casa, quando o imigrante entra no país começa envolver, contribui na economia, incentiva a economia. Então não somente no aluguel, a gente incentiva imobiliária, a gente compra casa e estou pagando muito caro por mês. (P1)

Em conformidade com o sujeito P1, estar na cidade é participar da cadeia econômica da mesma. Ele se sente integrante e contribuinte do mercado econômico. P1 compreende que sua presença na cidade contribui para o mercado imobiliário, não apenas pagando aluguel, mas também investindo um alto valor. Embora sinalize o desafio de custear o alto valor do aluguel, por exemplo, P1 sinaliza a ideia de que sua relevância na cidade se dá na medida em que participa do consumo de certos bens e serviços. É a consciência de consumidor que gera uma espécie de “sujeito útil para a cidade”.

Bader Sawaia (2014) compreende que o capitalismo produz processos dialéticos de inclusão/exclusão. Na perspectiva dessa autora “o papel

fundamental da miséria e da servidão na sobrevivência do sistema capitalista constitui a ideia de que a sociedade inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital” (SAWAIA, 2014, p. 109). É intrínseco ao capitalismo a reconstituição contínua de formas de desigualdades socioeconômicas. Ao mesmo tempo em que as populações pobres acessam certos serviços e bens produzidos pelo sistema capitalista, esse acesso continua sendo desigual e mantém a funcionalidade da máquina econômica capitalista. Essas populações acessam serviços e bens, mas sempre a partir da margem e periferia do poder econômico.

No caso de Joinville, embora maior parte dos imigrantes haitianos, negros e negras, participam do mercado imobiliário, por exemplo, é necessário lembrar as regiões da cidade em que tais imóveis estão localizados. Na sua maioria localizam-se nas regiões mais afastadas do “eixo concêntrico” da cidade (ROLNIK, 2009). Considerar esses aspectos é fundamental para compormos uma leitura crítica dos discursos que aparentemente enunciam condições igualitárias dos acessos e trânsitos para todos os sujeitos na vida urbana.

Gunlanda e Gomes (2018), tendo como referência a condição das pessoas em situação de rua, afirmam que os modos de acessar e experimentar a cidade de Joinville está relacionado ao tipo de capital econômico que cada sujeito dispõe. Por isso, os autores compreendem que a cidade não é igual para todos(as). Ela é experimentada a partir do posicionamento de cada sujeito na dinâmica de classe, raça e gênero que compõem as relações de poder constituintes da urbe.

P1 prossegue sua fala afirmando o seguinte:

[...] A gente contribui na minha rua, a gente incentiva as pessoas a como poder deixar a rua mais bonita, pois é de chão. Comecei a incentivar com dinheiro pra colocar asfalto, então é assim, tem que contribuir né, quando mora em uma rua ou bairro é assim, tem que deixar sua marca de uma forma. (P1)

Na cidade, assim como nas regiões rurais, homens e mulheres imprimem suas marcas, deixam seus registros e inscrevem suas presenças (NOGUEIRA, 2009). P1 além de compreender que sua presença na cidade de Joinville contribui para a dinâmica econômica da mesma, considera também que sua inscrição no bairro, especificamente na rua onde mora, evidencia sua condição de sujeito histórico. Ou seja, P1 entende-se como produtor de inscrições na rua. Inscrições essas que afetam a dinâmica do bairro e da vida dos seus moradores.

Portanto, P1 anuncia um posicionamento ético-político¹: ele é um corpo que altera as condições do seu território. Sinaliza-se uma potência de ação, uma capacidade de agência (ESPINOSA, 2009). Ser sujeito de agência é ter consciência de sua liberdade para agir no mundo, mesmo diante dos impedimentos colocados para os corpos que são racializados, especialmente os corpos negros. Perceber-se como sujeito que pode “*deixar a sua marca*” é afirmar a potência dos corpos, das vozes e modos de vida daqueles que historicamente foram subalternizados. Lembrando que no caso do sujeito P1, que é imigrante negro de um país que não ocupa o centro do capitalismo mundial, portanto, um território mundialmente periférico, alterar a rua de uma cidade tida “germânica” é de significativa potência ético-política.

Outro participante da pesquisa, denominado P5, residente na cidade há 5 anos, morador do bairro Boa Vista fez o seguinte relato acerca de sua experiência com e na cidade:

Olha Joinville é um lugar bem legal para morar, não só porque somos imigrantes, mas porque Joinville está recebendo muitas pessoas de todo país. Segunda-feira passada eu ouvi uma senhora falando em espanhol no celular, então dei “oi” para ela e falei: vocês não são brasileiras? Não, somos venezuelanos - ela respondeu. Falei: que bom! Falei para ela ir ao Boa Vista e lá você vai encontrar trabalho.

¹ O sofrimento ético-político é compreendido como uma construção social e histórica que produz sentimentos de invalidez, culpabilização e humilhação nos grupos sociais incluídos perversamente na sociedade capitalista (SAWAIA, 2014).

A condição de estrangeiro impõe outras formas de pensar o mundo, as relações e a própria vida. Ocupar esse lugar possibilita, em muitos casos, a constituição de sensibilidades que possibilitam acolhimento, partilhar e fortalecimento de vínculos. É possível reconhecer esses aspectos na fala de P5. Ele realiza uma espécie de orientação para outras pessoas que são estrangeiras na cidade. Essa orientação se dá pela identificação da condição de existência no corpo da cidade joinvilense, possibilitando a partilha de informações e saberes sobre Joinville. Uma experiência ética e política, pois se experimenta uma relação de paridade e, ao mesmo tempo, de solidariedade que viabiliza conexões outras entre sujeitos.

O participante P2, residente na cidade há 6 anos, morador do bairro Jardim Iririú, faz o seguinte relato da cidade:

Bom, durante esse tempo que eu estou aqui em Joinville está sucesso, porque eu estava aqui com meu irmão, mas minha mãe não estava aqui, agora ela está aqui. Eu não tinha mulher, agora tenho. Eu não tinha filho, agora tenho. Já estou construindo uma vida, tipo, é uma escada sabe? Então pra mim Joinville é um lugar que eu me considero muito, porque aqui eu ganho meu pão e posso dizer que Joinville faz parte de mim agora, entende? Posso embora daqui do Brasil sim, mas Joinville vai ficar no meu pensamento, na minha história.

Para esse participante da pesquisa a cidade de Joinville tem sido um lugar de conquistas e realizações de vida. Contiguiba (2014) compreende que os sentidos que muitos imigrantes haitianos produzem acerca das cidades brasileiras estão relacionados aos modos como esses espaços possibilitam ou não a realização de certas projeções de vida.

Ainda sobre essa mesma perspectiva o P2 pontua que *“a cidade é boa. Logo que cheguei comecei a trabalhar. Isso era o que a gente estava procurando, uma vida melhor, então estou aqui”*. Assim como qualquer outro sujeito contemporâneo, a cidade se torna boa e espaço possível de realização de vida

na medida em que ela possibilita a produção de vínculos orgânicos, com suas respectivas proteções e reconhecimentos (PAUGAM, 2014).

Embora seja necessário sinalizar que maior parte dos vínculos orgânicos que os(as) imigrantes haitianos(as) têm em Joinville são de extrema precariedade salarial em relação aos demais trabalhadores brancos e joinvilenses. Nesse sentido, os imigrantes haitianos negros associam-se às estatísticas brasileiras que apontam o fato de que as piores condições de trabalho e remuneração ainda são experienciadas majoritariamente pelos corpos negros, quer sejam brasileiros ou estrangeiros.

OS SENTIDOS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO EM JOINVILLE

Algo comum ao imigrante haitiano é vir sozinho ou em pequeno grupo para o Brasil, decorrentemente deixando familiares no país de origem, tendo como compromisso o auxílio no suprimento de necessidades dos que permaneceram no Haiti. Por conta disso, o trabalho é compreendido como possibilidade de manutenção financeira aqui no Brasil e envio de valor para as famílias que estão no Haiti.

O participante P3 mora no bairro Iriiriú, reside na cidade há 3 anos e trabalha como operador de produção em uma das indústrias da cidade. Durante seu relato sobre os sentidos do trabalho em sua vida afirmou o seguinte: *“Trabalho pra mim é para ganhar dinheiro, pra ajudar alguém que não tem, minha família no Haiti também. Tenho pai, mãe e irmãos lá. A gente quer ajudar né”*(P3). Tal como nos lembra Paugam (2014), o trabalho/emprego enquanto vínculo orgânico é fundamental para a manutenção dos vínculos eletivos e de filiação, levando em conta todos os seus reconhecimentos e suas proteções.

Numa sociedade capitalista o trabalho/emprego é condição fundamental para a manutenção biológica, psíquica e política. No caso dos participantes da pesquisa, a vinda ao Brasil foi mobilizada, na maior parte dos casos, pela busca

de novas condições de trabalho. Nesse sentido, a imigração dessa população pelos diversos lugares do continente americano e europeu está relacionada à busca de condições mais favoráveis de empregabilidade e sustento.

P4, residente na cidade há 1 ano, morador do bairro Itinga afirma: “*O trabalho pra mim é ajudar a família, ajudar a própria pessoal também*”(P4). Especificamente quando questionado sobre a necessidade de enviar ajuda financeira para os familiares que ainda residem no Haiti, ele afirmou o seguinte: “*Não posso ficar sem fazer nada porque gosto muito da minha mãe e pai entendeu? Quero ajudar mais meus pais. Agora eu ajudei minha mãe a fazer uma casa porque era ruim a casa, quando tinha chuva entrava água, é complicado*”.

Na mesma perspectiva, P7, residente há 3 anos na cidade e morador do bairro Itaum narra o seguinte: *Todo estrangeiro que vem aqui tem família que ficou no Haiti, filho, pai, mãe, tem que mandar dinheiro todo mês. Se não trabalhar é difícil [...]eu sou estrangeiro e não posso ficar sem fazer nada, tenho família no Haiti*”. Embora percebem-se as condições precárias de trabalho dessa população aqui no Brasil, especialmente na região sul, os participantes da pesquisa apontavam para a necessidade de manutenção dos familiares que permaneceram no Haiti o principal motivo para enfrentar qualquer condição de trabalho no contexto brasileiro.

A expectativa de conseguir trabalho, melhorar a condição de vida pessoal e dos outros integrantes da família que ficaram no Haiti são os principais motivos da imigração das pessoas que participaram dessa pesquisa. As narrativas dos participantes entrelaçam afetos, memórias e projeções de futuro como mediações para o enfrentamento dos desafios cotidianos nos locais de trabalho e na cidade de modo geral. Os vínculos de filiação mobilizam de forma potente as ações desses sujeitos na dinâmica de trabalho da cidade. Embora seja necessário sempre destacar que esses corpos ocupam um lugar racializado. Não são imigrantes brancos, europeus ou norte-americanos. São imigrantes negros. Portanto, além da condição de estrangeiros e imigrantes respondem, também, pelo lugar da raça.

OS SENTIDOS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE LAZER EM JOINVILLE

Outra discussão que emergiu durante a investigação foi sobre o lazer. Em conexão com as discussões sobre cidade e trabalho está a discussão sobre o lazer. Pensar essa conexão na contemporaneidade é verificar a inseparabilidade entre os espaços de trabalho/emprego e lazer. Destarte, o lazer contemporâneo se apresenta como possibilidade de distanciamento das relações empregatícias e, ao mesmo tempo, como uma das formas de capturar os sujeitos para uma lógica de trabalho.

A incongruência é que atualmente o lazer também foi confinado pela lógica da produtividade e rendimento, tornando-se possibilidade de captura de mais-valias (SERPA, 2016). Essa complexidade aparece na fala do participante P2 ao relatar o seguinte:

Lazer pra mim é sair do serviço, tomar meu banho e relaxar, escutando “sonzinho”. Assistir filme eu assisto muito. Eu me satisfaço muito assim [...] lazer às vezes, sair com a família no shopping faz parte do meu lazer, mas isso não é todo dia ou toda semana entende? Mas estou tranquilo assim. (P2)

A partir dessa narrativa percebe-se que o lazer não é produzido em espaços públicos tal como muitos dos outros moradores da cidade. Muitos dos participantes relatam que as principais práticas de lazer são intimistas, como assistir filme ou escutar músicas. Ao que parece, os imigrantes não sobem o mirante, não acessam com frequência as praias mais próximas da cidade, não acessam com frequência os lugares consagrados como espaços de lazer público.

Quando questionado sobre os sentidos do lazer, P1 fez o seguinte relato: *“Lazer pra mim é a forma que estou vivendo, para outra pessoa pode ser ir à praia, shopping, mas para mim ainda não. Então lazer pra mim é a forma que você se sente melhor”* (P1). No mesmo sentido P7 diz que lazer seria *“ficar em*

casa assistindo televisão. No Haiti era diferente, sábado e domingo ia à praia” (P7). Já o P5 afirma que o “nosso lazer acho que é só ir na igreja né”(P5).

A condição de imigrantes impõe uma série de limitações no modo como se experiencia a cidade. Entre essas limitações está o acesso aos locais de lazer da cidade. A partir do relato do P7 podemos perceber que existe uma alteração na forma como se produzem práticas de lazer no Haiti e na cidade de Joinville. Lá, era possível ir à praia, mas aqui só é possível desenvolver atividades de lazer em casa, ficar vendo televisão ou ir para a igreja.

Esse processo evidencia a transformação radical que imigrantes haitianos experimentam ao saírem de seus contextos anteriores de vida. Na experiência dos participantes da pesquisa estar longe de casa é também distanciar-se das práticas de lazer que costumavam realizar, pois estão em um novo contexto de vida, com novas configurações e desafios.

Ao mesmo tempo, P1, por exemplo, compreende que o lazer tem a ver com aquilo que lhe deixa bem, aquilo que potencializa seu corpo e produz bem-estar pessoal. Apesar das condições socioeconômicas precárias que muitos desses imigrantes enfrentam, verificamos uma espécie de “potência de ação” (SAWAIA, 2014) que possibilitava a criação de condições outras de vida, dentro das contingências às quais estão submetidos. Procurar fazer o que faz bem, mesmo com as limitações dos acessos, é desenvolver “valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político” (SAWAIA, 2014, p. 115).

As práticas de lazer estão relacionadas ao tempo de ociosidade, descanso e distanciamento das atividades laborais. Ter tempo para desligar-se do trabalho é fundamental para a produção de saúde e bem estar. É fundamental para a elaboração das inúmeras coisas que nos acontecem cotidianamente. O lazer dá espaço para a imaginação, ludicidade e criatividade, condições necessárias para (re)criação da vida e dos sentidos sobre ela. Por isso é que as atividades recreativas e de lazer são fundamentais para o cotidiano de uma cidade e dos sujeitos que nela transitam.

Outro aspecto comum nas falas dos participantes do estudo é a compreensão de que ir à igreja e estar junto com a família e amigos eram formas de recuperar as energias para o trabalho. Tanto a religião quanto os encontros com os outros haitianos aparecem como formas de vínculos potencializadores na construção de repertórios afetivos para o enfrentamento da saudade dos familiares que ficaram no Haiti, falta da cultura e do país de origem.

Além disso, a igreja e os amigos compõem o conjunto de espaços que chamamos de lugares de calor (SAWAIA, 1995). Aqueles espaços e tipo de relações que esquentam os corpos, aumentam sua temperatura a fim de potencializar sua capacidade de agir no espaço e tempo. Os lugares de calor são espaços centrais para a produção de saúde mental e constituição daquilo que a mesma autora chama de felicidade pública: sentimento que advém do fato de ser reconhecido e protegido pela comunidade política na qual estamos vinculados.

Segundo essa autora, “para que um espaço adquira o sentimento de ‘meu’ é preciso mais que a familiaridade. O que produz o calor do lugar é segurança e uma forte dose do sentimento de sentir-se gente entre pares” (Sawaia, 1995, p. 23). O calor do lugar é, pois, condição necessária para qualquer sujeito, em qualquer condição. Os encontros com outros imigrantes haitianos têm sido momentos de calor, tempo de fortalecimento de vínculos e momento de produção de memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa visou estabelecer relações entre cidade, trabalho e lazer de pessoas haitianas em Joinville. Assim, os dados obtidos foram organizados e de acordo com os sentidos que emergiram no discurso dos participantes. Com base nos resultados apresentados, considera-se que o estudo possibilitou a compreensão dos saberes e dizeres que sujeitos haitianos produzem acerca de suas experiências com a cidade de Joinville. Cabe pontuar um alcance

significativo no objetivo da pesquisa, sendo possível conhecer como os participantes produzem lazer e, conseqüentemente, suas relações com o trabalho.

Sugere-se que novos estudos sobre esse tema sejam realizados para que possam colaborar com as discussões teóricas contemporâneas sobre as relações entre migração, relações étnico-raciais e vida urbana. Dentre as alternativas de estudos que podem ser realizadas, indica-se que pesquisas de cunho semelhantes sejam realizadas com pessoas haitianas do sexo feminino, pois a maioria dos participantes deste estudo foram homens.

Vale lembrar também que as discussões sobre a constituição das cidades brasileiras e suas dinâmicas devem sempre levar em conta as implicações que as teorias racistas tiveram na organização das paisagens urbanas e na distribuição geográfica das populações negras e no tipo de presença valorizada e, conseqüentemente, oficializado nas cidades que compunham a então colônia portuguesa. Essa perspectiva é fundamental para a compreensão dos modos como os “novos” imigrantes negros, especialmente haitianos e africanos, circulam pelas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, C. D.; SANT'ANA, V. A. Violência Contra Haitianos e a Repercussão na Mídia Brasileira. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Caxias do Sul, RS., ano 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0128-1.pdf> acesso em 12.06.2020.

AZEVEDO, E. M. S. Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 20, dez. 2016. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/31175/0> acesso em 14.05.2020.

- ASSIS, N. Cidade Polifônica: indícios de memórias outras na paisagem. Tese de Doutorado. Orientadora: Andreia Vieira Zanella. Florianópolis: UFSC, 2016.
- BAPTISTA, L. A.; FERREIRA, M. S. (org.). Por que a cidade? Escritos sobre a experiência urbana e subjetividade. Niterói, Editora da UFF, 2012.
- BAKHTIN, M. Problemáticas da Poética de Dostoievski. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- _____. Problemas da poética de Dostoievski. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. (Revista). Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- BERRI, B.; ZANELLA, V. A.; ASSIS, N. Imagens da cidade: o projeto ArteUrbe. Rev. Polis e Psique, 5(2): 2015, pp. 123 – 149. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/48069> acesso em 20.06.2020.
- CANEVACCI, M. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Tradução Cecília Prada. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- COTINGUIBA, Geraldo Castro. Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios. Porto Velho/RO, 2014.
- ESPINOSA, B. Ética. (Tomaz Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- GOMES, M. A. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 29, 2017. disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822017000100236&script=sci_abstract&tlng=pt acesso em 22.06.2020.
- GOMES, A. H.; GUNLANDA, O. A. C. Entre telas e cenas da rua: a mediação audiovisual no encontro com vidas outras nas cidades. In: Juliano Del Gobo. (Org.). A psicologia frente ao contexto contemporâneo. Ponta Grossa: Antonella Carvalho de Oliveira, 2018.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In A. A. P. Brandão (Org.). *Cadernos Penesb* 5, Niterói: EdUFF, 2004.
- MENEGASSI, R. J. CAVALCANTI, R. S. M. Conceitos axiológicos bakhtinianos em propaganda impressa. Alfa, São Paulo, 57 (2): 433-449, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alfa/v57n2/05.pdf> acesso em 05.06.2020.
- NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 69-85, Apr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198402922009000100006&script=sci_abstract&tlng=pt acesso em 21.06.2020.

PAUGAM, S. o enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial no processo de desqualificação emocional. In: Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Bader B. Sawaia. 14^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PINHEIRO, K. F.; SOARES, J. C. Cidade do lazer: expectativa de prazer. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v.9, n. 3, p. 963-982, set. 2009. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000300010

SAWAIA, B. B. (org). Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Orientadora: Leny Sato. São Paulo: USP, 2012.

_____. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade, 26(1), 2014, 83-94. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822014000100010&script=sci_abstract&tlng=pt acesso em 12.06.2020.

SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1^a reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

SERPA, A. Lazer e trabalho no espaço urbano-metropolitano contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 137-148, fev. 2016. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S198422012015000400137&lng=en&nrm=iso&tlng=pt acesso em: 20.06.2020.

SOUZA, S.; BOING, E. M. A Imigração Haitiana em Joinville (SC) e as Estratégias de Inserção em Busca da Cidadania. Curitiba, 9 set, 40^o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017. Disponível em:
<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0725-1.pdf> acesso em: 20.06.2020.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. Psicol. Soc. [online]. vol.20, n.spe, 2008, pp. 70-77. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000400010&script=sci_abstract&tlng=pt acesso em 20.06.2020.

WEBER, J. L. A. *et al.* Imigração Haitiana no Rio Grande do Sul: Aspectos Psicossociais, Aculturação, Preconceito e Qualidade de Vida. Psico-USF, [S. l.], 2019, p. 173-185. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-82712019000100173&lng=en&nrm=iso&tlng=pt acesso em 20.06.2020.

Orlando Afonso Camutue Gunlanda

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Faculdade Guilherme Guimbala. gulondapsi@gmail.com

Mateus Santos

Graduado em Psicologia pela Faculdade Guilherme Guimbala. mateusdsantoss@gmail.com

Recebido em 23 de junho de 2020.

Aceito em 28 de junho de 2020.

O não-lugar do negro na história de Joinville: um olhar sobre as páginas do jornal A Notícia

The absence of black people in Joinville's history: a look at the pages of A Notícia's newspaper

Juliane Guerreiro

Resumo: Este estudo busca compreender de que forma o Jornal A Notícia, mais antigo veículo de comunicação em circulação em Joinville, aborda a participação da população negra na história da cidade. Para tanto, faz-se uma análise quantitativa de reportagens publicadas de 1951 a 2019 para identificar em quantas delas este assunto é tratado e de que forma. Ao fim, tem-se uma reflexão sobre identidade, diferença e os reflexos de uma história única.

Palavras-chave: História de Joinville, População Negra, Identidade.

Abstract: The present study tries to understand the way that A Noticia's, the oldest newspaper in Joinville, addresses the participation of the black population in the city's history. For this, the article makes a quantitative analysis of reports registered between 1951 and 2019. The goal is identify how they are treated and why. At the end, a reflection on identity, difference and reflections of a unique story was made.

Keywords: Joinville History, Black People, Identity.

INTRODUÇÃO

Não é preciso mais do que um rápido passeio pelo centro de Joinville para notar quem são considerados os protagonistas da história da cidade. Em frente ao prédio da Prefeitura e às margens do rio Cachoeira, destaca-se o monumento A Barca Colon, que relembra a chegada dos 118 imigrantes suíços, noruegueses e alemães que desembarcaram na Colônia Dona Francisca em 1851 — mais precisamente em São Francisco do Sul e não no rio que corta o Centro de Joinville, como a estrutura pode sugerir.

A poucos metros dali, na Praça da Bandeira, os imigrantes germânicos são novamente homenageados, desta vez com o Monumento ao Imigrante, erguido em 1951, como parte das comemorações pelo centenário da cidade. O Cemitério do Imigrante, o Obelisco e o Museu Nacional da Imigração e Colonização¹ também destacam a jornada daqueles que deixaram a Europa enganados pela promessa de uma vida melhor no Brasil.

Além deles, a Praça dos Suíços e o monumento de mesmo nome homenageiam especificamente esse grupo e foram construídos, de acordo com o jornal A Notícia, “para mostrar que **não somente os alemães** conquistaram estas terras” (grifo nosso)².

O fato é que a história oficial de Joinville coloca os imigrantes germânicos como os principais responsáveis pela construção e pelo desenvolvimento da cidade³. Até mesmo o aniversário do município é comemorado no dia 9 de março — data em que o primeiro grupo de imigrantes trazidos pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo chegou ao território joinvilense na então Colônia Dona Francisca — e não no dia 15 de março, quando Joinville foi desmembrada de São Francisco do Sul e passou a ser uma cidade, em 1866.

Trata-se de uma narrativa que engrandece o pioneirismo e a coragem dos imigrantes que aqui chegaram na década de 1850 e que não está presente apenas nos aparelhos culturais da cidade, mas também nas salas de aula⁴, nas obras daqueles tidos como os principais autores de Joinville a tratar sobre o tema e na imprensa, foco deste trabalho.

¹ Ver também O Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville: etnização e exclusão - o caso da erva-mate, de Elaine Cristina Machado e André Rosa da Costa Corrêa.

² “Um presente à história”. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/aniversariojoinville/2012/02/20/um-presente-a-historia/?topo=84,2,18,,84&status=encerrado>.

³ Joinville Cidade em Dados 2018. Disponível em <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Joinville-Cidade-em-Dados-2018-Character%C3%ADsticas-Gerais.pdf>

⁴ “Crianças contam a história de Joinville em HQ”. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/joinville160/2011/03/08/criancas-contam-a-historia-de-joinville-em-hq/>

A questão é que, dessa forma, essa narrativa acaba por invisibilizar a participação de outros grupos na história da colonização de Joinville, como os luso-brasileiros, os indígenas e os negros, que aqui eram escravizados à época. Isso pode interferir nas noções de identidade e representatividade dos cidadãos que vivem na cidade e, por consequência, também impactar as relações de poder vivenciadas neste local.

Diante do exposto, o que se busca com este estudo é avaliar de que forma o jornal A Notícia, o veículo de comunicação mais antigo em circulação em Joinville, retrata a história da cidade, quem são os protagonistas dessa trajetória segundo as páginas de suas edições desde 1951, ano em que o município completou seu centenário, e se os negros que aqui viviam são retratados como participantes dessa história.

A escolha em refletir de forma específica sobre o registro da participação da população negra na história de Joinville se faz de maneira consciente de que a análise sobre o registro da participação dos outros grupos invisibilizados, como os luso-brasileiros e os indígenas, também deve ser realizada. A escolha considera, no entanto, que a produção social da identidade e da diferença tem relação estreita com o racismo estrutural, que prejudica de maneira grave e específica a população negra.

Depois, espera-se fazer uma breve reflexão sobre o papel do jornalismo e as percepções de identidade e diferença que podem surgir a partir de narrativas como a que conta a história oficial da cidade.

“HISTÓRIA OFICIAL” QUE SELECIONA PROTAGONISTAS

“No princípio era apenas o mato. Mato, mangue e mosquito. A paisagem desoladora. Um vasto silêncio de mata selvagem”. É assim que o historiador Apolinário Ternes começa o primeiro capítulo de seu livro *História Econômica de Joinville*, escrito em 1986. “O empreendimento colonizador às margens do

Rio Cachoeira, nas terras dotais da Princesa Dona Francisca, a partir de maio de 1850 - quando aqui chegaram os primeiros dez imigrantes - era, de fato, um desafio e uma aventura” (TERNES, 1986, p. 13).

Apesar de pequeno, esse trecho da obra de Ternes resume a narrativa que retrata os primeiros dias dos imigrantes germânicos ao chegarem a então Colônia Dona Francisca, contada não só por ele, mas também por outros importantes escritores da história de Joinville, como Carlos Ficker e Elly Herkenhoff.

Ficker foi um dos primeiros a se debruçar sobre o assunto e lançou *História de Joinville: subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca*, a primeira obra sobre o tema, produzida para um concurso cultural promovido pela empresa Tupy. Publicado em 1965, o livro ainda é referência para os estudos da história da cidade.

Como outros autores, Ficker usa termos como “força de vontade” e “empenho” para relatar a ação dos pioneiros germânicos ao chegarem a uma terra pouco habitada. Porém, vale destacar que esse autor deixa explícito brevemente que outros grupos já viviam no local: “Não é exato, pois, afirmar-se que em 1851 as grandes zonas destinadas à colonização europeia, seriam ínvio e desconhecido sertão. Eram, ao contrário, bastante habitadas as cercanias” (FICKER, 1965, p. 32).

Em outros trechos, o autor revela que “empreitaram-se brasileiros, moradores da redondeza, que ofereceram seus serviços” (FICKER, 1965, p. 61) e que “os trabalhadores brasileiros, que prestaram serviços insuperáveis no desmatamento das florestas, roçando e queimando os terrenos dos colonos inexperientes” (FICKER, 1965, p. 98). Apesar disso, em toda a obra, o progresso advindo com a colonização nunca é atribuído também a esses agentes, mas somente aos imigrantes germânicos.

O mesmo pode ser visto na obra de Elly Herkenhoff, a principal tradutora das obras alemãs escritas na então Colônia Dona Francisca, que também se dedicou a escrever sobre a história de Joinville. Nos primeiros

parágrafos de *Era uma vez um simples caminho...*, publicado em 1987, ela fala sobre a chegada dos primeiros imigrantes germânicos, dando pistas de que o território já era habitado, embora isso não tenha importância para a versão de pioneirismo germânico:

No princípio havia o Jurapé, que vinha da margem do Rio Cachoeira, adentrando a floresta espessa, intocada quase. (...) Já lhe tinham dado o nome de Jurapé, os moradores das cercanias, que aqui vinham caçar, subindo pelo atalho, até a altura da atual rua Henrique Meyer. (...) Desembarcou aquele grupo de pioneiros exatamente no nascedouro do Caminho de Jurapé, onde então existia um rancho habitado por um francês de nome Frontin, antigo morador da fracassada colônia do Saí. (...) E assim, 10 meses mais tarde, a 9 de março de 1851, a primeira leva de imigrantes veio subindo pela picada Jurapé, então já alargada, para chegar aos ranchos de recepção (HERKENHOFF, 1987, p. 10).

Segundo Alessandra da Mota Mathyas, jornalista e historiadora que se debruçou sobre a historiografia local em sua dissertação de mestrado:

[...] ainda que seu texto seja primoroso, e que de fato faça um trabalho historiográfico ao confrontar fontes, levantar informações inéditas a partir das traduções e formar novas opiniões, não há dúvida de que Herkenhoff foi uma das grandes responsáveis pela visão germanista que se tem de Joinville atualmente. Ela nunca negou a história que conhecera de outras etnias – os lusos, os indígenas, os suíços, os noruegueses, os negros, os franceses. Mas a construção de sua narrativa e os argumentos usados levam sempre às mesmas conclusões: a força dos pioneiros alemães (MATHYAS, 2007, p. 59).

A força e a luta dos pioneiros alemães também são exaltadas nas obras de outro importante historiador de Joinville, Apolinário Ternes, talvez o mais prestigiado entre a elite local e estudado entre todos os que já se dedicaram ao

tema. Em seu livro *Joinville, a construção da cidade*, um trecho resume bem a bravura do imigrante germânico ressaltada por Ternes:

O colonizador de Joinville, pelo menos o que se instalou na primeira década de povoamento foi um bravo. É difícil remontar o quadro de adversidades que teve que enfrentar. Desde as condições inóspitas da terra, às condições psicológicas decorrentes do isolamento na mata. Vencendo o frio e muitas vezes a fome, a hostilidade do clima, a umidade do solo, as doenças tropicais, e a inexistência de uma perspectiva de vida mais segura a curto prazo, a bravura do imigrante certamente induz à compreensão da rápida evolução a médio prazo que o empreendimento colonizador acabou obtendo (TERNES, 1993, p. 36).

Como Herkenhoff, porém, o autor também tinha conhecimento sobre a participação de outras pessoas na colonização do local, como mostra este trecho, em que ele aborda a carta do médico suíço Koestlin endereçada ao senador de Hamburgo Mathias Schroeder falando sobre os preparativos na colônia para a chegada dos imigrantes:

Conta o médico-repórter: ‘o nosso servente negro Diogo, encontrou a maior satisfação no preparo de 190 refeições. Que alma amável e que coração fiel, esse nosso velho Diogo. Incansável como cozinheiro, marceneiro e carpinteiro. Diogo estava sempre disposto a trabalhar. Como antigo escravo de uma senhora de Hamburgo, ele não teve outra preocupação senão voltar à Hamburgo para oferecer novamente os seus serviços aos seus antigos donos (TERNES, 1993, p. 60).

Neste outro trecho, desta vez do livro *História Econômica de Joinville*, Ternes fala sobre como os nativos também participaram da preparação do terreno para a chegada dos imigrantes:

Eduardo Schroeder, o filho do senador Mathias, que estava no Rio de Janeiro, tomou conhecimento da instalação dos primeiros colonos em Santa Catarina, no empreendimento do pai, e resolveu conferir. Chegou no local de desembarque no dia 1º de fevereiro de 1851 e tomou as providências para que o fracasso não fosse total, pois existiam apenas dois barracos rústicos e esparsas plantações de milho e de batata. Contratou os serviços de nativos, empregados das fazendas existentes no Itaum e no Boa Vista e procedeu realmente ao estabelecimento de uma infra-estrutura mínima para o recebimento dos primeiros imigrantes, já em viagem desde os primeiros dias de janeiro” (TERNES, 1986, p. 17).

Neste mesmo trabalho, o autor dedica sete páginas para falar sobre a mão de obra utilizada na colonização de Joinville, porém, não há sequer uma linha que fale nos nativos ou negros escravizados que residiam na Colônia Dona Francisca, exaltando apenas o pioneirismo germânico e toda a força, luta e empenho desses imigrantes.

É bem verdade que as condições que alemães, suíços e noruegueses encontraram quando chegaram à Colônia eram realmente difíceis e que eles vieram ao Brasil enganados pela promessa de uma terra boa para plantar e viver. O que se questiona é por que não dividir a exaltação do progresso da colonização também com os outros grupos que fizeram parte dessa história, como os luso-brasileiros e os negros aqui escravizados, que também ajudaram a tornar essas terras férteis e, posteriormente, foram também protagonistas da evolução da cidade, como com o ciclo da erva-mate, o primeiro impulsionador da economia joinvilense.

O fato é que, além de estar presente na escrita dos principais historiadores que se dedicaram a estudar a história de Joinville, essa história oficial que seleciona protagonistas também está implícita nos aparelhos urbanos, como já vimos, nas escolas e, é claro, é também compartilhada pela imprensa local, como este estudo pretende avaliar.

A PRESENÇA LUSO-BRASILEIRA E NEGRA EM JOINVILLE

Como todos os escritores evidenciaram em suas obras, embora não com o devido destaque, muito antes de os primeiros imigrantes germânicos colocarem os pés na então Colônia Dona Francisca, outras pessoas já viviam por aqui, como indígenas, luso-brasileiros e negros, cuja origem não é identificada nos registros, e que foram escravizados por donos de terras da região.

Documentos não faltam para evidenciar a participação desses grupos na história e no desenvolvimento da cidade. Um exemplo disso é o mapa elaborado em 1846 por Jerônimo Coelho, contratado para demarcar as terras do casal de príncipes detentor da Colônia Dona Francisca. O documento mostra diversas sesmarias, concessões feitas pela corte portuguesa e pelo império do Brasil para quem desejasse cultivar as terras devolutas. Conforme o historiador Dilney Cunha⁵, os pequenos pontos no mapa mostram as construções que havia na região anos antes da chegada dos imigrantes:

Esses pontinhos mudam toda uma percepção que se tinha da ocupação do território de Joinville porque eles indicam essas várias construções onde, certamente, moravam várias famílias luso-brasileiras com escravos. Muitos pontinhos são engenhos, construções com outras finalidades além das moradias, mas, tirando uma média de oito a dez pessoas por família, incluindo também escravos, se tem uma população entre 300 e 500 pessoas, o que é considerável para quem dizia que não havia ninguém aqui, que foram os imigrantes que desbravaram. É um número para se rever esse conceito de terra desocupada (PARALELO JORNALISMO, 2017).

⁵ Disponível em <http://paralelojornalismo.com.br/index.php/2017/03/09/joinville-uma-historia-oficial-que-seleciona-fragmentos/>

Outro registro da presença de outros grupos na Colônia Dona Francisca antes de os imigrantes desembarcarem por essas terras é o relato de Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, imigrante que chegou à colônia também em 1851. Em seu livro *A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, ele registra a presença de pessoas que chama de nativos e, inclusive, relata alguns conflitos entre os grupos, demonstrando que a colonização não foi tão harmoniosa:

Já anteriormente, este belo pedaço de terra que conta uns 70 morgos havia sido residência de uma família brasileira, que teria sido massacrada por indígenas há cerca de dezessete anos. Após esses acontecimentos, o terreno não mais havia sido cultivado, e agora apresentava um misto de novas árvores e muita samambaia (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 42).

Além disso, o imigrante também traz um comentário interessante que mostra algo não muito comentado na narrativa de pioneirismo e força germânicos: a contribuição das pessoas que aqui já estavam para a adaptação dos imigrantes e o desenvolvimento da colônia. Sobre as plantações, ele diz que “teria sido vantajosa a permanência de brasileiros na Colônia para se ocuparem de serviços diversos (...) Graças porém, a brasileiros que procediam à derrubada por empreitada, evitou-se de fazer experiência neste setor” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 62).

Além dos registros que demonstram a presença de indígenas, luso-brasileiros e negros nas terras da colônia ainda antes da chegada dos imigrantes, também há documentos que atestam as relações entre esses grupos no local. Na dissertação *“Plantadores de raiz”: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*, Denize Aparecida da Silva faz um resgate histórico das relações entre imigrantes, luso-brasileiros e negros escravizados em São Francisco do Sul e Joinville. Sobre Joinville, a autora afirma:

O compadrio foi o fio condutor para a leitura e análise das estratégias de construção das relações sociais dos escravos neste local. Muito provavelmente as dificuldades para criar e recriar arranjos sociais principalmente fora do cativo fosse grandes. Pois durante muito tempo depois da constituição da freguesia e mesmo depois da vila, os dados estatísticos sobre Joinville aparecem apenas com a população de imigrantes como se não existissem outros grupos sociais no lugar (SILVA, 2004, p. 82).

Em seu trabalho, Silva analisa diversos dados, principalmente sobre batismos, e mostra de que forma os negros escravizados utilizaram o compadrio, seja com seus senhores, seja com outros negros, como uma forma de fortalecimento:

As estratégias dos escravos para enfrentar e se afirmar num mundo com muitos mecanismos de opressão, foram os mais diversos. Nas referências sobre as relações sociais dos escravos, uma parte da historiografia chama a atenção para o compadrio, não só como uma dessas estratégias, mas como vínculo de parentesco espiritual/ritual. A prática do compadrio, muito provavelmente significou um meio de ampliação dos laços de proteção e de ajuda mútua, ideia que definiu não só as sociabilidades escravas percebidas e analisadas nesta pesquisa (SILVA, 2004, p. 111).

É claro que há uma dificuldade em encontrar registros que tratam da presença negra na Colônia Dona Francisca. Ao contrário dos imigrantes germânicos, cuja lista de embarque está presente no Arquivo Histórico de Joinville, não há nenhuma lista com nomes, profissões e parentescos dos negros escravizados, uma vez que não vieram ao Brasil por vontade própria.

Salvo em estudos acadêmicos, artigos na Revista da Univille e outros periódicos, a impressão que fica é que os negros não participaram da história local. No

entanto, desde os primeiros livros da historiografia, quando ainda raramente se falava das famílias luso-brasileiras, alguns faziam referência ao trabalho dos escravos. Tal discriminação é sentida hoje e motivo de estudo – mas ainda não de publicação em livro... (MATHYAS, 2007, p. 116)

De todo modo, os estudos citados e outros registros tornam evidente a participação da população negra na colonização da cidade, as relações entre esse e outros grupos na Joinville do passado, além da importância dessa participação para a história local.

A HISTÓRIA DE JOINVILLE NAS PÁGINAS DO JORNAL A NOTÍCIA

A historiografia local, como vimos, tende a reforçar uma história oficial que destaca o pioneirismo germânico na colonização de Joinville. Mas e como a imprensa trata esse mesmo tema? Essa análise é importante pois, normalmente, os veículos de comunicação são muito mais acessíveis e presentes na vida das pessoas do que os livros que tratam do mesmo assunto. Assim, não é difícil imaginar que a versão ou as versões propagadas pela imprensa são aquelas que pairam sobre o imaginário da população.

Para ter um panorama sobre como este tema é tratado pelos veículos de comunicação locais, esta pesquisa se dedica a uma análise das páginas do jornal A Notícia, o jornal mais antigo do município ainda em circulação. Fundado em 1923 por Aurino Soares, o veículo fez parte do Grupo RBS por dez anos (2006 - 2016) e hoje pertence ao grupo NSC. Com 103 anos de história, A Notícia teve versão impressa diária até outubro de 2019, quando passou a ter seu conteúdo concentrado em versão digital no Portal NSC e em uma edição impressa apenas aos fins de semana.

A escolha pela análise deste veículo se deu por três motivos: primeiro porque, por ser o mais antigo jornal ainda em circulação em Joinville, isso

possibilita fazer uma análise histórica de como o veículo trata o tema ao longo de sua trajetória. Em segundo, porque, de acordo com a pesquisa “O que o Joinvilense pensa sobre o jornalismo”⁶, o jornal A Notícia é a segunda principal fonte de notícias dos joinvilenses, atrás apenas da RBS TV (agora NSC). Por fim, porque a maioria das edições impressas do jornal estão disponíveis no Arquivo Histórico de Joinville, o que torna mais fácil fazer a análise de todo o seu conteúdo.

Em relação ao recorte de data, escolheu-se as edições de 9 março desde 1951, ano do centenário da cidade. A decisão leva em conta que é nessa data o aniversário da cidade e que, assim, as chances de haver um conteúdo voltado à história da colonização seriam maiores, o que, de fato, se comprovou durante a pesquisa. A análise foi feita, então, com base nas edições impressas do jornal A Notícia disponíveis no Arquivo Histórico de Joinville. Das 68 edições a serem analisadas conforme o recorte (1951 - 2019), apenas três não constavam no acervo do Arquivo (1953, 1959, 1966) e, dessa forma, não puderam ser avaliadas.

Há, ainda, edições em que não existem matérias sobre o aniversário de Joinville (1952, 1954, 1955 e 1980) e jornais em que as matérias não trouxeram nenhum conteúdo sobre a história da cidade (24 edições). Dessa forma, das 69 edições de 1951 a 2019, 38 puderam ser analisadas em relação ao seu conteúdo sobre a história de Joinville.

Para tanto, fez-se a análise do conteúdo buscando avaliar se a edição traz fatos que narram a história oficial, a do pioneirismo germânico, ou não, isto é, se conta a história de outros grupos participantes da colonização de Joinville. Dessa forma, no decorrer da pesquisa, as matérias foram classificadas em:

⁶ Disponível em: <https://www.fazeraqui.com.br/pesquisa-mostra-o-interesse-dos-joinvilenses-pela-midia-local/>

- **História oficial:** narra a história do pioneirismo germânico exaltando apenas a participação de alemães, suíços e noruegueses na colonização de Joinville;
- **História não-oficial:** valoriza a participação de outros grupos na colonização de Joinville.

Com essa classificação, a Figura 1 - Análise das edições de 9 de março de A Notícia (1951-2019) é o resultado da análise feita sobre as edições de 9 de março do jornal A Notícia entre 1951 e 2019:

Quadro 1 - Análise das edições de 9 de março de A Notícia (1951-2019)

| ANÁLISE DAS EDIÇÕES DE 9 DE MARÇO DE A NOTÍCIA (1951-2019) | |
|--|----|
| História oficial | 37 |
| História não-oficial | 1 |
| Edições sem matérias sobre história de Joinville | 24 |
| Edições sem matérias sobre Joinville | 4 |
| Edições indisponíveis | 3 |

Fonte: elaboração própria a partir de consulta ao Arquivo Histórico de Joinville.

A maioria das matérias, 36 delas, aborda a história oficial da cidade, ou seja, aquela que retrata o pioneirismo germânico. É o caso de matéria publicada em 1951, ano que marca o centenário da cidade, que diz, entre outras coisas: "Deve o joinvilense trazer à memória, a luta e o sacrifício vencidos por nossos antepassados que, aqui plantaram a semente do progresso e a viram germinar, regada com suor de profícuo trabalho" (A NOTÍCIA, 1951, p. 1).

Em 1957, a matéria publicada por A Notícia também destaca o sentimento de orgulho, admiração e agradecimento aos imigrantes germânicos:

Na passagem, hoje, do 106º aniversário de fundação, Joinville prestará homenagens diversas à memória dos valorosos pioneiros que aqui plantaram os primeiros marcos de civilização, lançando os fundamentos da cidade que em pouco mais de um século se projetou como a segunda do Estado, com um nome que tem repercutido por todo o Brasil. As marcas profundas que imprimiram ao nosso sistema de economia e as bases de nossa cultura e mentalidade e as trações dos primeiros colonizadores, explicam as conquistas que têm dado renome à pequena coletividade. Representam uma parte da herança desses veneráveis ancestrais e justificam-se por isso as homenagens com que hoje todos os joinvilenses exaltarão sua memória sempre reverenciada (A NOTÍCIA, 1957, p. 1).

O mesmo ocorre em 1964:

Se os joinvilenses não vão ter amanhã oportunidade de participar de manifestações cívicas de caráter público, nenhum deles deixará, entretanto, de sentir especialmente a expressão desse dia histórico e no espírito de cada cidadão há de materializar-se a memória daquelas famílias que em homérica odisséia abandonaram sua terra natal, transpuseram o oceano e penetraram o sertão para, pelo esforço heróico da colonização, abrir em terras novas o caminho da civilização e do progresso... (A NOTÍCIA, 1964, p. 1).

Já em 1976, embora a história oficial seja narrada novamente, pela primeira vez, tem-se citada a participação de outras pessoas além de alemães, suíços e noruegueses na colonização de Joinville. A matéria *118 emigrantes desembarcam do 'Colon' para fundar Joinville*” traz uma abordagem sobre as pessoas que aqui estavam para preparar a colônia para receber os primeiros imigrantes. É claro que não se trata, ainda, de uma abordagem não-oficial, mas é interessante ver como são chamados de pioneiras pessoas pouco citadas nessa narrativa, como profissionais franceses e “o negro Diego: Talvez o nome certo do mesmo era Diogo. Era um negro liberto, que foi contratado por Eduardo Schröder no Rio de Janeiro, para acompanhá-lo para a Colônia em Fundação, na qualidade de cozinheiro...” (A Notícia, 1976, p. 16).

Em 1987, mais uma vez a história oficial é narrada. Dessa vez, porém, a participação de outros grupos é somada a esse relato:

Estas fazendas estavam distribuídas no Bucarein/Itaum, a maior, do coronel Antônio José Vieira que possuía, inclusive, muitos escravos; no Boa Vista, na região onde hoje se localiza o aeroporto e no Iriirú e Cubatão. Como se vê, é importante ressaltar, a região estava efetivamente ocupada, não de forma absoluta mas parcialmente. Existia, inclusive, o "Caminho do Jurapé", no traçado das atuais ruas 9 de Março e Otto Boehm. Portanto, o território era conhecido e estes elementos nativos seriam de grande utilidade quando da chegada dos primeiros colonos. Serviriam de guias, tinham a iniciativa para contornar determinados obstáculos naturais que haveriam de se antepor aos colonos (A NOTÍCIA, 1987).

A participação de outros grupos na colonização de Joinville também é citada de forma breve em outras quatro edições: 1998, 1999, 2000 e 2019:

De fato, apesar da chegada dos imigrantes europeus marcar o início da colonização, antes deles aqui aportarem já havia fazendas e sesmarias com produção agrícola e até escravos e o caminho era utilizado. Como exemplos podemos citar nomes como os do coronel Antônio João Vieira, João Cercal e os irmãos Luiz, Vicente e Francisco Dias do Rosário, entre vários outros (A NOTÍCIA, 1998).

Em 2019, o último ano em que o A Notícia teve versão impressa no dia 9 de março e a última edição analisada na pesquisa, o veículo de comunicação publicou um caderno especial intitulado *A Barca Colon*. Como o nome sugere, toda a narrativa aborda o pioneirismo germânico, como é visível já capa do especial: “A primeira leva de imigrantes europeus chegou à Colônia Dona Francisca em 9 de março de 1851. Vieram alemães, suíços e noruegueses. Colonizadores que construíram e transformaram Joinville nestes 168 anos, deixando inúmeros legados” (A NOTÍCIA, 2019, p. 1). Em todo o caderno, que

conta inclusive com entrevistas com descendentes dos chamados pioneiros, há apenas uma menção a outros grupos presentes no local:

Eles também ficaram surpresos com a presença de famílias inteiras de luso-brasileiros e com os índios guaranis e xoclengues. ‘São Francisco do Sul era uma vila estabelecida, havia sesmarias e grandes fazendas, com roças de mandioca. Essa ocupação começou com o governo português e, por isso, muitas áreas do Domínio Dona Francisca já tinham habitantes’ (A NOTÍCIA, 2019).

Entre todas as edições de A Notícia analisadas, em apenas uma, em 1997, tem-se uma narrativa que se diferencia da história oficial. É bem verdade que outra reportagem da mesma edição retrata a trajetória dos pioneiros, mas, na matéria “Uma colônia povoada por teutos, lusos e negros”, o jornal aborda a presença de luso-brasileiros e negros escravizados nas terras da colônia mesmo antes da chegada dos imigrantes germânicos:

Quando os imigrantes alemães chegaram nas terras escolhidas para fundação de Joinville certamente encontraram um lugar selvagem e hostil para os padrões europeus de civilização. Mas a região estava longe de ser despovoada do elemento branco. Os alemães se instalaram na margem direita do rio Cachoeira porque os terrenos da esquerda pertenciam a dezenas de famílias de descendentes de portugueses. A região do morro do Boa Vista era propriedade de Agostinho Cercal e, como atestam os desenhos da época, boa parte dele estava cultivada (A NOTÍCIA, 1997, p. 6).

A matéria também destaca a participação dos negros na colonização de Joinville:

O coronel Vieira vivia no Bucarein desde 1826, com fazendas e muitos escravos. E foram os negros do

coronel quem transportaram até o ponto de recepção, em barcos a remos, os passageiros da barca Colon. Embora por força de lei os imigrantes europeus estivessem proibidos de terem ou empregarem escravos, os negros eram vistos frequentemente na vila a serviço de seus senhores lusos ou ‘emprestados’ aos imigrantes. Inácia, uma escrava, após a libertação entrou no século 20 como requisitada parteira que mesmo idosa sempre tinha nos seios o leite abundante para amamentar os filhos de mães impossibilitadas de fazê-lo. Inácia faleceu na década de 20 respeitada por lusos e teutos. Os lusos, caboclos e negros ensinaram aos imigrantes os segredos da terra, das plantas, dos bichos, das matas, dos rios e das aves (A NOTÍCIA, 1997, p. 6).

Vale destacar, ainda, outra matéria, esta publicada em 2009, que faz uma espécie de crítica à história oficial, embora também a reforce. No texto *Momento desbravador*, o jornal apresenta uma série de monumentos históricos construídos em celebração e homenagem ao pioneirismo germânico ao mesmo tempo em que um entrevistado, o historiador Dilney Cunha, faz uma crítica à imagem idealizada desses imigrantes:

Para Dilney, todas estas obras de arte retratam determinados grupos, como se fossem recortes históricos da cidade e, de certa maneira, ainda não representam um todo. ‘Os projetos ressaltam a imagem do imigrante, mostram somente um grupo de pessoas, não podem ser considerados a história em si’, alerta (A NOTÍCIA, 2009, p. 10).

Estes dois últimos textos são os únicos, em toda a análise feita das edições de 1951 a 2019, que valorizam a presença de outros grupos ou, pelo menos, fazem uma crítica à história oficial narrada em Joinville. No mais, em todas as edições que se dedicaram a contar os fatos sobre a colonização da cidade, o que se lê são narrativas que reforçam essa versão.

OS RISCOS DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

Em sua palestra no TED Talk realizada em 2009 e depois transformada no livro *O perigo de uma história única*, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie ressalta que “a história única cria estereótipos e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 26). Mais do que isso, contar uma história, ou mais precisamente uma história única, tem uma relação estreita com o poder:

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com ‘em segundo lugar’. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente (ADICHIE, 2019, p. 23).

E em Joinville, será que se a história fosse contada a partir da participação de outros grupos da população, como os negros que aqui moravam antes da chegada dos imigrantes germânicos, o poder estaria nas mãos dessa parcela dos protagonistas da história? Será que os monumentos seriam feitos para homenagear esses grupos e não os germânicos?

O fato é que, como este estudo pretende mostrar, existe tanto em grande parte da historiografia local como por parte da imprensa uma história oficial, ou melhor, uma história única a ser contada: o pioneirismo dos imigrantes germânicos. Mesmo que reconheçam em suas páginas a participação de outros grupos, na maioria das vezes, a força, a bravura e o suor dos “pioneiros” é que ganham destaque. E como mostra Tomaz Tadeu da Silva, a criação de uma identidade e da diferença não é inocente, mas sim tem relação com o poder:

A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir ('estes pertencem, aqueles não'); demarcar fronteiras ('nós' e 'eles'); classificar ('bons' e 'maus'; 'puros e impuros'; 'desenvolvidos e primitivos'; 'racionais e irracionais'); normalizar ('nós somos normais; eles são anormais'). A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer 'o que somos' significa também dizer 'o que não somos'. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído (SILVA, 2004, p. 81).

A construção da identidade e a marcação da diferença em Joinville teria, assim, relação estreita com o desenvolvimento dessa história oficial que descreve e exalta alguns protagonistas enquanto minimiza a participação de outros grupos.

No caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. As identidades nacionais funcionam, em grande parte, por meio daquilo que Benedict Anderson chamou de 'comunidades imaginadas'. Na medida em que não existe nenhuma 'comunidade natural' em torno da qual se possam reunir as pessoas que constituem determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. É necessário criar laços imaginários que permitam 'ligar' pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum 'sentimento' de terem qualquer coisa em comum. A língua tem sido um dos elementos centrais desse processo – a história da imposição das nações modernas coincide, em grande parte, com a história da imposição de uma língua nacional única e comum. Juntamente com a língua, é central a construção de símbolos

nacionais: hinos, bandeiras, brasões. Entre esses símbolos, destacam-se os chamados ‘mitos fundadores’. Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura ‘providencial’, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos assim narrados são ‘verdadeiros’ ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia (SILVA, 2004, p. 85).

Embora Silva esteja descrevendo a criação de uma identidade nacional, ficam evidentes as semelhanças com a construção da história oficial de Joinville. Aqui, o momento crucial do passado seria a chegada da barca Colon enquanto as figuras providenciais seriam os imigrantes germânicos. Pouco importa, então, se já havia outros habitantes na então Colônia Dona Francisca: o mito fundador está formado, destinado a criar uma identidade e a marcar uma diferença. O poder, então, está nas mãos de quem se vê representado por essa identidade, enquanto os demais são os “outros”

É evidente que todos aqueles que não fazem parte dos considerados protagonistas da história são “excluídos” dela. É o caso dos luso-brasileiros e dos franceses que aqui já habitavam, por exemplo. Mas em se tratando dos negros, a marcação da diferença é ainda mais prejudicial, pois há de se considerar o racismo estrutural:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo **racismo é regra e não exceção** (grifo do autor) (ALMEIDA, 2018).

Como destaca Silvio Almeida, o racismo está na estrutura da sociedade. Imagine, então, em uma cidade em que a população negra já é considerada a “outra”, “a diferente”. Isso pode trazer diversos reflexos para a vida desse grupo. Um exemplo está na ocupação da cidade: hoje, a maior concentração de moradores negros se dá nas áreas periféricas de Joinville, enquanto a população branca ocupa o centro e as áreas mais abastadas⁷. A história única, nesse caso, quando não coloca o negro como diferente, acaba por invisibilizá-lo, como afirma Felipe Cardoso, integrante do Movimento Negro Maria Laura, de Joinville:

A forma de contar uma história interfere em como a cidade se organiza. Quando você invisibiliza uma pessoa, você tira a voz dela. Aqui se vê a ausência de negros na política, em veículos de imprensa e cargos de liderança em empresas, ao mesmo tempo em que se vê os negros nos bairros periféricos, onde a taxa de desemprego é elevada, assim como a criminalidade. As pessoas perguntam ‘mas você é negro e nasceu em Joinville?’. A ausência da importância histórica faz com que o negro não se veja como protagonista e nem como alguém daqui (PARALELO JORNALISMO, 2017)

Cabe, nesse sentido, uma reflexão sobre o perigo da história oficial de Joinville para a população negra na cidade, sobre o quanto ela impacta esse grupo em aspectos econômicos, políticos e sociais durante toda a vida.

Outrossim, cabe, ainda, uma análise sobre o papel do jornalismo ao reproduzir por diversas vezes essa mesma versão da história do município. Por que, desde 1951, apenas uma parte dos grupos que fizeram parte da colonização do município são representados pelo jornal A Notícia? É de se crer que a história oficial agrade aos proprietários e apoiadores do veículo que, ao longo

⁷ Mais sobre a segregação econômico-racial em Joinville pode ser visto na tese de Doutorado “Quem manda na cidade? Poder e *rent-seeking* urbano em Joinville/SC após o Estatuto da Cidade”, de Charles Henrique Voos (2016).

de décadas, fizeram ou fazem parte da elite local e que se sentem representados pela identidade germânica evocada pelo mito fundador criado por aqui.

Porém, o que se pretende com o jornalismo é que ele seja, se não imparcial, pelo menos objetivo em relação ao seu método. E quanto ao método, o que se espera de textos que versam sobre a história de um lugar é que tentem abordar o máximo de vieses possível, respeitando todos eles a fim de levar a informação mais precisa ao público, o que não tem se visto nas páginas do veículo abordado neste estudo em relação a esse tema.

CONCLUSÃO

Como visto na análise quantitativa a respeito das reportagens veiculadas pelo Jornal A Notícia, fica evidente que o veículo tem dedicado suas páginas a versar sobre a chamada história oficial da Joinville, aquela que retrata e exalta somente a participação dos imigrantes germânicos na colonização da cidade.

É bem verdade que se forem depender apenas dos escritores locais que narraram a construção da história joinvilense até aqui, não há nada muito diferente disso para contar, uma vez que esses escritores, muitos deles aclamados pela elite local, não se propuseram a abordar a participação de outros grupos na colonização joinvilense.

Porém, nos últimos anos, tem crescido, embora não no ritmo que se espera, o número de publicações que tratam sobre a população negra na história da cidade. Assim, não seria difícil, muito menos impossível, encontrar documentos ou mesmo pessoas que possam contribuir sobre o tema para o desenvolvimento de uma boa pauta a respeito do assunto.

Cabe também aos jornalistas e aos historiadores locais analisar os reflexos da chamada história oficial para quem vive em Joinville. Como ela impacta as pessoas representadas por essa identidade germânica construída e

reproduzida há tanto tempo e, principalmente, a que tipo de exclusão e invisibilidade ela condena os demais grupos? A pobreza, como vimos aqui, é um desses reflexos, mas não é o único. Um trabalho ainda mais aprofundado pode ser feito a respeito desse tema por profissionais dessas duas áreas. Esse seria um bom primeiro passo para colocar a população negra, enfim, como protagonista da história joinvilense e, mais do que isso, dividir com ela a merecida representatividade nessa narrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

Crianças contam a história de Joinville em HQ. **A Notícia**, 2011. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/joinville160/2011/03/08/criancas-contam-a-historia-de-joinville-em-hq/>. Acesso em 17 de março de 2019.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville, SC: Meyer, 1965

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho**. Joinville, SC: Fundação Cultural, 1987

Joinville: uma “história oficial” que seleciona fragmentos. **Paralelo Jornalismo**, 2017. Disponível em <http://paralelojornalismo.com.br/index.php/2017/03/09/joinville-uma-historia-oficial-que-seleciona-fragmentos/>. Acesso em 17 de março de 2019.

MATHYAS, Alessandra da Mota. **Histórias impressas de Joinville**: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da maior cidade de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2007.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. (tradução em português do original em alemão, de 1853). Florianópolis: Edufsc; Joinville: FCC, 1992

SILVA, Denize Aparecida da. **“Plantadores de Raiz”**: escravidão e o compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888. Curitiba, PR: UFPR, 2004

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Um presente à história. **A Notícia**, 2012. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/aniversariojoinville/2012/02/20/um-presente-a-historia/?topo=84,2,18,,84&status=encerrado>. Acesso em 17 de março de 2019.

TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville**. Joinville, SC: Meyer, 1986

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. Joinville, SC: Bartira, 1993

VOOS, Charles Henrique. **Quem manda na cidade?** Poder e rent-seeking urbano em Joinville/SC após o Estatuto da Cidade. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2016.

Juliane Guerreiro

Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo (IELUSC) e Especialista em Direitos Fundamentais e Políticas Públicas (Faculdade Guilherme Guimbala).
julianeguerreiro@hotmail.com

Recebido em 23 de junho de 2020.

Aceito em 28 de junho de 2020.

Direito Penal seletivo: Uma análise histórica e social do Direito Penal como instrumento de divisão social

Selective Criminal Law: A historical and social analysis of Criminal Law as an instrument of social division

Larissa Machado Barcelos

Ricardo Alexandre de Freitas

Resumo: O caráter punitivista do Direito Penal vigente vem sendo aplicado há anos na história ocidental, entretanto, até o presente momento não logrou êxito em comprovar sua eficácia na ressocialização dos indivíduos punidos. Inversamente, o sistema carcerário enfrenta, atualmente, um colapso existencial preenchido por violações de direitos diárias e superlotação, o que significa dizer que o número de indivíduos presos atingiu quantidade maior do que a suportada, isto é: o sistema está fora de controle. Neste contexto, cabe questionar os verdadeiros interesses do instrumento de punição, sua utilidade e a quem ele efetivamente serve e porquê. O presente artigo tem como objetivo analisar tais questões, bem como testar a bibliografia pertinente ao assunto por meio da realização de pesquisa documental empreendida na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Direito Penal seletivo. Sistema punitivista. Desigualdade social.

Abstract: The punitive character of current criminal law has been applied for years in Western history, however, until the present moment it has not been successful in proving its effectiveness in the re-socialization of punished individuals. Inversely, the prison system currently faces an existential collapse filled with rights violation daily and overcrowding, which means that the number of individuals arrested has reached a greater number than that supported, that is: the system is out of control. In this context, it is necessary to question the true interests of the punishment instrument, its usefulness and who it effectively serves and why. The present article aims to analyze such questions, as well as to test the pertinent bibliography to the subject by conducting documentary research undertaken in the city of Joinville, state of Santa Catarina.

Keywords: Selective criminal law. Punitive system. Social inequality.

INTRODUÇÃO

Levando em consideração que a maior parte da população carcerária brasileira é negra e pobre, conforme demonstram as informações colhidas pelo Depen, o Direito Penal necessita compreender a sua responsabilidade nesse quadro. Para tal fim, elencamos a situação que precisa ser evidenciada nesta pesquisa como “seria o Direito Penal um instrumento de preservação das relações desiguais de dominação social?”, a fim de refletir sobre as políticas criminais que supostamente objetivam a proteção social e averiguar os reais interesses encobertos por trás do sistema punitivista. A justificativa para o presente estudo encontra respaldo na perspectiva de superação da violência e na busca por uma sociedade mais pacífica.

Para atingir o objetivo dessa reflexão realizamos pesquisa bibliográfica e documental, sendo a primeira uma extração das obras que tratam e cuidam da violência no âmbito social, bem como do funcionamento do sistema penal e seus efeitos.

A pesquisa documental, por sua vez, consistiu no estudo do perfil dos réus assistidos pela 7ª Defensoria Pública nas audiências realizadas entre janeiro e junho de 2019 na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina.

Acreditamos que o problema proposto pode ser explicado sob a perspectiva de um projeto econômico e social proveniente de um grupo dominante que, através de diversos mecanismos de controle, sendo o Direito Penal mais um deles, garante sua posição social e a preservação das relações de dominação social.

ANÁLISE HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA

A violência, para os mitos fundadores de toda a história da civilização ocidental, tem origem na força – titânide Bia – e possui três irmãos. Os irmãos mitológicos da violência são a Niké, tradução da vitória, Cratos como o poder e

Zelo como a fúria (FERREIRA, 2008, p. 56).

Não apenas a mitologia grega pode confirmar a presença da violência durante a biografia das relações humanas, mas igualmente as demais manifestações sociais – escritas ou não escritas – ao longo de toda a história. Os ritos religiosos de sacrifício realizados em praticamente todas as religiões antigas: egípcia, inca, asteca, maia, grega, e para citar a mais registrada, judaica cristã, por exemplo, exprimem testemunhos de violência por toda a história das sociedades.

Soares (2014, p. 14) demonstra o uso da violência como inerente à existência humana, apresentando tanto sua dimensão negativa (destruir a vida), como sua dimensão positiva (preservar a existência).

A estigmatização da violência se trata, conforme demonstrado por Žižek (2014, p. 161), inevitavelmente, de um exercício ideológico essencialmente, visto que a violência, de acordo com o autor, é inerente ao chamado “estado normal de coisas”, sendo assim, sua rotulação é precisamente partidária, parcial.

Quanto ao Direito e sua fundação, imprescindível a análise do texto de Benjamin (1986, p. 165): “[...] Se a primeira função da violência passa a ser a instituição do direito, sua segunda função pode ser chamada de manutenção do direito”.

Nesses termos, o Direito, assim como Estado, tem origens mais obscuras e sangrentas do que aparenta, origens que se fundamentam na violência. A instituição do Direito, como demonstra Benjamin, ocorre por meio da violência. E não somente isso, mas sua própria manutenção carece da violência como meio.

A negação coletiva da violência como inerente ao corpo social e a adoção da pacificidade como estado natural humano enseja, lamentavelmente, na vil oportunidade para que alguns grupos sociais possam se apropriar das definições de violência e, portanto, etiquetar quais atos são ou não violentos, evidentemente privilegiando os atos praticados por si próprios e rotulando como violentos os atos praticados pelo “outro”.

Este quadro nos demonstra que não cabe mais questionar o que é a

violência ou o que é o crime – entendido aqui como transgressão ao Direito. A pergunta correta é: quem define o que é violência em nossa sociedade? Quem define o que é crime em nossa sociedade?

As relações de dominação se reproduzem indefinidamente ao longo de toda a história (MARX; ENGELS, 2015, p.62), dividindo a humanidade entre dominadores e dominados, opressores e oprimidos, entre senhores e escravos, reis e súditos, senhores feudais e suseranos, operários e empresários e, por fim, réus e Estado.

É consabido que a existência da classe dominante e de seus privilégios são sustentados e pressupõe a sujeição da classe dominada, o curso temporal comprova que “a história é o que algumas poucas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água” (HARARI, 2017, p. 111).

Cabe salientar, privilégios cobertos sob a máscara de “direitos” adquiridos ou conquistados. Os “direitos” com os quais a classe dominada é tentada a se identificar não foram produzidos para atender a essa classe e, portanto, restringem-se somente à identificação de um grupo específico da sociedade – a classe dominante, relegando todos os demais a um estado de “purgatório” legal, local em que toda a lei, todo o direito, todo o Estado, são relativos.

Marx e Engels (2015, p. 76) demonstraram que “O proletariado, a camada inferior da sociedade atual, não pode levantar-se, colocar-se de pé, sem fazer saltar pelos ares toda a superestrutura das camadas que formam a sociedade oficial”. Por esse motivo, a classe dominante deve ter, ao alcance de suas mãos, os instrumentos necessários para dominar e prender a classe dominada sempre que isto for necessário para a manutenção do *status quo*.

É nesse sentido que o Estado e o Direito, no interior da sociedade capitalista, são constituídos como meio para um único fim: a preservação, manutenção e defesa das relações de dominação impostas, conforme atestam Marx e Engels (2015, p.76).

O conceito de Estado para Weber (1968, p. 56) é a “[...] comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de

território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física”.

Dessa forma, a violência só pode ser considerada legítima e, portanto, “aceitável” socialmente, quando exercida pelo Estado ou, em outros casos, quando sancionada pelo Estado, como nos casos de legítima defesa, para citar apenas uma das excludentes previstas legalmente.

O Estado, neste aspecto, não se trata de uma figura maquinal, destituída de humanidade, mas sim de uma relação de dominação de uns sobre os outros, possível em razão do instrumento da violência considerada legítima (WEBER, 1968, p.57).

Por todo o exposto, temos que o Estado nada mais é do que a figura pela qual a classe dominante exerce as relações de dominação de forma legítima e incontestável, se valendo do monopólio do uso legítima da violência física por meio da figura estatal. Extraíndo literalmente de Weber (1968, p. 57): “O Estado só pode existir, portanto, sob a condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores”.

O Direito Penal, em última análise, compõe o instrumento da classe dominante – Estado – para o exercício da privação da liberdade de agentes específicos da classe dominada, especificamente aqueles que cometem a violência considerada “não legítima”.

O que se está a dizer é que o Direito Penal, ao legislar crimes, impor sanções e aplicar o poder punitivo do Estado, não está protegendo a sociedade da violência, por um óbvio motivo: a sociedade é naturalmente violenta. Sendo assim, ao realizar esses três verbos, o Direito Penal está, efetivamente, vigiando e punindo uma classe específica e não exercendo uma suposta proteção social.

Os dados publicados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2016) demonstram inequivocamente que classe é essa: a população carcerária brasileira é composta de indivíduos destituídos de ensino fundamental completo, negros, economicamente vulneráveis.

CRIMINOLOGIA CRÍTICA

O Direito Penal seletivo etiqueta seres humanos e os classifica como “desviantes”, afastando-os da sociedade, a fim de dispersar a consciência de classe dos demais, considerados “cidadãos de bem”, separando e preservando o *status quo*, agindo sob a justificativa de uma falsa ideia de “proteção”, visto que a violência antecede e constitui a vida em sociedade. A definição do desvio, portanto, trata-se de uma empreitada política, configura uma ficção social.

Tal pressuposto parece-me ignorar o fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade. [...] Quero dizer, isto sim, que *grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. [...] O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. – grifos do autor. (BECKER, 2008, p. 21)

O fato de um indivíduo ter praticado um crime não conduz, automaticamente, à presunção de que o corpo social reagirá como se tivesse de fato praticado o crime. Em sentido oposto, o fato de um indivíduo não ter praticado um crime, não impede que a sociedade reaja como se tivesse de fato praticado o delito (BECKER, 2008, p. 24).

Fato é que as regras são mais aplicadas a algumas pessoas que a outras. O estudo de Becker (2008, p.25) demonstra que meninos de áreas de classe média, quando detidos, não evoluem no processo de criminalização, sendo extremamente improvável que sejam condenados e etiquetados como desviantes.

O desvio é o resultado da relação entre os indivíduos que cometem o ato desviante e aqueles que escolhem reagir – ou não – àquele ato, não caracterizando, portanto, uma “qualidade” que mora no comportamento do desviante, mas tão somente a repercussão da (não) reação dos demais indivíduos do corpo social. Em resumo: “Regras sociais são criação de grupos

sociais específicos” (BECKER, 2008, p. 27).

[...] os homens fazem regras para as mulheres em nossa sociedade (embora nos Estados Unidos isso esteja mudando rapidamente). Os negros vêem-se sujeitos às regras feitas para eles por brancos. Os nascidos no exterior e aqueles etnicamente peculiares de outra maneira muitas vezes têm regras elaboradas para eles pela minoria anglo-saxã protestante. A classe média traça regras que a classe baixa deve obedecer – nas escolas, nos tribunais e em outros lugares.

Diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas são essencialmente diferenciais de poder (seja legal ou extralegal). Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. (BECKER, 2008, p. 29)

Convém ressaltar que o processo de criação da regra não é automático. Há um responsável pela extração da regra específica do valor geral. O empreendimento moral para a imposição da regra se concretiza apenas quando conta com o empreendedor moral – o indivíduo responsável pelo processo de criação da regra, os meios de comunicação favoráveis e barganhas políticas bem sucedidas (BECKER, 2008, p. 51)

A exemplo dos crimes patrimoniais, quem são os empreendedores das normas de proteção ao patrimônio senão aqueles que possuem patrimônio? Evidente que aqueles destituídos de patrimônios não possuem qualquer interesse na criação de uma norma que resguarde tais bens, uma vez que inexistentes. Talvez seus interesses repousem sobre a criação e o reforço de normas que garantam sua saúde, liberdade ou mesmo alimentação.

Finalmente, ao questionarmos quem são os empreendedores morais, os criadores e impositores de regra, aqueles com poder suficiente para fazer prevalecer sua própria visão de mundo, Becker (2008, p. 204) responde:

[...] Elites, classes dominantes, patrões, adultos, homens, brancos – grupos de status superior em geral – mantêm seu poder tanto controlando o modo como as pessoas definem o mundo, seus componentes e suas possibilidades, e também pelo uso de formas mais primitivas de controle.

Baratta (2002, p. 63) leciona que, além dos processos de seleção na criminalização dos indivíduos supostamente desviantes, subsiste uma desproporção intransponível entre os fins considerados socialmente “válidos” e os meios legítimos para atingi-los.

Os fins aspirados pela sociedade são os mesmos para todos: sucesso profissional, riqueza, ascensão pessoal, conhecimento. Entretanto, os meios legítimos não estão disponíveis para todos. Os meios que um jovem de classe média dispõe para alcançar os fins socialmente pretendidos podem ser: ensino privado, cursos profissionalizantes, aulas de idiomas, material didático de qualidade, transporte confortável, garantia de alimentação adequada, disponibilidade de tempo exclusivo para estudo, estrutura familiar, entre muitos outros.

Em contrapartida, os meios que um jovem periférico de baixa renda dispõe para alcançar os fins socialmente pretendidos são desiguais: ensino público, material didático público – quando disponível para os alunos –, transporte público – que pode preencher horas do seu dia para levá-lo até a instituição de ensino –, insegurança alimentar, fracionamento do tempo disponível entre trabalho e estudo, vulnerabilidade familiar, entre muitos outros casos.

O comportamento desviante pode ser entendido, nesse sentido, como uma reação do grupo estigmatizado e oprimido em tentar atingir os fins reconhecidos pela cultura, utilizando-se de meios não reconhecidos pela cultura (BARATTA, 2002, p. 70). Nesse aspecto, Baratta (2002, p. 126) demonstra que as possibilidades de comportamento desviante são reduzidas quando o sujeito dispõe de meios legítimos para atingir o fim indicado.

É preciso compreender, ainda, que o fato de o perfil encarcerado ser de indivíduos pobres não significa que pessoas ricas não estejam cometendo crimes, significa apenas que há um efetivo e eficaz processo de seleção ocorrendo no sistema penal punitivo. Alguns exemplos mais notáveis são: o déficit da arrecadação fiscal nacional pelos crimes de sonegação fiscal, os crimes ambientais cometidos pela empresa Vale, os crimes financeiros ocorridos na

empresa Havan, os crimes de trabalho escravo praticados na empresa Zara, entre outros casos.

Sendo assim, as pessoas dos estratos oprimidos estão mais suscetíveis a serem criminalizadas pelos funcionários estatais que representam os interesses de uma classe superior – visto que os processos de seleção aos quais tais funcionários são submetidos impedem e impossibilitam a ascensão de pessoas pobres nos cargos em questão (BARATTA, 2002, p. 111).

Baratta (2002, p. 153) atenta, ainda, para a existência de condutas socialmente danosas e ilícitas, mas que são funcionais ao sistema capitalista de acumulação, como crimes ambientais, políticos, conluíus entre os órgão de Estado e interesses privados etc. Esses delitos, em razão de sua utilidade para o sistema, são ignorados pelos criadores e impositores de regras.

O primeiro Código Penal vigente no Brasil foi sancionado em 1830, em contraponto, a primeira legislação sobre crimes ambientais foi assinada em 1998, ou seja, mais de 100 anos de distância. Os delitos que estigmatizam a classe pobre sempre existiram, os crimes ambientais, entretanto, demoraram 100 anos para começarem a acontecer?

Denota-se a relação deplorável entre aqueles que excluem e os excluídos, cores sangrentas pintadas no quadro lastimável de nossas prisões que não atingem e nunca atingirão seus fins, pois “não se pode, ao mesmo tempo, excluir e incluir” (BARATTA, 2002, p. 186).

A CIDADE COMO TERRITÓRIO DA VIOLÊNCIA – JOINVILLE/SC

O filósofo Lefebvre (1969, p. 56) resume a cidade como uma “projeção da sociedade sobre um local”, portanto, expressão das relações de poder e dominação da sociedade vigente impressas em um espaço físico. E, justamente por sua intrínseca relação com a sociedade, a cidade “muda quando muda a sociedade no seu conjunto” (LEFEBVRE, 1969, p. 47).

A sociedade dos dominadores, inevitavelmente, produz a cidade dos dominados. Em outras palavras, uma sociedade administrada por elites

dominadoras não seria capaz de produzir uma cidade igualitária, e esta é a realidade vigente.

O estudo de Voos (2018, p. 64) quanto ao processo de tomada de decisões no desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Joinville comprova a marginalização da sociedade na tomada de decisões e esta marginalização age “[...] camuflando a cidade oficial como a cidade de todos, quando, na verdade, é a cidade dos poucos poderosos e influentes”.

As camadas mais abastadas da sociedade (inclusive aqueles que possuem renda maior que 20 salários mínimos) encontram-se no Centro e em bairros próximos à região central da cidade, como Atiradores e América. Por outro lado, os mais pobres habitam as franjas extremas da cidade, sobretudo o Paranaguamirim (ao Sudeste), Vila Cubatão e Jardim Paraíso (ao Nordeste) [...] Por uma “coincidência orquestrada” intrínseca ao processo de construção da segregação socioespacial, esses últimos também são os locais que apresentam maior densidade demográfica, ou seja, muita gente pobre morando junto e longe do local de moradia dos ricos (a aproximadamente 15 km do Centro [...]). (VOOS, 2018, p. 68)

A análise de Voos (2018, p. 73) demonstra que são nessas regiões economicamente mais pobres que se localizam a maior parte das unidades habitacionais irregulares, locais que se caracterizam pela angústia da ausência dos serviços públicos fundamentais como saneamento básico, iluminação pública, rede de energia elétrica, sistema de coleta de lixo, e pela insegurança de áreas ambientalmente vulneráveis.

Não bastasse o exposto, Voos (2018, pp. 85-87) ainda é capaz de revelar que a cidade de Joinville conta com 12.311 domicílios não ocupados, o que seria o suficiente para garantir a moradia de 78% das pessoas desabrigadas que aguardam na fila da Secretaria Municipal de Habitação. A maioria desses imóveis vagos, entretanto, estão situados nas regiões mais ricas da cidade esperando valorização.

Estaria, então, esse processo de degradação da sociedade urbana periférica ocorrendo na cidade de Joinville? Há um efetivo projeto –

inconsciente ou não – de seletividade do Direito Penal ocorrendo na cidade em desfavor da classe dominada?

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa aqui realizada foi executada através da análise de dados específicos dos processos assistidos pela 7ª Defensoria Pública e pautados para audiência no período compreendido entre os meses de janeiro a junho de 2019, mediante autorização da Instituição de Ensino ACE e sob observação e aprovação do Defensor Público Dr. Vinicius Manuel Ignácio Garcia, conforme pedidos de autorização realizados.

Os dados examinados versaram sobre a idade dos réus denunciados nos processos examinados, a escolaridade, o bairro de moradia, a espécie de crime(s) imputado(s) aos réus, a existência ou não de registros criminais anteriores ao processo analisado, a existência ou não de ordem de prisão e o local de cometimento do(s) crime(s).

A averiguação empreendida se limitou à análise dos processos digitais sob os cuidados da 7ª Defensoria Pública, excluindo-se, portanto, os processos físicos pautados entre o mesmo período. De igual modo, o estudo se restringiu aos denunciados pessoas físicas, descartando-se qualquer processo em desfavor de pessoas jurídicas.

Adverte-se o leitor que os dados coletados podem ter sofrido alterações fáticas após o seu colhimento, de modo que são aqui analisados e expostos conforme o contexto corrente no exato momento da apuração, independentemente de possíveis variações posteriores.

Todos os processos examinados tiveram respeitado, protegido e resguardado o direito ao sigilo da identidade dos envolvidos e a qualquer detalhe capaz de identificar ou indicar os autos ou as partes.

A coleta dos dados pessoais dos acusados (idade, escolaridade, bairro e registros criminais) se orientou pelo número do processo, de modo que incorrendo o mesmo réu em novo processo, o indivíduo e seus dados foram

inseridos novamente na tabulação.

O critério para a divisão de idades realizada na presente pesquisa obedeceu o parâmetro adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) na Projeção Populacional de 2018. Criou-se, entretanto, um filtro específico de idade para o presente estudo, qual seja, o intitulado “ ≤ 20 ”, o que justificamos pelo fato de que o Código Penal concede ao réu menor de 21 anos uma série de benefícios que, portanto, fundamentam a escolha de inserir esses réus em um filtro específico.

A categoria escolaridade teve seus parâmetros compostos pela própria informação indicada no Termo de Interrogatório do acusado ou em outro documento apto a fornecer tal dado.

Os bairros de moradia dos réus e os bairros de cometimento dos crimes foram divididos em regiões. Para essa divisão considerou-se o mapa de abrangência das subprefeituras de Joinville, disponível no sítio eletrônico da Prefeitura de Joinville sendo assim qualificados:

Quadro 1 - Bairros por região

| | |
|---------------------|---|
| Região Centro Norte | Zona Industrial Norte, Bom Retiro, Costa e Silva, Santo Antônio, Glória, América, Saguauçu, Atiradores, Centro, Anita Garibaldi, Bucarein |
| Região Leste | Zona Industrial Tupy, Boa Vista, Espinheiros, Comasa, Iririu, Jardim Iririu, Ilha da Vaca |
| Região Nordeste | Jardim Paraíso, Vila Cubatão, Vigorelli, Aventureiro, Zona Industrial Norte, Jardim Sofia |
| Região Oeste | Zona Industrial Norte, Vila Nova |
| Região Sudeste | Morro do Amaral, Guanabara, Fátima, Adhemar Garcia, Ulysses Guimarães, Jarivatuba, João Costa, Paranaguamirim |
| Região Sudoeste | São Marcos, Morro do Meio, Nova Brasília, Área Rural Morro do Meio, Jativoca, Poço Grande |
| Região Sul | Floresta, Itaum, Petrópolis, Santa Catarina, Boehmerwald, Parque Guarani, Profipo, Itinga |

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Mapa das regiões de abrangência das Subprefeituras do Município de Joinville, de acordo com indicação do sítio eletrônico da Prefeitura de Joinville. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/mapas-das-regioes-de-abrangencia-das-subprefeituras-do-municipio-de-joinville/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

O bairro denominado “Zona Industrial Norte” está presente em três regiões diferentes na divisão realizada pela Prefeitura de Joinville, é dever acautelar para possível imprecisão quando da qualificação deste bairro em especial.

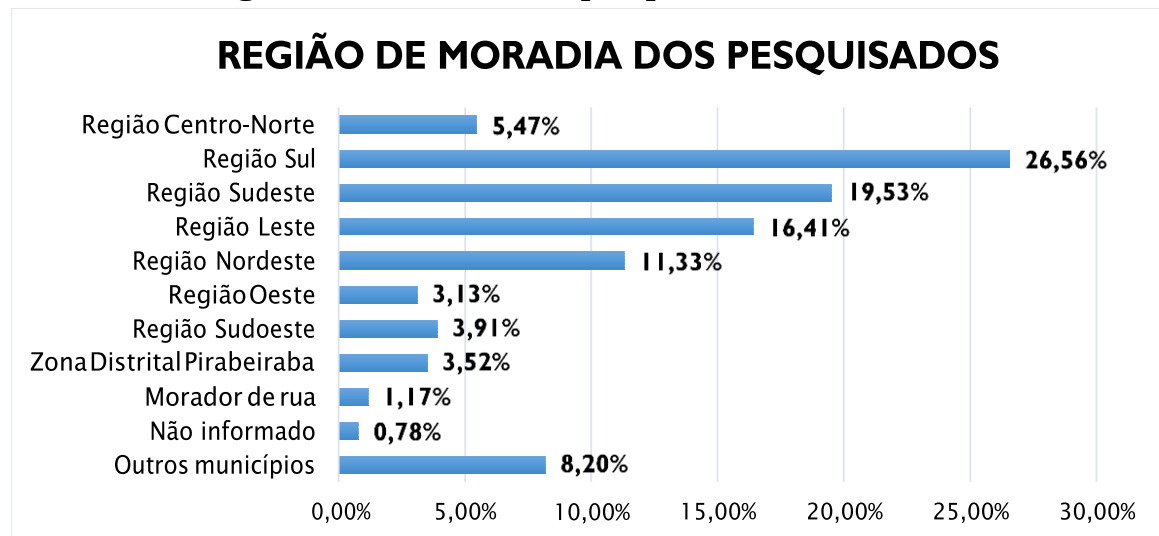
É dever salientar que os crimes imputados aos réus foram todos considerados, de modo que há mais números de crime (ocasião em que o mesmo assistido cometeu mais de um crime) do que de indivíduos pesquisados.

O número total de indivíduos pesquisados foi de 256, em contrapartida, o número de crimes imputados foi de 323 ao todo, considerando, neste caso, a

imputação de dois ou mais crimes ao mesmo indivíduo.

Os resultados obtidos através desta pesquisa foram capazes de comprovar a pesquisa bibliográfica realizada até o presente momento, uma vez que, conforme restará demonstrado, os números alcançados expõem a situação degradante dos grupos sociais excluídos e afastados dos espaços privilegiados da cidade. Apresentamos inicialmente o gráfico referente aos bairros de moradia dos réus, conforme a divisão em regiões dispostas no Quadro 1.

Gráfico 1 - Região de moradia dos pesquisados



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada

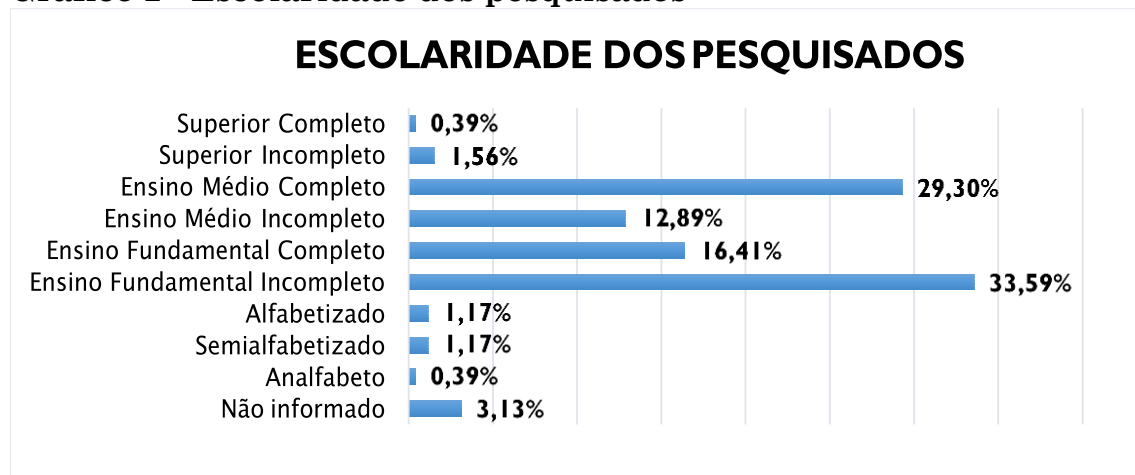
A primeira constatação a ser realizada é o fato de que apenas 5,47% possuíam residência na Região Centro-Norte da cidade e estavam sendo processados. Cabe salientar que a Região Centro-Norte é precisamente aquela que abriga os bairros mais nobres da cidade.

A maior parte dos réus analisados vieram dos espaços pertencentes à Região Sul da cidade e o segundo maior número se concentrou na Região Sudeste. As duas regiões abarcadas são precisamente os locais que não apresentam altas taxas de renda média mensal *per capita*, conforme atesta Voos (2018, pp. 69-71) e possuem diversas carências de serviços públicos, além de contarem com o maior conjunto de habitações irregulares (VOOS, 2018, p. 73).

Em outras palavras, os maiores alvos dos processos de criminalização do Direito Penal estão sendo, justamente, aqueles que ocupam os lugares

esquecidos pelo Estado.

Gráfico 2 - Escolaridade dos pesquisados

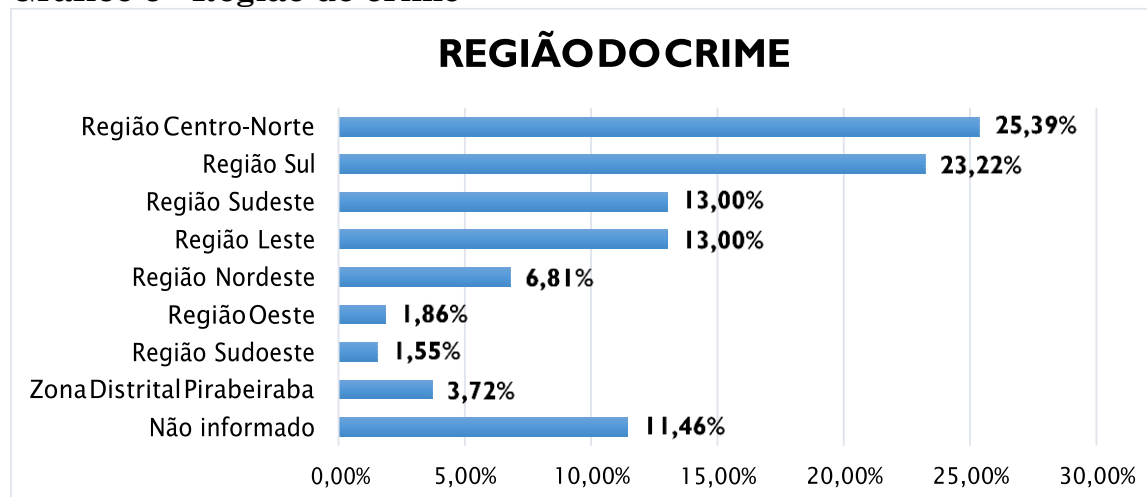


Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada

Somente 0,39% dos acusados possuíam ensino superior completo, por outro lado, 33,59% dos examinados – compondo a maioria – não haviam conseguido sequer concluir o ensino fundamental.

A interpretação possível para esse dado não é a de que pessoas com baixa escolaridade cometem mais crimes, mas, mais acertadamente, que os processos de seleção do Direito Penal excluem os cidadãos mais instruídos do processo de etiquetamento criminal.

Gráfico 3 - Região do crime



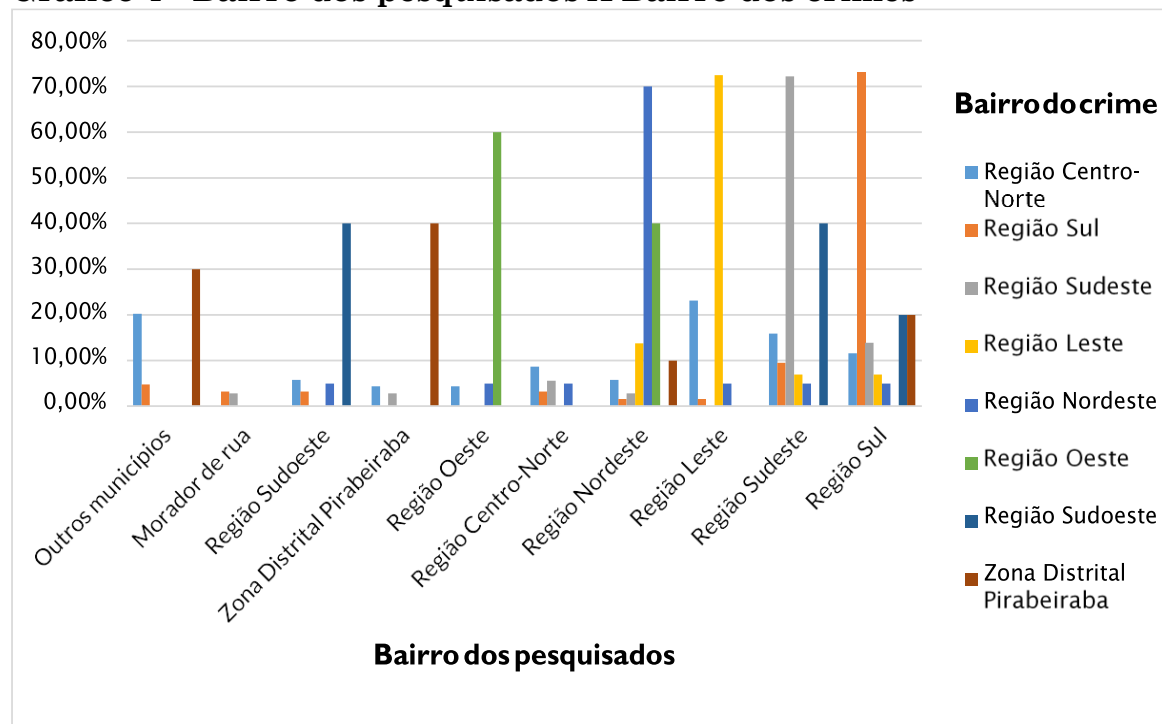
Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada

Diferentemente do gráfico referente aos bairros de moradia dos

assistidos, nesta estrutura podemos perceber que a maior parte dos crimes estudados foram cometidos na Região Centro- Norte da cidade e, portanto, nos bairros mais nobres e centrais.

O dado inserido nesse gráfico não significa, exclusivamente, que estão sendo cometidos mais crimes contra as regiões centrais da cidade, mas pode indicar que os crimes cometidos na região central do município são mais investigados e denunciados que nos outros pontos e que mais culminam em processos criminais.

Gráfico 4 - Bairro dos pesquisados X Bairro dos crimes



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada

Os dados extraídos do gráfico demonstram que a maior parte dos crimes cometidos na região Sul (73,02%) foram imputados a réus que indicaram residir na mesma região; o maior número de crimes cometidos na região Sudoeste (72,22%) foram imputados aos réus que residiam nesta região; o maior número de crimes cometidos na região Sudoeste (40%) foram imputados aos réus residentes da região Sudoeste e na própria Sudoeste; o maior número de crimes cometidos na região Leste (72,41%) foram imputados aos réus que residiam nessa região, outrossim, os réus que residiam na região Leste indicaram a

maior taxa de crimes cometidos na região Centro-Norte (23,19%); a maior parte dos crimes cometidos na região Nordeste (70%) foram de autoria dos réus residentes desta região; o maior número de réus residentes da região Centro-Norte cometeram crimes na própria região (8,70%); a maior taxa de crimes cometidos na região Oeste (60%) foram imputados aos réus que residiam nessa região; o maior número de crimes localizados na zona distrital de Pirabeiraba (40%) foram cometidos por moradores desta região; os moradores de rua cometeram 3,17% dos crimes da região Sul e 2,78% dos crimes da região Sudeste; réus oriundos de outros municípios cometeram 20,29% dos crimes na região Centro-Norte e 30% dos crimes da zona distrital de Pirabeiraba.

Esses resultados podem indicar que a maior parte dos réus frequentemente cometem crimes na sua própria localidade, o que demistifica a ideia de que os marginalizados se deslocam de seus bairros para saquear as regiões nobres e centrais da cidade.

Os dados expostos podem reforçar o entendimento de que os crimes cometidos na região central da cidade são mais denunciados pelas autoridades, que dedicam mais atenção, policiamento e recursos estatais para este espaço. Isto porque a maioria dos pesquisados cometeram infrações penais em sua própria região de moradia, o que pode indicar que fossem estes outros espaços mais policiados teriam maior concentração de crimes que as áreas centrais.

Foram produzidos, ainda, diversos outros gráficos com os dados coletados. Entretanto, optamos por apresentar no presente artigo apenas os gráficos mais significativos para atenderem ao objetivo da exposição. Pretendemos, com os demais dados oriundos desse estudo, realizar outros trabalhos científicos aptos a colaborar com a produção científica criminológica.

É dever salientar que, o fato de os resultados obtidos terem demonstrado que a maior parcela de pessoas processadas criminalmente possuíam domicílio nas principais áreas periféricas e carentes da cidade, não tem força lógica para concluir que o fenômeno da violência é inerente a esses territórios, conforme a pesquisa bibliográfica até o momento desmistificou.

Não se está a dizer, portanto, que os cidadãos domiciliados no centro e nas áreas nobres da cidade de Joinville não cometeram crimes, não praticaram

atos violentos ou que o fenômeno da violência seja inexistente nesses espaços graças a sua “civilidade” e “cultura”.

O que estes dados efetivamente estão a dizer é que os processos de seletividade do Direito Penal estão sendo efetivamente postos em prática na cidade, de modo que os espaços meticulosamente destinados às classes dominadas e carentes estão sendo, precisamente, aqueles onde o aparato Penal mais se faz presente por meio dos processos de criminalização.

A sociedade não pode seguir condenando as violências periféricas particulares sem identificar e também condenar a violência estrutural, caracterizada pela ausência dos serviços públicos básicos e produzida pela desigualdade social, a qual é a base de produção de todas as outras violências (SANTOS, 2011, p. 55).

Em que pese a completa inexistência estatal quando das necessidades mais básicas dos cidadãos que compõem esses territórios (BOURDIEU, 2011, p. 159), a presente pesquisa foi capaz de demonstrar a presença massiva do aparato criminal estatal nesses locais. O Estado, portanto, não é capaz de chegar a esses territórios quando de suas necessidades fundamentais, entretanto, consegue alcançá-lo com seu seletivo braço Penal, criminalizando especialmente as periferias carentes.

Bourdieu (2011, p. 164) revela que “A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar”, de modo que as distâncias espaciais apenas confirmam distâncias sociais mais profundas (BOURDIEU, 2011, p. 162).

Aqueles que não possuem capital são excluídos e distanciados dos bens socialmente mais desejados e sentenciados a permanecer ao lado dos bens mais indesejáveis (BOURDIEU, 2011, p. 164). Nas palavras de Santos (2011, p. 79): “Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”.

As classes dominantes, portanto, utilizam o Estado como meio de desenvolvimento e manutenção de ações socioespaciais exclusivas, criando verdadeiras políticas espaciais de exclusão.

O cenário apresentado demonstra a falácia do discurso de estado mínimo

e a necessidade de extinção das políticas sociais, posto que “Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante” (SANTOS, 2011, p. 66).

Para a classe dominante, o Estado apenas não deve existir quando do amparo aos interesses da população, em contrapartida, o Estado deve, sim, existir e intervir em favor dos seus interesses próprios – e é exatamente o que ocorre na segregação socioespacial.

Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. Dentro desse quadro, a política das empresas – isto é, sua *policy* – aspira, e consegue, mediante uma *governance*, a tornar-se política; na verdade, uma política cega, pois deixa a construção do destino de uma área entregue aos interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromissos com a sociedade local. (SANTOS, 2011, p. 107 – grifos do autor)

O mito da corporação “geradora de empregos” para a cidade é desconstruído aqui, uma vez que para a satisfação dos apetites empresariais de lucro, basta que a corporação mude o local de suas operações (SANTOS, 2011, p. 95), o que é constantemente utilizado como chantagem contra o poder público para a conservação ou criação de políticas voltadas aos interesses próprios dessas indústrias (SANTOS, 2011, p. 68).

A cidade se mostra comandada pelas classes dominantes e as instituições privadas e corporativas que, ao longo da história da cidade, apropriam-se dos espaços privilegiados da *polis* e arrastam para as margens a parcela excluída da sociedade. O Estado age como instrumento dessas classes e se ausenta em relação aos interesses da população marginalizada, em que pese se mostre muito presente na manutenção dos interesses da classe dominante.

A única presença que o Estado permite nessas periferias é o Direito Penal, sendo ele a única ferramenta estatal que se apresenta na vida dessas pessoas, criando verdadeiros territórios da violência – violência esta

perpetrada pelo próprio Estado através da criminalização.

É possível dizer, no entanto, que o Estado fornece, ainda, mecanismos de defesa para esses grupos sociais fragilizados e vulneráveis. Seriam estes mecanismos eficazes? Seriam estes mecanismos suficientes?

É neste cenário que Sadek (2013, p. 27) denota a importância da instituição da Defensoria Pública, igualmente consagrada no texto constitucional, conforme art 134, da Constituição Federal de 1988 – e, em suas palavras:

A Defensoria Pública tem condições de romper com esse ciclo de desigualdades cumulativas, de privações, impulsionando a possibilidade de acesso aos direitos. Nesse sentido, a instituição personifica, de uma só vez, as três ondas referidas por Cappelletti e Garth (1988). Esses autores identificaram no movimento de acesso à justiça três ondas e barreiras que deveriam ser superadas para que os indivíduos, especialmente os mais carentes, tivessem, de fato, seus direitos garantidos, transformando-se em cidadãos.

A Defensoria Pública se apresenta como o órgão que torna possível a superação dessas barreiras para a acessibilidade do direito à justiça e, portanto, opera em favor daqueles que são, historicamente, colocados à margem do próprio direito e tidos como “não cidadãos”.

A instituição da Defensoria Pública tornou possível que os mais pobres e excluídos do sistema judiciário conseguissem reivindicar seus direitos em igualdade de condições, e em paridade de armas, com aqueles que possuíam condições de arcar com instrumentos, até então, mais eficazes de garantia (FERREIRA; PAVI; CAOVIALLA, 2013, p. 78).

O Poder Judiciário, após o advento da Defensoria Pública, sofreu uma benéfica democratização do seu acesso, que continua evoluindo até o presente momento.

Em última análise, a Defensoria Pública é a verdadeira presença do Estado na vida dos indivíduos marginalizados e hipossuficientes, entretanto, é uma presença tardia, visto que se consolida apenas após a violação ou diante

da ausência de algum direito constituído – saúde, educação, alimentação, moradia, segurança, liberdade, etc.

Considerando todo o exposto, foi possível identificar que o Estado lança mão de diversos mecanismos de repressão e discriminação contra a classe oprimida da sociedade, funcionando como verdadeiro instrumento da classe dominante.

Resistem, ainda, neste cenário, instituições como a Defensoria Pública que, em que pese sua fundamentação constitucional, deve constantemente lutar contra as propositais omissões e ausências estatais – refletidas nas carências institucionais que sofre este órgão –, a fim de cumprir sua missão de proteger e defender os oprimidos.

Conclui-se, portanto, nas palavras de Santos (2011, p. 35) que “[...] neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise”.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O Estado constitucional de Direito, inserido neste cenário destrutivo, possui a especial função de dique das violências e arbitrariedades praticadas pelo Estado de polícia, de modo que o Estado de Direito é a própria contenção do Estado de polícia que constantemente pulsa em seu interior. Assim, quanto mais próximo se está do Estado de Direito mais longe se está desse Estado de polícia (ZAFFARONI, 2017, p. 169-170).

É por esse motivo que não há como conclamar a existência de um “direito penal garantista”. Ora, não pode existir outro direito penal em um Estado de Direito senão o direito penal de garantias, posto que as garantias do processo penal, neste ponto, são o resultado da evolução da contenção do Estado de polícia e, portanto, inerentes ao Estado de Direito. Dizer-se penalista e não garantista se trata de um equívoco imensurável (ZAFFARONI, 2017, p. 173). O Direito Penal sem garantias nada mais é do que a vingança legitimada pelo Estado.

O Estado constitucional de Direito não admite inimigos, não admite exceções, pois esses conceitos são próprios da deterioração dos princípios que fundam o Estado de Direito, de modo que são inaceitáveis na presença deste (ZAFFARONI, 2017, p. 190).

Portanto, o Estado de Direito não convive com o Direito Penal. Tratam-se de antônimos incapazes de subsistir concomitantemente. Enquanto um existir, o outro não estará plenamente assegurado e vice-versa. Enquanto houver Direito Penal em um Estado democrático de Direito, não se estará vivendo plenamente o Estado de Direito (ZAFFARONI, 2017, p. 170).

O que fazer, então, com a questão da violência?

Responder a essa pergunta, a partir desse ponto, só será possível nas próprias palavras de Zaffaroni (2017, pp. 184-185):

Poderíamos responder com a chamada *lógica do quitandeiro*, que não apenas é extremamente respeitável como também impecável, e com a qual nós, penalistas, temos muito o que aprender. Se uma pessoa vai a uma quitanda e pede um antibiótico, o quitandeiro lhe dirá para ir à farmácia, porque ele só vende verduras. Nós, penalistas, devemos dar este tipo de resposta saudável sempre que nos perguntam o que fazer com um conflito que ninguém sabe como resolver e ao qual, como falsa solução, é atribuída natureza penal. – grifos do autor.

A “solução” desse tipo de conflito só pode ser alcançada em conjunto, através da evolução das práticas sociais, entretanto, o que podemos dizer com o aprendizado adquirido no estudo de anos de práticas penais punitivistas é que a solução deste conflito não é o Direito Penal e o sistema punitivista, o qual é absolutamente ineficaz, intolerável e inconcebível em uma sociedade fundada nos princípios do Estado democrático de Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo concluiu que as hipóteses previstas como resultado da investigação em questão foram confirmadas, pois comprovamos que a violência é um elemento intrínseco da convivência social, a negação da violência como natural das relações sociais permite que o grupo socialmente dominante classifique a violência e, por meio de um exercício ideológico, preserve as relações de dominação através da rotulação da violência.

Neste quadro, o Estado e o Direito se manifestam como instrumentos dessa preservação social. Especialmente o Direito Penal, uma vez que possibilita essa manutenção através da seletividade penal.

A seletividade penal se trata de prática onde os indivíduos são etiquetados e selecionados penalmente em uma verdadeira empreitada política do grupo dominante que cria as regras de punição, define os atos desviantes, os bens a serem protegidos e os valores sociais.

O grupo dominante que cria as regras sociais garante que apenas os seus interesses particulares e seus valores individuais sejam legitimados e protegidos pelas regras criadas. A partir da criação da regra, os valores do grupo dominante passam a ser vistos, por toda a sociedade, como corretos, e qualquer ação contrária a esses valores como moralmente incorreta.

Ademais, a pesquisa demonstrou que o Direito Penal é instrumento, ainda, do sistema capitalista vigente. Isso porque, ao distribuir desigualmente as riquezas, a economia capitalista acentua os conflitos entre classes e, para conter e controlar esses conflitos, utiliza como ferramenta o Direito Penal. A motivação para que a classe dominante se torne uma empreendedora moral das suas regras e valores para toda a sociedade tem cunho econômico. O materialismo histórico, portanto, ressalta-se na análise dos processos de criminalização.

A pesquisa bibliográfica pôde ser comprovada através dos dados trazidos acerca do perfil carcerário brasileiro, demonstrando o êxito da seletividade penal no encarceramento em massa da população pobre, negra e periférica, servindo como instrumento de controle e de preservação do *status quo*.

O “desvio” foi compreendido como uma tentativa do grupo oprimido de atingir os fins socialmente reconhecidos, através de meios não reconhecidos

socialmente, uma vez que há um hiato imenso – em verdade, inalcançável – entre os fins reconhecidos socialmente (posse de bens, cultura, dinheiro, sucesso, etc...) e os meios legítimos para atingi-los.

Cabe reiterar, entretanto, que o desvio não é somente cometido pelo grupo oprimido ou por uma “minoría” como pretende o discurso do senso comum, fato é que a criminalidade é um comportamento de largos estratos sociais e o sistema é eficaz em sua seleção punitivista.

Nesse sentido, os desvios sociais e as violências sociais que são úteis ao sistema capitalista (crimes ambientais, econômicos, etc) são ignorados pelo sistema penal. Essa invisibilidade ressalta que o Direito Penal não trata de uma proteção à sociedade, mas sim da proteção do sistema econômico vigente e de seus interesses.

Todas essas arbitrariedades possuem um espaço geográfico para se desenvolverem. É nesse ponto que tratamos do direito à cidade e da alienação do direito dos cidadãos em detrimento dos interesses do Estado e das indústrias.

A cidade foi demonstrada como expressão da sociedade que a integra, portanto, a sociedade dos dominadores produz, via de consequência, a cidade dos dominados. A pesquisa realizada na cidade de Joinville, objeto do estudo documental, comprovou as hipóteses e as teorias bibliográficas expostas no presente trabalho.

Confirmamos, ainda, a ausência do Estado nos espaços socioeconomicamente vulneráveis, bem como a violência estrutural que decorre dessa negligência e se perpetra contra os indivíduos periféricos. Em contrapartida, apresentamos a presença do Estado no espaço periférico através do órgão da Defensoria Pública que, como seu objetivo primordial, tem a defesa dos direitos dos necessitados.

Por fim, concluímos pela total incompatibilidade da coexistência do Direito Penal com o Estado democrático de direito, de modo que onde um persiste o outro não existe. É por esse motivo que se entendeu como imperativa a vitória do Direito Penal e sua superação.

Salientamos, ainda, que as críticas e investigações realizadas no

presente estudo não se direcionam, em momento algum, aos profissionais que atuam nos sistemas pesquisados, visto que reconhecemos que os profissionais, na maioria dos casos, não possuem consciência da seletividade que opera nos sistemas em que trabalham, de modo que a pesquisa em questão visa, em todos os casos, a reflexão dos sistemas estudados e não propriamente dos profissionais que nesses sistemas atuam. Aproveitamos a oportunidade, ainda, para direcionar protestos de estima e consideração a todos aqueles que se dedicam para fazer deste mundo um lugar melhor.

O destino que nos é reservado quanto à evolução da resolução desta e de outras questões históricas é imprevisível, entretanto, não nos compete aguardá-lo impassíveis diante do caos. É preciso que a liberdade nos chegue antes da morte, e que a morte não seja nossa única liberdade. Urge que pratiquemos, agora e para todo o sempre, as palavras do poeta Souza (1984, p. 29):

Nada há que me domine e que me vença
Quando a minh'alma mudamente acorda...
Ela rebenta em flor, ela transborda
Nos alvoroços da emoção imensa.

Encerramos o presente artigo desejando a todos os leitores o despertar da alma e, via de consequência, que nada seja capaz de parar, dominar ou vencer aqueles que escolherem interceder pelos vulneráveis ou proteger os desprotegidos. Primavera eterna às flores do Amor e da liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002;

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008;

BENJAMIN, Walter. Crítica da Violência - Crítica do Poder. *In*: BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: Escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. Cap. 3. p. 160-175;

BOURDIEU, Pierre. **O efeito de lugar**. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.). A miséria do mundo. Tradução Mateus S. Soares Azevedo. Jaime A. Clasen. Sérgio H. de Freitas Guimarães.

Marcus Antunes Penchel. Guilherme J. de Freitas Teixeira. Jairo Veloso Vargas. Petrópolis, Vozes, 2011;

FERREIRA, Bruno; PAVI, Carmelice Faitão Balbinot; CAOVIILLA, Maria Aparecida Lucca. A Defensoria Pública e o acesso à justiça na América Latina. *In*: RÉ, Aluísio Iunes Monti Ruggeri (Org.). **Temas aprofundados da Defensoria Pública**. Salvador: Editora Juspodivm, 2013. Cap. 1. p. 67-88;

FERREIRA, José Ribeiro. **Mito das Origens – Rios e Raízes**. Coimbra: E-book, 2008. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt>. Acesso em: 17 ago. 2019;

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. 30. ed. Porto Alegre: L&pm, 2017;

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969;

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015;

NACIONAL, Depen - Departamento Penitenciário. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Atualização - Junho de 2016**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2016;

PREFEITURA DE JOINVILLE. **Mapas das regiões de abrangência das Subprefeituras do Município de Joinville**. Joinville, 2017. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/mapas-das-regioes-de-abrangencia-das-subprefeituras-do-municipio-de-joinville/>. Acesso em: 18 ago. 2019;

SADEK, Maria Tereza Aina. Defensoria Pública: A conquista da cidadania. *In*: RÉ, Aluísio Iunes Monti Ruggeri (Org.). **Temas aprofundados da Defensoria Pública**. Salvador: Editora Juspodivm, 2013. Cap. 1. p. 19-32;

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011;

SOARES, Antonio Mateus Carvalho. **Dialética da violência: Civilidade e incivilidade**. Prelúdios, Salvador, v. 8, n. 3, p.11-35, mar./ago. 2014;

SOUZA, João da Cruz e. **Últimos Sonetos**. Rio de Janeiro: Editora da UFSC/ Fundação Casa de Rui Barbosa/ FCC, 1984. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2019;

VOOS, Charles Henrique. **Quem manda na cidade: Poder e rent-seeking urbano**. Curitiba: Appris, 2018;

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 4. ed. São Paulo: Cultrix, n/d;

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017;

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

Larissa Machado Barcelos

Bacharela em Direito (ACE - Faculdade Guilherme Guimbala) e Discente do Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Ciências Penais e Segurança Pública (ACE - Faculdade Guilherme Guimbala).
machadobarcelos.advocacia@gmail.com

Ricardo Alexandre de Freitas

Bacharel em Direito (ACE - Faculdade Guilherme Guimbala) e Discente do Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Ciências Penais e Segurança Pública (ACE - Faculdade Guilherme Guimbala). ricardojus15@gmail.com

Recebido em 22 de junho de 2020.

Aceito em 29 de junho de 2020.

Percursos de um Laboratório de Psicologia Social Comunitária: pesquisa-intervenção e políticas públicas

Pathways of a Community Social Psychology Laboratory: research-intervention and public policies

Allan Henrique Gomes

Jhonny Willian Candiotto Uttida

Letícia de Andrade

Ana Paula Salvatori

Resumo: O presente artigo reflete a atuação do Laboratório de Psicologia Social Comunitária (LAPSICO FGG/ACE) no contexto da política pública de assistência social, com ênfase nas produções resultantes do projeto “Os sentidos da participação de trabalhadores e usuários nos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Joinville – SC”. O laboratório é um espaço de estudos, pesquisas e extensão universitária, que tem privilegiado a interface da Psicologia com as Políticas Sociais. Neste texto as discussões estão organizadas na forma de percursos, pois a reflexão destes possibilitou a escrita dos resultados da pesquisa em três categorias “os percursos do laboratório” que descreve um pouco da trajetória deste espaço; “os percursos na política de assistência social” que reflete uma perspectiva de inserção neste campo; “os percursos de pesquisa-intervenção” onde se apresentam algumas das realizações mobilizadas pelo projeto de pesquisa que trata este artigo.

Palavras-chave: Pesquisa-intervenção; psicologia social; política pública.

Abstract: This article reflects the performance of the Community Social Psychology Laboratory (LAPSICO FGG / ACE) in the context of public social assistance policy, with an emphasis on the outputs resulting from the project “The meanings of the participation of workers and users in the services of the Unified Health Care System Social - SUAS in the municipality of Joinville - SC”. The laboratory is a space for studies, research and university extension, which has privileged the interface between Psychology and Social Policies. In this text the discussions are organized in the form of paths, as their reflection made it possible to write the results of the research in three categories “the paths of the laboratory” that describes a little of the trajectory of this space; “The paths in the social assistance policy” that reflects a perspective of

insertion in this field; “The research-intervention pathways” which present some of the achievements mobilized by the research project that this article deals with.

Keywords: Research-intervention; social Psychology; public policy.

INTRODUÇÃO

A existência de um Laboratório de Psicologia Social Comunitária em uma graduação em Psicologia é ao mesmo uma necessidade e uma inovação no processo formativo, sobretudo, ao possibilitar a apropriação teórico metodológica de questões que fomentam a manutenção e potencializam a desigualdade social. De forma progressiva e como resultado da redemocratização do Brasil, as políticas públicas ampliaram a presença e a atuação da Psicologia no campo da desigualdade social e, reconhecidamente, a Psicologia Social Comunitária tem expressivas contribuições.

Para compreender a Psicologia Social, de acordo com Silva (2004), é preciso desnaturalizar o social. É necessário pensá-lo como um campo que existe entre os indivíduos, não se trata somente das interações que acontecem em um grupo, mas de um campo “marcado por uma multiplicidade de acontecimentos e de práticas que atravessam uma formação histórica num dado momento, que o social irá ganhar uma consistência e se constituir como um campo problemático” (SILVA, 2004, p. 14).

A psicologia social brasileira se constituiu a partir do enfrentamento ao contexto de desigualdade que caracterizava a maioria dos países da América Latina entre os anos de 1960 e 1970. No Brasil, quando foi regulamentada como profissão em 1962, a psicologia caracterizava-se por práticas elitistas, fato que afastava a sua atuação das demandas do país. A psicologia crítica, então, estabeleceu-se como um referencial teórico potente para o questionamento desse posicionamento e redirecionamento desta ciência e profissão (SAWAIA, 2014).

A psicologia social comunitária passa a ganhar força no Brasil a partir do surgimento da Escola de São Paulo, composta por Silvia Lane e seus

orientandos, que passam a ter um olhar crítico aos modelos tradicionais norte-americano e europeu de psicologia social. Esse movimento passa a ser um marco na história da psicologia social no Brasil, o que motivou a criação da psicologia social crítica, comprometida com a realidade do nosso país (CARVALHO; SOUZA, 2010; LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009).

A inserção do debate acerca das políticas públicas no âmbito da formação em psicologia tomou corpo a partir do entendimento a respeito do compromisso social da profissão e da luta antimanicomial, discussões que asseguraram o lugar do psicólogo nas políticas públicas. Vale ressaltar que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS estabelece o psicólogo como profissional de referência nas equipes (BRASIL, 2006), tornando o campo socioassistencial um dos maiores empregadores desta categoria profissional, demandando estudos e reflexões acerca dos saberes e fazeres neste contexto (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

A presença das/os psicólogas/os nas políticas públicas, com destaque ao Sistema Único de Saúde – SUS e ao SUAS, tornou-se uma das áreas de atuação com maior crescimento. Além disto, é uma das áreas fomentadoras de práticas emergentes na profissão e que congrega perspectivas teóricas-metodológicas diversificadas, contribuindo para a ampliação do diálogo e da abertura de novas e outras possibilidades pedagógicas no processo formativo das/os psicólogas/os.

O LAPSICO, então, integra professoras/es, monitoras e acadêmicas/os vinculadas a programas de iniciação científica e projetos de extensão; estagiárias/os orientadas/os pelas/os professoras/es e, ainda, acadêmicas/os em processo de pesquisa relativo ao trabalho de conclusão de curso (TCCs). Cada um possui sua função na organização do laboratório, apesar de muitas vezes essas funções se aproximarem.

Uma das funções que merece destaque no processo pedagógico do laboratório é a monitoria, função desempenhada por acadêmicas da graduação que vivenciam o espaço e as atividades laboratoriais cotidianamente, estreitando as relações do LAPSICO com outras/os discentes do curso. Lembrando que a monitoria é um programa dos cursos de graduação que consiste em atividades de ensino e aprendizagem que possibilitam a ampliação

da formação acadêmica. É necessário compreender que “o trabalho de monitoria pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento” (SCHNEIDER, 2006, p. 15).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) a viabilidade da monitoria é apontada nos seguintes termos: “os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudo” (BRASIL, 1996, art. 84). Portanto, o monitor é um estudante capaz de mediar a relação entre a instituição, as/os professoras/es e as/os acadêmicas/os, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, a atuação do professor orientador tem de ser participativa, sendo que “o monitor poderá e deverá reunir-se com o docente para juntos elaborarem um plano de trabalho, considerando percepções dos alunos e sobre a instituição” (NOTÁRIO; SANTOS, 2010, p. 356).

A monitoria pode vincular práticas de ensino, pesquisa e extensão, sendo atribuição do monitor exercer atividades nestes três campos, além de publicações e comunicações em congressos científicos (NOTÁRIO; SANTOS, 2010). Na experiência do LAPSICO as atividades de monitoria são decididas com as/os professoras/es, bem como avaliadas com eles sistematicamente. Sendo assim, a participação em projetos de extensão, organização de grupos de estudo, assessoria aos estudantes em projetos de pesquisa e escrita de textos acadêmicos, bem como o acompanhamento de atividades relacionadas aos projetos desenvolvidos pelo laboratório e a compreensão do universo acadêmico (plataforma Brasil, plataforma Lattes, entre outros) são práticas atribuídas e exercidas pela monitoria.

Por possuir esse caráter voltado a pesquisa, o LAPSICO conta com acadêmicas/os vinculadas/os ao programa de iniciação científica. Trata-se de graduandos interessados nos processos de investigação e que queiram ampliar a formação em pesquisa. É a partir da iniciação científica que os graduandos passam a ter contato com o pesquisar em psicologia de uma forma mais sistemática. É sabido que o desenvolvimento de uma carreira profissional na

área acadêmica se inicia, muitas vezes, como a iniciação científica realizada no decorrer da graduação (BRIDI; PEREIRA, 2004).

O conhecimento científico é um capital de enorme importância para o nosso país. Investir na sua busca e na democratização de tecnologias e ferramentas de produção e socialização do conhecimento acadêmico é investir na qualidade de vida da sociedade brasileira (OTTA, 2009. p. 13). Deste modo, no ano de 2016, visando aprimorar o processo de pesquisa, foi elaborado um projeto guarda-chuva denominado “Os sentidos da participação de trabalhadores e usuários nos serviços do sistema único de assistência social no município de Joinville – SC”. O referido projeto foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado por comitê de ética na pesquisa com seres humanos. Com o projeto guarda-chuva o laboratório focalizou a pesquisa intervenção na política pública de assistência social, obtendo dessa forma resultados teórico-metodológicos plausíveis, bem como, efeitos significativos no processo de formação no campo da desigualdade social.

Além de colaborar com o processo formativo de futuras/os psicólogas/os, outra proeminente atribuição do LAPSICO é a produção de conhecimento. Por meio de pesquisas e outras ações que mobilizam resultados desses projetos, estão sendo comunicados conteúdos relevantes a toda comunidade acadêmica, discutindo o lugar da psicologia nas políticas públicas, principalmente no contexto do SUAS. Todo resultado produzido e socializado com acadêmicas/os e profissionais que atuam nesse contexto vem colaborando na compreensão dos desafios e das possibilidades da atuação psicossocial no campo da desigualdade social.

Sendo assim, este artigo reflete a atuação do Laboratório de Psicologia Social Comunitária no contexto da política pública de assistência social, com ênfase nas produções resultantes do projeto “Os sentidos da participação de trabalhadores e usuários nos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Joinville – SC”. Para tanto, revisitamos os registros das pesquisas vinculadas ao projeto guarda-chuva, por meio da releitura de relatórios de pesquisas e estágios, TCCs, diários de campo, artigos e resumos apresentados em eventos científicos e publicados em revistas acadêmicas.

Objetivamente, realizamos uma sistematização das pesquisas e práticas do LAPSICO, a partir do acesso ao acervo/arquivo do local, especificamente os trabalhos realizados no SUAS. Utilizamos como critério de inclusão pesquisas e práticas que estivessem vinculadas ao projeto guarda-chuva e que utilizaram da mesma metodologia de trabalho, chamada de pesquisa-intervenção. Mediante a promoção de atividades criativas, teoricamente denominadas como “oficinas estéticas”, investigou-se os sentidos das relações e experiências de trabalhadoras/es e usuárias/os nos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A partir da identificação dos trabalhos que foram produzidos, apresentaremos nas próximas seções algumas considerações acerca da Política de Assistência Social, sobre o Laboratório de Psicologia Social Comunitária, bem como a caracterização dessa metodologia resultante da atuação do trabalho desenvolvido pelo laboratório, e a potência desses trabalhos nas práticas socioassistenciais.

OS PERCURSOS DO LABORATÓRIO

O LAPSICO foi idealizado em agosto de 2014, mas entrou efetivamente em funcionamento em março de 2015. É mantido como uma extensão da sala de aula, com o objetivo geral de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão em Psicologia Social Comunitária integrando a formação em Psicologia com as políticas públicas. Como objetivos específicos tem: (1) Realizar pesquisas na área da psicologia social comunitária; (2) Realizar práticas de extensão em serviços voltados à comunidade; (3) Promover grupos de estudos, cursos, seminários e congressos bem como participar de atividades acadêmicas; (4) Promover ações de educação continuada a egressos do curso, profissionais nas áreas temáticas, pesquisadores e docentes em Psicologia; (5) Realizar atividades integradas às disciplinas do curso relacionada à Psicologia Social; (6) Fomentar ações interdisciplinares entre docentes dos diversos cursos.

O LAPSICO constitui-se como um espaço físico e institucional fomentador na articulação de pesquisas e práticas relativas à Psicologia Social Comunitária e, por extensão, na inserção destes temas na formação em Psicologia. Neste sentido, o laboratório desenvolve uma série de atividades em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Joinville/SC. As pesquisas são realizadas no SUAS, na Proteção Social Básica, bem como na Proteção Social Especial, nos equipamentos de média e alta complexidade. O acesso a esse campo foi possível em razão da parceria do LAPSICO com a SAS, que possibilitou às/aos acadêmicas/os uma vivência na assistência social, fato que contribui para uma formação com ênfase nas políticas públicas. Além disso, a política de assistência social tornou a psicologia uma profissão de referência neste campo, empregando dessa forma, muitas/os psicólogas/os nos serviços da rede socioassistencial (RODRIGUES; GUARESCHI; CRUZ, 2013).

Ao longo da trajetória do laboratório, especialmente o percurso de pesquisas mobilizadas pelo projeto guarda-chuva (2015-2019), foram realizadas diversas atividades com as/os acadêmicas/os do curso de psicologia, como os estágios obrigatórios, atividades de pesquisa e extensão, bem como seminários, comunicação acadêmica em encontros e congressos, entre outras publicações. Essas ações fomentaram a produção de conhecimento sobre a temática e contribuíram no estreitamento das relações entre a graduação e os serviços do SUAS.

Dentro das atividades realizadas estão os grupos de estudos que objetivam promover uma discussão sobre temas específicos possibilitando reflexões da atuação do psicólogo nas políticas públicas. Os temas abordados foram relações estéticas e políticas, SUAS, psicologia social crítica e psicologia e políticas sociais. Os grupos de estudos dão subsídios teóricos para as/os acadêmicas/os e se mostraram fundamentais para a produção e análise de suas pesquisas.

Todas as atividades vinculadas ao projeto guarda-chuva possibilitaram às/aos acadêmicas/os a produção de artigos científicos e comunicações orais de suas vivências em eventos e congressos, dando assim, maior visibilidade às

produções vinculadas ao LAPSICO e contribuindo para a produção de conhecimento.

É importante ressaltar o papel da monitoria, esse que se faz fundamental para a organização e gestão do espaço e das atividades, estando inseridas nas diversas tarefas promovidas pelo laboratório, tornam-se fundamentais. Vale frisar que para estas compreensões (por exemplo, de assessorias e acompanhamentos) foram necessárias apropriações da monitora por meio de busca de referências, literaturas específicas, cursos, congressos e aperfeiçoamentos na perspectiva da Psicologia Social Comunitária e métodos de pesquisa. Além disso, em virtude dos estágios e extensões universitárias acontecerem principalmente nas políticas públicas, foi necessário conhecimento da rede local, e assim, o planejamento de práticas em Psicologia Social Comunitária para além do espaço acadêmico.

Considerando esta trajetória nestes últimos cinco anos e, ainda, projetos anteriores na rede SUAS Joinville - SC, que fomentaram o surgimento do laboratório, queremos apresentar o modo de trabalhar do LAPSICO, onde reverbera nas atividades diversas vinculadas ao mesmo, e que através do projeto guarda-chuva sistematizou um modo de trabalho próprio do mesmo.

OS PERCURSOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS teve suas bases consolidadas em 2005, após a implantação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004. Considerando a instituição de novos serviços, a ampliação do número de trabalhadoras/es e a perspectiva de afirmação dos princípios constitucionais nas práticas socioassistenciais, o projeto guarda-chuva teve por objetivo analisar os sentidos das relações e experiências de trabalhadoras/es e usuárias/os nos serviços do Sistema Único de Assistência Social no município de Joinville – SC.

O SUAS organiza as ações da Assistência Social em dois tipos de proteção social: Proteção Social Básica, que tem como objetivo prevenir os riscos sociais

e pessoais, por meio da oferta de programa, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. E a Proteção Social Especial, destinada a família e indivíduos que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (ANDRADE et. al, 2017; BRASIL, 2004; 2012).

Os novos conceitos e tipificações nos modos de trabalho/intervenção começam a exigir rompimentos com certa racionalidade burocrática que domina a esfera pública. No campo da Assistência Social esta dimensão burocrática do Estado que penetra as práticas socioassistenciais tem como efeito o estabelecimento de fortes vínculos dos serviços de proteção social com o Poder Judiciário. E, este acoplamento da Assistência Social pelo Judiciário não ocorre somente no nível da proteção social especial, ou seja, naqueles serviços especializados que atendem as situações caracterizadas pelas violações de direitos (violências contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, etc.), mas antes, perpassam o tecido social.

Em uma sociedade ordenada por modos perceptivos que naturalizam as violências, as desigualdades e as misérias, o deslocamento de realidades ou ainda, a vivência em campo de fronteira destas sensibilidades pode potencializar formas outras de compreensão e sentido. E afirmamos isto, pelo menos agora, sem pensar em valoração dos sentimentos e dos afetos. Investigar as trajetórias, os sentidos e outros aspectos psicossociais da experiência de trabalhadoras/es e/ou usuárias/os do Sistema Único de Assistência Social é uma forma de conhecer os modos como se vinculam na prática cotidiana o combate às violências e às violações de direitos (GOMES, 2016).

A desigualdade social é uma condição que não possibilita saídas por ela mesma. E isto afeta tanto usuárias/os da assistência social como também suas/seus trabalhadoras/es. Obviamente, que cada um deles em suas próprias realidades, mas com o fato comum de que na desigualdade social habitam sofrimentos e angústias que afastam o processo criativo e a elaboração de novidades ao cotidiano.

Pensando que apesar da desigualdade ser complexa, constituída por diversas dimensões, a psicologia social, especialmente a perspectiva sócio

histórica aposta na potência, e que a pesquisa científica nessa perspectiva pode contribuir para visibilizar experiências “exitosas”, neste caso nas políticas públicas. Neste sentido, a dimensão metodológica do projeto guarda-chuva se orientou para a pesquisa-intervenção, mobilizando encontros com usuárias/os e trabalhadoras/es, mediado por oficinas estéticas.

As pessoas, marcadas pelas condições sociais e históricas que as forjaram, podem estabelecer relações de variadas formas com a realidade, com os outros e consigo mesmos, relações essas que podem ser prático-utilitaristas ou estéticas. Enquanto as primeiras caracterizam o plano da cotidianidade, estas últimas destacam-se na medida em que possibilitam ao sujeito descolar-se da realidade vivida e imergir em outra, mediada por novos sentidos que contribuem para o redimensionamento e ressignificação do próprio viver/existir (ZANELLA, 2006).

A experiência estética é uma possibilidade que não se esgota na articulação entre os sentidos do processo de fazer e o produto final, mas também se lança em um processo de reinvenção de planos presentes e futuros. A experiência trata dos rompimentos com o instituído, trata de percepções que trafegam ao sujeito sem uma prévia definição ou registro de como deve ser acomodada aquela realidade. E realidade aqui, diz respeito ao campo da sensibilidade, não sobre o objeto necessariamente, mas sobre como são conhecidos, sentidos e percebidos estes mesmos objetos/naturezas.

Neste sentido, compreendemos as relações estéticas como acontecimentos que mobilizam no sujeito a imaginação, a memória e os afetos, que desvendam olhares para si, para os outros e sobre o mundo, articulando sentidos que se refazem na experiência criadora, tanto da obra, quanto do sujeito criador. Pensamos ser a experiência aquilo de concreto, porém não estagnado, que no movimento de objetivação e subjetivação permanece entre o produto, o sujeito e o processo de fazer.

É nesta direção que se compreende a atividade criadora, pois na perspectiva histórica e dialética da vida, a obra é produto tecido nas relações humanas, e, portanto, um fazer afetivo e reflexivo, permeado de significados e somente possível na relação com o outro. “Entendemos como reflexiva toda

atividade humana que objetiva uma racionalidade, e como afetiva as objetivações que contemplam as emoções e os sentimentos” (MAHEIRIE; URNAU, 2007, p. 199).

OS PERCURSOS DE PESQUISA-INTERVENÇÃO

A existência do Laboratório de Psicologia Social Comunitária vem possibilitando a organização e a articulação de estudos e intervenções e exigindo uma proposta integrada de pesquisa, pois a partir de projetos anteriormente desenvolvidos tem-se observado que o desenho metodológico de trabalho segue os parâmetros da pesquisa-intervenção, utilizando como dispositivo as oficinas estéticas. Estas atividades, tanto de pesquisa como de extensão e estágios, caracterizam-se como pesquisa-intervenção pois visam “a produção de relações outras, de modos outros de com-viver. Transformação dos outros com os quais se pesquisa e da própria pesquisadora que se torna outra na interação com o campo” (DIAS; ZANELLA; TITTONI, 2017, p. 160).

O formato dos encontros foi inspirado no conceito de oficinas estéticas, caracterizadas como dispositivos no trabalho com grupos, mediadas por atividades criadoras. Podem ser definidas como ferramentas de intervenção psicossocial, que promovem o exercício de coautoria, por meio das artes plásticas, fotografia, audiovisual, jogos, entre outros, que potencializam a criatividade. Além disso, também podem ser consideradas dispositivos de pesquisa-intervenção, “sendo esta compreendida como prática social que envolve relações entre pessoas na busca por reconhecer e/ou formular soluções a uma situação específica” (REIS; ZANELLA, 2015, p. 26).

Pode-se dizer que os encontros são planejados e realizados em dois momentos, ainda que não de forma separada ou abrupta entre si. Na primeira parte, desenvolve-se com os participantes uma atividade mediada por recursos interativos e, no segundo momento, realiza-se na forma de grupos de discussão um diálogo com os participantes do encontro. Existe uma organização prévia

desses encontros, mas é o próprio movimento do grupo que direciona o percurso de oficinas.

Essas estratégias podem contribuir para que os profissionais e usuários do SUAS “possam olhar para a própria vida de um outro lugar, reconhecendo-se como sujeitos da própria história”, pois as atividades convidam o “sujeito ao distanciamento do vivido, podendo nele provocar uma visão diferente sobre si e sobre a própria existência” (REIS; ZANELLA, 2015, p. 30).

As pesquisas e práticas foram organizadas em alguns percursos que poderiam ser de formação permanente dos profissionais ou com os usuários dos serviços socioassistenciais. Cada percurso teve uma ênfase temática ou metodológica. O trabalho desenvolvido por Andrade, Gomes e Maheirie (2016) foi construído como um percurso de formação para trabalhadoras da Proteção Social Básica, com ênfase nos recursos audiovisuais. Gomes, Krüger e Andrade (2016) também trabalharam com a Proteção Social Básica, mas a partir da ludicidade. Arins, Lopes e Gomes (2016), Moser, Lima e Gomes (2016) e Marcantoni e Gomes (2016) construíram um percurso lúdico com trabalhadoras dos CREAS, prática que foi relatada e analisada nos trabalhos de conclusão de curso. Gomes, Salvatori e Uttida (2019) organizaram com profissionais de um CREAS um percurso sobre o conceito de território e seus desdobramentos.

Acerca das intervenções com usuários dos serviços socioassistenciais, Felício, Gomes e Salvatori (2017) realizaram um percurso com jovens no serviço de medidas socioeducativas e utilizaram como recurso metodológico a fotografia. Gomes e Gunlanda (2018) trabalharam com usuários do Centro Pop, a partir da audiência de um documentário sobre a cidade. Freitas, Corrêa e Gomes (2020) construíram um percurso com adolescentes em um CRAS, mediado por diversas estratégias, tais como: audiovisual, rodas de conversa, construção de história em quadrinhos.

Este texto não reflete a totalidade dos resultados, mas apresenta alguns resultados preliminares e significativos acerca do modo de trabalho que o laboratório foi construindo ao longo dos anos de existência e do trabalho orientado a partir do projeto guarda-chuva. Andrade, Gomes, Langaro e Silveira (2016) destacaram algumas contribuições deste modo de trabalho,

especialmente no que se refere aos percursos de formação realizados com trabalhadoras/es da assistência social, viabilizados pela cooperação entre o LAPSICO e a SAS. O trabalho com os percursos possibilitou a elaboração de um estilo de educação continuada que contemplava as experiências pessoais e profissionais e privilegiava a produção de sentidos do fazer socioassistencial.

Com respeito a metodologia de percurso, vale ressaltar que os encontros são planejados a partir do desenvolvimento de estratégias de trabalho socioassistencial. Sintetizando o que foi dito anteriormente, podem ser apontados como recursos interativos o trabalho com fotografias, curta metragens, mapas, jogos (dramáticos, tabuleiros, lúdicos), poesias e músicas, entre tantas outras possibilidades. Estes recursos não são meramente aplicados, mas reinventados nos planejamentos das pesquisas e intervenções, bem como durante os percursos por meio das orientações de pesquisa e estágio.

Mesmo naquelas situações em que são retomadas experiências de encontros anteriores de pesquisa intervenção, os recursos são repensados e recebem algum tratamento da equipe atual, pois compreende-se que na pesquisa intervenção, os percursos são singulares. A proposta é de fato romper com lógicas produtivistas no campo socioassistencial. Na experiência do laboratório, quase sempre a criação de um percurso corresponde também a criação de sua própria tecnologia socioassistencial.

A terminologia “tecnologia” não pode caracterizar somente equipamentos tecnológicos. As tecnologias socioassistenciais ou leves “são as tecnologias das relações, como o acolhimento, o vínculo, a autonomização, a responsabilização” (OLIVEIRA, 2011, p. 91). São formas “de agir entre sujeitos trabalhadores e usuários. Individuais e coletivos, implicados com a produção do cuidado” (MERHY; FRANCO, 2003, p. 318).

A proposição e experimentação destes recursos com trabalhadoras/es e usuárias/os do SUAS vem sendo designada (*design do encontro*) de tecnologias socioassistenciais. Os recursos construídos/vivenciados pelos integrantes do LAPSICO se engendram na atividade combinatória, no acontecimento dos encontros. O processo criativo contempla o planejamento dos percursos, as observações em campo, as orientações de pesquisa e/ou estágios, diálogo com

integrantes das equipes dos serviços do SUAS, até chegar no percurso em si, nos encontros da pesquisa-intervenção. As ressonâncias de cada encontro são refletidas nas orientações e, neste processo, o planejamento é revisitado. Partindo deste pressuposto, afirmamos que as oficinas estéticas podem ser combinadas às tecnologias socioassistenciais, constituindo-se como produtos umas das outras, em um processo criativo contínuo (ANDRADE; GOMES; MAHEIRIE, 2016).

As pesquisas e práticas apresentadas e discutidas neste texto estão pautadas na mesma metodologia de trabalho, a pesquisa-intervenção, e demonstram um modo de fazer/pesquisar na Assistência Social. A partir do exposto, compreende-se que esta forma de pesquisa-intervenção é própria do LAPSICO e potente, uma vez que contribui para a formação das/os acadêmicas/os e sua atuação nos serviços socioassistenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica do nosso país está concentrada em grande parte nas universidades¹, principalmente nos programas de pós-graduação. Pelos programas de bolsa de iniciação científica o acadêmico passa a ter contato com o pesquisar logo no início da sua vida acadêmica. O Laboratório de Psicologia Social Comunitária tem um papel importante na formação, sendo uma extensão da sala de aula, possibilitando experiências novas do fazer pesquisa em psicologia social.

Nesses cinco anos de funcionamento, o LAPSICO passou a ter um modo próprio de trabalho, que reverbera nas suas produções, sendo nos estágios, TCC's, extensões, entre outros. A reflexão acerca desses trabalhos, apontou para um modo de trabalhar na assistência social, que aposta na potência de criação e ação dos sujeitos participantes, sejam as/os trabalhadoras/es,

¹ Relatório da Clarivate para a Capes revela panorama da produção científica do Brasil (2011-2016). Disponível em: <http://portal.if.usp.br/ifusp/pt-br/not%C3%ADcia/panorama-da-produ%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-do-brasil-2011-2016>. Acesso em 18 dez 2018.

usuárias/os, acadêmicas/os e/ou professoras/es. A proposição de tecnologias socioassistenciais, engendradas pelo trabalho com recursos criativos, espaço para o diálogo e fazeres coletivos, se apresenta como uma estratégia potente, pois o trabalho criativo proporciona novos modos de estar/ser/viver nos diversos contextos, inclusive no campo da desigualdade.

O desenvolvimento de oficinas estéticas contribui no descolamento significativo destas realidades, ou seja, atividades criativas seguidas de grupos de discussão contribuem tanto com usuárias/os como trabalhadoras/es no sentido de pensar/perceber alternativas de enfrentamento da realidade. O efeito das oficinas é a própria experiência estética, como processo de significação potencial para gerar deslocamentos dos modos de ver, nos sentidos do olhar.

As experiências vividas no âmbito socioassistencial possibilitam às/aos acadêmicas/os novas formas de atuação no campo das políticas públicas e contribui para a sua formação como psicólogo, mostrando novas formas de estar nesses espaços. O LAPSICO possibilita às/aos acadêmicas/os, discussões e vivências que numa sala de aula não seria possível experienciar. A reflexão acerca da trajetória do laboratório, por meio da retomada dos textos e publicações demonstra o volume de trabalhos elaborados e aponta para a necessidade de uma análise mais minuciosa e documental das produções.

Concluimos ainda que o LAPSICO se mostrou como um espaço de produção de conhecimento científico no âmbito do SUAS e que ao longo desses cinco anos produziu muito material sobre o tema mencionado e que é de suma importância a comunicação desses resultados nos meios de comunicação acadêmicos, pois mostram ser práticas inovadoras no âmbito das políticas sociais/públicas de assistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L.; GOMES, A. H.; MAHEIRIE, K. Mediação audiovisual: uma tecnologia para a educação continuada de trabalhadores do Sistema Único de

Assistência Social. In: II Colóquio Luso-Brasileiro de Educação, 2016, Joinville. **Anais do II COLBEDUCA - Colóquio Luso-Brasileiro de Educação**, 2016. v. 1. p. 511-524.

ANDRADE, L.; GOMES, A. H.; DE SOUZA, J. A.; BRAGA, G. C. Percursos e experiências da psicologia no sistema único de assistência social em Joinville/SC. **Revista de ciências humanas (ufsc)**, v. 51, p. 230, 2017.

ANDRADE, L.; GOMES, A. H.; LANGARO, F.; SILVEIRA, G. K. **Ensino, pesquisa e extensão na interface com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS**: a trajetória de um Laboratório de Psicologia Social Comunitária. In: IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, 2016, Natal. *Psicologia, política e território: resistências e capturas no cotidiano*, 2016. p. 577-577.

ARINS, L. B.; LOPES, S.; GOMES, A. H. **Processo de Criação e Experimentação de um Dispositivo Lúdico no Contexto do Sistema Único de Assistência Social**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia) - Associação Catarinense de Ensino. Orientador: Allan Henrique Gomes.

AXT, M. Do pressuposto dialógico na pesquisa: o lugar da multiplicidade na formação (docente) em rede. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v.11, n. 1, p. 91-104, jan./jun. 2008.

BRASIL, **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL, **Norma Operacional Básica – Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**. Brasília: MDS, 2006.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei n.º 9.394/1996.

BRIDI, J. C. A.; PEREIRA, E. M. A. **A Iniciação Científica na Formação do Universitário**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. **Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos**. 1.º ed. - Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/UFSC, 2013.

CARVALHO, B. P.; SOUZA, T. M. S. A “Escola de São Paulo” de psicologia social: Apontamentos históricos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 4, n. 15, p.713-721. 2010.

DIAS, L. R. R.; ZANELLA, A. V.; TITTONI, J. Oficinas de fotografia na pesquisa-intervenção: construção de coletivos de trabalho. **Nupem**, Campo Mourão, v. 9, n. 16, p. 158-174, jan/abr. 2017.

FELICIO, T.; SALVATORI, A. P.; GOMES, A. H. **Imagens na pesquisa intervenção: o sentido e o olhar de jovens sobre o território**. In: II Encontro Brasileiro de Pesquisadores do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social - NEXIN, 2017, São Paulo. Anais II Encontro Brasileiro de Pesquisadores do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN): afeto, política e desigualdade social. Manaus - AM: Editora da UFAM, 2017. v. 01. p. 20-20.

FREITAS, L. C.; CORREA, A. P.; GOMES, A. H. **Vínculos, projeção e protagonismo: minha história em quadrinhos**. In: XII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, 2019, Florianópolis. Anais XII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento. Florianópolis, UFSC, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1989. 206 p.

GOMES, A. H. **Mediação audiovisual e atividade imagética: um encontro com trabalhadoras no campo da desigualdade social**. 2016. 155 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

GOMES, A. H.; GUNLANDA, O. A. C. **Entre telas e cenas da rua: a mediação audiovisual no encontro com vidas outras nas cidades**. In: Juliano Del Gobo. (Org.). *A psicologia frente ao contexto contemporâneo*. 1ed. Ponta Grossa: Antonella Carvalho de Oliveira, 2018, v. , p. 80-94.

GOMES, A. H.; SALVATORI, A. P.; UTTIDA, J. W. C. **Território e Proteção Social: a experiência de uma pesquisa-intervenção no SUAS**. In: III Colóquio Psicologia Sócio-histórica E O Contexto Brasileiro De Desigualdade Social, 2019, São Paulo. Anais III Colóquio Psicologia Sócio-histórica E O Contexto Brasileiro De Desigualdade Social. Manaus AM: Editora da UFAM, 2019. v. 01. p. 45-46.

GOMES, A. H.; KRÜGER, F. C.; ANDRADE, L. **Percursos Lúdicos Com Profissionais Da Proteção Social Básica De Idosos: Experimentando Dispositivos Socioassistenciais**. In: IX Simpósio Brasileiro De Psicologia Política, 2017, Natal. Anais do IX simpósio brasileiro de psicologia política: psicologia, política e território. Natal: UFRN, 2016. v. 01. p. 180-180.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C.; ALMEIDA, J. A. M. *Psicologia Social como Psicologia Política? A Proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane*. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 18, p.223-236, dez. 2009.

MAHEIRIE, K.; URNAU, L. **Processos de criação em contextos de desigualdade social**. In: ZANELLA, Andréa V.; COSTA, Fabíola C. B.; MAHEIRIE, Kátia; SANDER, Lucilene; DA ROS, Silvia Z. (Orgs.). Educação estética e constituição do sujeito: reflexões em curso. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007.

MARCANTONI, L. I. G.; GOMES, A. H. **Proteção Em Jogo: Um Estudo Acerca Da Saúde Mental Dos Profissionais De CREAS**. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Psicologia e Práticas Clínicas: perspectivas atuais) - Associação Catarinense de Ensino. Orientador: Allan Henrique Gomes.

MERHY, E. E.; FRANCO, T. B. Por uma Composição Técnica do Trabalho em saúde centrada no campo relacional e nas tecnologias leves: Apontando mudanças para os modelos tecno-assistenciais. **Saúde em debate**, v. 27, n. 65, p. 316-323, 2003.

MOSER, T. K.; LIMA, R. R.; GOMES, A. H. **O trabalho com famílias e indivíduos em Centros de Referência Especializada de Assistência Social: efeitos nas profissionais de psicologia e serviço social**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia) - Associação Catarinense de Ensino. Orientador: Allan Henrique Gomes.

NOTÁRIO, E. G.; SANTOS, A. A. A. Programa de monitores para o ensino superior. **Revista Estudos de Psicologia**, n. 3, v. 27, p. 355-364, 2010.

OLIVEIRA, M. V. **A ação clínica e os espaços institucionais das políticas públicas: desafios éticos e técnicos**. In: CFP. V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas - Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas / Brasília: CFP, 2011.

OTTA, E. Prefácio. In: SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. **Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica**. Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia, 2009, p. 13-14.

REIS, A. C.; ZANELLA, A. V. Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. **Revista de Ciências Humanas**, v. 49, n.1, p. 17-34, 2015.

RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N.; CRUZ, L. **A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social**. Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social. p. 11-22, 2013.

SAWAIA, B. B. Transformação social: um objetivo pertinente à psicologia social? **Psicologia & Sociedade**, 26 (esp.), 4-17, 2014.

SCHNEIDER, M. S. P. S. Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, 5. ed, vol mensal, 2006.

SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. **Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26-29/10, 2009. 4554 – 4566.

Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>
acessado em 02/10/2018

SILVA, R. N. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Revista Psicologia & Sociedade**, n. 16, v. 2, 2004.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, 26(esp.), 9-24, 2010.

ZANELLA, A. V. **Sobre olhos, olhares e seu processo de (re)produção**. In: Da Ros, Silvia Zanatta; Lenzi, Lucia Helena Correa; Souza, Ana Maria Alves; Gonçalves, Marise Matos (Orgs.). *Imagem: intervenção e pesquisa*. Florianópolis: UFSC: NUP/CED/UFSC. 2006.

Allan Henrique Gomes

Doutor em Psicologia (UFSC), professor e coordenador do Laboratório de Psicologia Social Comunitária (ACE/FGG), docente do Programa de Pós Graduação em Educação (Univille). allanpsi@yahoo.com.br

Jhonny Willian Candiotta Uttida

Psicólogo (ACE/FGG), foi bolsista de iniciação científica (UNIEDU) vinculado ao Laboratório de Psicologia Social Comunitária (ACE/FGG). jhonny.uttida@gmail.com

Letícia de Andrade

Mestra em Psicologia (UFSC), psicóloga (ACE/FGG), foi monitora no Laboratório de Psicologia Social Comunitária (ACE/FGG).
ldandrade@outlook.com

Ana Paula Salvatori

Psicóloga (ACE/FGG), foi monitora no Laboratório de Psicologia Social Comunitária (ACE/FGG). anapsalvatori@yahoo.com.br

Recebido em 22 de junho de 2020.

Aceito em 29 de junho de 2020.

Acidente Vascular Cerebral: um olhar sobre a (re)organização no contexto familiar

Stroke: a look at (re)organization in the family context

Caroline Evelyn Sommerfeld-Ostetto

Angelita Ferreira Meira Blazius

Marcia Regina Gugelmin

Milena Regina da Silva

Resumo: Reconhecendo o Acidente Vascular Cerebral como um importante problema de saúde pública na realidade brasileira e no mundo, o presente estudo teve como objetivo analisar as principais demandas referentes à organização do cuidado no contexto familiar, após um indivíduo sofrer um episódio de Acidente Vascular Cerebral (AVC). O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa exploratória de corte transversal, com análise quanti-qualitativa dos resultados, embasada na triangulação de métodos. As informações foram obtidas através da análise de prontuário clínico dos participantes, da aplicação de entrevista semidirigida aos indivíduos que passaram por um episódio de AVC e que recuperam-se de suas sequelas, bem como de entrevista aplicada aos familiares que acompanhavam o processo de reabilitação desses indivíduos. A análise dos dados obtidos permitiu a identificação das principais necessidades de cuidado dos indivíduos acometidos pelo agravo de saúde em processo de reabilitação, além das condições de reorganização no contexto familiar inerentes à nova realidade. Foi perceptível a carga negativa que o AVC e suas sequelas trazem consigo, mas foi possível, também, observar que em momentos de crise as relações familiares são colocadas à prova e, nos casos analisados, vínculos demonstraram-se fortalecidos.

Palavras-chave: acidente vascular cerebral; família; cuidador.

Abstract: Recognizing the Stroke as important public health problem in the Brazilian and global reality. The present study had an objective to analyze the main claims regarding the family history of care in the family context, after an individual suffered an episode of Cerebral Vascular Accident. The interest about the subject arose from the experience of psychology internship in the Clinical School of Physiotherapy of Faculty Guilherme Guimbala, in contact with patients who suffered stroke and their companions, where the researcher observed changes that occurred in the life of an individual who faced an episode of stroke and that lives together with its sequels. The study developed through an exploratory cross-sectional study, with quantitative-qualitative analysis of the results, based on the triangulation of methods. The

information was obtained through the clinical records of the participants, the application of semidirectional interviews to the individuals who had a stroke episode and recovered from their sequels, as well as interviews applied to the relatives who followed the rehabilitation process of these patients. The data analysis allowed the identification of the main care needs of the individuals affected by the health problem, as well as the conditions of reorganization in the family context intrinsic to the new reality. The negative charge that the disease brings with it was perceptible, but it was also possible to observe that in moments of crisis the family relationships are put to the test and, in the cases analyzed, the bonds have been strengthened.

Keywords: Stroke; family context; health needs.

INTRODUÇÃO

O grupo de doenças cardiovasculares representa a maior causa de morte no mundo, dentre elas a Isquemia Cardíaca ocupa a primeira posição, seguida do Acidente Vascular Cerebral (AVC). Considerado um importante problema de saúde pública, além de apresentar alta letalidade, o AVC é o agravo de saúde mais incapacitante da atualidade (OMS, 2018; OPAS, 2020). Dados de registros epidemiológicos do Brasil, do estado de Santa Catarina e da cidade de Joinville, também, apontam o AVC como a segunda principal causa de morte, com tendência de aumento entre adultos jovens (BRASIL, 2017; CABRAL, 2017).

O termo Acidente Vascular Cerebral é usado para designar o déficit neurológico (transitório ou definitivo) em uma área cerebral, secundário a alteração da irrigação sanguínea no sistema nervoso central decorrida por um grupo de doenças com manifestações clínicas semelhantes, mas que possuem etiologias diversas. O AVC pode se traduzir num comprometimento neurológico focal, ou global que subitamente desencadeará sinais e sintomas relacionados com o comprometimento de áreas acometidas no cérebro, ou mesmo levará à morte (ABAVC, 2019; COELHO, 2016).

A alteração da irrigação do fluxo sanguíneo cerebral pode ser decorrente de uma hemorragia em vasos cerebrais, caracterizando o Acidente Cerebral Vascular Hemorrágico, ou de um bloqueio que impede que o sangue flua para o para o cérebro chamado de Acidente Vascular Cerebral Isquêmico As causas

do AVC geralmente resultam de uma combinação de fatores de risco, como uso de tabaco, consumo de álcool, dietas inadequadas e obesidade, sedentarismo, hipertensão, diabetes e hiperlipidemia, somados ao avanço da idade e fatores hereditários (ABAVC, 2019; SBDCV, 2020). Apesar de mais recorrente entre idosos, pesquisas recentes demonstram crescimento nos registros de AVC entre pessoas com menos de 45 anos de idade (CABRAL, 2017).

Dependendo da região do cérebro atingida, a competência motora, cognitiva, comportamental e social da pessoa pode ser afetada em maior ou menor nível. Cerca de um terço das pessoas acometidas pelo AVC sobrevive com incapacidades permanentes durante toda a vida, e mais da metade necessita de tratamento de reabilitação para minimizar as sequelas, visando manter ou recuperar a autonomia e a qualidade de vida (ABAVC, 2019).

Diante do abalo na saúde física e mental e no convívio social após um episódio de AVC faz-se necessário o conhecimento e a execução de táticas que possibilitem entendimentos dignos da essência humana. A reabilitação de uma pessoa que teve um AVC necessita do acompanhamento de diversos profissionais da área de saúde, como médicos, enfermeiros auxiliares, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, neuropsicólogos, sendo muito importante o envolvimento ativo de familiares e amigos para auxiliar na progressão de maior nível de independência funcional (ABAVC, 2019; SILVA, 2010).

Após uma lesão neurológica a reabilitação contribui com o prognóstico funcional dos pacientes, sendo o sucesso desse diretamente associado à intervenção precoce para estímulo da plasticidade neural. As técnicas convencionais de reabilitação neurológica têm como objetivo promover estímulos sensoriais para a recuperação da funcionalidade, onde os recursos aplicados têm a finalidade de estimular novas conexões com o sistema nervoso central (ARTHUR et al., 2010).

O acometimento de um membro da família por um episódio de AVC é uma experiência marcada por inesperadas transformações no cotidiano

familiar e, particularmente, na vida de cada um de seus membros. O sentimento próximo da perda do ente querido e as incertezas quanto o futuro, podem causar uma desordem e um desmoronamento na estrutura anteriormente existente. Esta nova situação faz com que a família tenha que se (re)organizar, para assim dar o suporte à pessoa acometida pelo AVC. Segundo Caldas (2003), quando um membro da família inicia um modo de dependência, muda toda a dinâmica familiar, reestabelecendo novas relações de intimidade e reprodução do grupo familiar.

Buscando compreender melhor os arranjos de pessoas que sobreviveram ao AVC e suas famílias diante da nova condição que a vida os impôs, surgiu a proposta do presente estudo que teve como objetivo geral identificar as principais demandas referentes a (re)organização do cuidado no contexto pós AVC. Para tanto, foram identificadas as principais necessidades de saúde apresentadas por indivíduos que se encontravam em processo de reabilitação por sequelas decorrentes do AVC; descritas as principais demandas de cuidados identificadas no contexto familiar após o episódio; além de verificadas as estratégias adotadas pelos participantes do estudo para o enfrentamento da nova realidade.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa exploratória de corte transversal, com análise quanti-qualitativa dos resultados, embasada na triangulação de métodos. A triangulação metodológica é consequência de um trabalho que articula diferentes saberes, disciplinas, métodos, múltiplas técnicas e observadores para ampliar as referências e os olhares sobre determinado objeto (DESLANDES; ASSIS, 2002; MINAYO et al., 2005).

A percepção das necessidades de cuidado dos participantes do estudo foi apreendida através de entrevistas semidirigidas, a partir de temas centrais que permeiam as representações e ressignificações do enfrentamento do AVC, bem como da análise dos prontuários clínicos de fisioterapia dos participantes e da aplicação de entrevistas aos seus familiares.

A entrevista semidirigida, segundo Turato (2010), proporciona a aquisição de informações, numa direção alternada, entre entrevistador e entrevistado, revezando-se naturalmente, em respeito ao alvo da melhor construção das ideias em exposição. As entrevistas foram conduzidas seguindo os princípios e estratégias descritos por Poupart (2008), para obter a colaboração de cada entrevistado, no sentido de conseguir sua participação através de um discurso mais verdadeiro e profundo.

A análise e discussão dos resultados utilizou a estratégia triangulação de métodos proposta por Minayo et al. (2005), permitindo a compreensão dos fenômenos observados, através de diferentes fontes de informação e diferentes informantes.

Os princípios éticos foram respeitados, segundo aprovação estudo pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos (protocolo nº 2.706.528). Todos os participantes incluídos assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) e então foram coletados dados gerais de identificação dos sujeitos e realizadas as entrevistas, as quais foram gravadas em áudio e transcritas para posterior análise.

Foram incluídos no estudo homens e mulheres que sofreram AVC, atendidos na Clínica Escola de Fisioterapia da Faculdade Guilherme Guimbala (FGG/ACE), da cidade de Joinville-SC, durante os dois primeiros bimestres de 2018, bem como seus respectivos familiares/acompanhantes. Os indivíduos que tiveram um episódio de AVC, mas que estão fazendo fisioterapia por outras patologias, aqueles com comprometimento intelectual e de comunicação verbal não foram incluídos no estudo. Os acompanhantes, como vizinhos, cuidadores, amigos – sem vínculo familiar, não foram convidados a integrar o grupo de

participantes. Além, claro, da negação espontânea dos convidados para participar do estudo.

No total doze pacientes em processo de reabilitação por lesão de AVC foram incluídos no estudo, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Identificação geral dos pacientes incluídos no estudo.

| VARIÁVEL | CATEGORIA | N | % |
|------------------------|---------------------|----|---------|
| Idade | Mínima | 55 | - |
| | Máxima | 82 | - |
| Sexo | Feminino | 01 | 8,33 % |
| | Masculino | 11 | 91,66% |
| Estado Civil | Casado/amasiado | 11 | 91,66% |
| | Divorciado | 00 | 0 % |
| | Viúvo | 01 | 8,33 % |
| Ocupação | Autônomo | 02 | 16,66% |
| | Auxílio-doença | 01 | 8,33 % |
| | Aposentado | 09 | 75,01% |
| Tipo do AVC | Isquêmico | 11 | 91,66 % |
| | Hemorrágico | 01 | 8,33 % |
| Tempo decorrido do AVC | < 6 meses | 01 | 8,33 % |
| | entre 07 e 11 meses | 06 | 50,00% |
| | entre 12 e 24 meses | 04 | 41,67% |
| | > 24 meses | 01 | 8,33% |
| Tempo de reabilitação | < 1 meses | 01 | 8,33 % |
| | entre 1 e 5 meses | 07 | 58,31% |
| | entre 6 e 12 meses | 03 | 24,99% |
| | > 12 meses | 01 | 8,33% |
| Cuidador de referência | Cônjuge | 10 | 83,34% |
| | filho(s) | 02 | 16,66 % |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os familiares dos pacientes incluídos no estudo foram seis esposas e seis filhos, sendo que quatro destes filhos não se identificaram como os cuidadores de referência do seu familiar, apenas os acompanhavam nas atividades de fisioterapia.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através da ordenação e análise das informações coletadas foi possível a definição de três categorias que conduziram a apresentação e discussão do presente estudo: Conhecimento sobre o AVC; O episódio do AVC; (Re)organização após o AVC. Denominou-se **P** (Pacientes) os indivíduos que tiveram um episódio de AVC e realizavam reabilitação na Clínica Escola de Fisioterapia da FGG/ACE, enquanto os familiares incluídos no estudo foram identificados pela letra **F** (Familiares).

O EPISÓDIO DO AVC

Calculando a idade dos doze participantes acometidos pelo AVC obteve-se uma média de 66 anos, com predominância do sexo masculino (11 casos), realidade condizente com outros estudos epidemiológicos (COPSTEIN; FERNANDES; BASTOS, 2013; RODRIGUES, SANTANA; CABRAL, 2017). Os fatores de risco associados ao AVC relatados pelos participantes do estudo, também, espelharam os riscos apontados em outros levantamentos (ABAVC, 2019; SBDCV, 2020): sedentarismo (11 casos), doenças pré-existentes (8 casos), episódio anterior de AVC (7 casos), tabagismo (4 casos), histórico familiar (3 casos), etilismo e drogadição (2 casos) e um relato de obesidade. Dentre as doenças pré-existentes relatadas pelos participantes foi evidente a associação direta com a predisposição ao AVC (diabetes, hipertensão, colesterol elevado e outras doenças cardiovasculares).

Todos os participantes que tiveram AVC apresentam um ou mais fatores de risco associados ao agravo, muitos deles considerados modificáveis, ou seja, poderiam ser diminuídos com mudança no estilo de vida ou tratamento médico medicamentoso (ABAVC, 2019; SBDCV, 2020; XAVIER *et al.*, 2013). Nesse sentido, Maniva *et al.* (2018) aponta que o aumento do conhecimento sobre a

doença, os fatores de risco e o tratamento do AVC são fundamentais, para sensibilizar o indivíduo à mudança de comportamento, no que diz respeito ao seu estilo de vida.

Os relatos dos participantes referentes aos sinais e sintomas sentidos no momento do episódio de AVC, são semelhantes aos descritos em outros estudos (OLIVEIRA; ARAÚJO; SOARES, 2014; TUNA; PEREIRA, 2008). Porém, embora estivessem vivenciando um episódio de AVC não sabiam o que estava acontecendo, como observado nos estudos de Oliveira (2015) e Martins (2011). Entre os familiares entrevistados, também, foi observado desconhecimento sobre a identificação de sinais e sintomas do AVC *‘Não, nada, até o dia que deu nele eu não sabia nem o que era, o que tinha dado nele’*. F7, como apontado pela *European Stroke Organisation* (ESO, 2008).

Estas informações suscitam a necessidade de maior orientação a respeito do tema, visando assim, mais campanhas preventivas e informativas, para que as pessoas reconheçam a gravidade da situação e sejam orientadas sobre os sinais e sintomas da doença e quais os procedimentos a serem tomados para que o indivíduo que esteja passando pelo episódio AVC possa ser socorrido o mais rápido possível.

O Acidente Vascular Cerebral causa muitos impactos na vida de uma pessoa, deixando sequelas físicas, psicológicas e sociais. Diante dos fatos encontrados e, como apontado nos estudos de Carvalho (2014) e Dantas (2006) entre outros, percebe-se que são muitas as sequelas que podem ser deixadas pelo AVC:

“Deixa a pessoa com problema, fraqueza na memória, fraqueza nas pernas, nos braços. [...], tu quer andar, não consegue, com esta mão não mexo.” (P2)

“Eu procuro fazer com a direita, mas essa mão aqui não consigo dominar.” (P10)

“É o seguinte, este aqui [olho direito], eu não enxergo quase nada. Para escutar esse aqui [ouvido direito] também não ouço quase nada, depois que me deu.” (P4).

“No começo estava um pouco difícil, até hoje têm, tenho dificuldade de engolir né.” (P4).

De acordo com a área cerebral afetada, o AVC, pode gerar variadas sequelas, que podem estar relacionadas à linguagem oral e escrita (afasias), distúrbios auditivos, planejamento (apraxia oral e verbal) e execução da fonarticulação (disartrias/disartrofonias), alterações na memória, na atenção, no raciocínio lógico-matemático e na leitura (BRASIL, 2013; ABAVC, 2019). Muitas dessas sequelas foram observadas entre os participantes do estudo, como retratado por P11 que não conseguia mais dirigir por falhas de memória: *“Agora, eu entro dentro nele[carro] para ligar ele, mas não ligo, saio e não ligo. [...] eu posso botar o pé lá, mas eu ainda estou me esquecendo, a gente fica fora de si”*.

Relacionado à questão do tratamento, assim como a fisioterapia, todos os pacientes relatam fazer o acompanhamento com seu médico de confiança. Dentre os doze pacientes, dois faziam o tratamento concomitante de terapia ocupacional, outros dois também realizavam tratamento fonoaudiológico e outros dois relataram fazer psicoterapia. O acesso aos tratamentos de reabilitação é preconizado já na fase aguda do AVC, desde a fase intra hospitalar e imediatamente pós alta, aumentando as chances de recuperação das funções comprometidas (ABAVC, 2019).

Quanto ao tratamento medicamentoso, todos os pacientes entrevistados faziam uso de algum tipo de medicamento, para as doenças associadas, como hipertensão, diabete, colesterol, cardiovascular e alguns também faziam uso de antidepressivos *“Na verdade, eu tô tomando até um calmante né, porque eu era muito agitado. A princípio eu estou bem assim, hoje de manhã eu tomei o calmante né, tomo um punhado” (P4).*

Mediante as sequelas relacionadas à memória, alguns dos pacientes entrevistados afirmaram não lembrar de tomar os medicamentos, assim os familiares assumem a responsabilidade da administração *“Medicamento é tudo na horinha certa, ele toma remédio para dormir, ele toma remédio para o AVC,*

[..] para o colesterol, [...] para a pressão, então assim tudo na hora certa, eu tenho que botar o celular para despertar porque ele não lembra” (F9).

Quanto aos familiares, alguns citaram que também precisaram recorrer a medicamentos como, ansiolíticos ou antidepressivos, para dar conta das exigências do papel assumido como cuidador “Então foi que eu procurei um médico, o médico passou um calmante para mim né, eu não conseguia dormir” (F9). “Fiquei estressado, até fui ao médico, estava sentindo uma dor no peito, o médico falou que era por causa do estresse me receitou um calmante” (F11). É reconhecido e destacada a importância de o cuidador manter a sua integridade física e emocional, pois o estresse por assumir a responsabilidade do cuidado do outro é muito grande, devendo esse ser considerado no processo de reabilitação pós AVC (BRASIL, 2013).

CONHECIMENTO/INFORMAÇÃO SOBRE O AVC

A informação a respeito de um agravo de saúde é considerada estratégica para a sua prevenção, porém dentre os pacientes incluídos no estudo apenas quatro pacientes apontaram já conhecer previamente o AVC (um através da mídia televisiva e, outros três, pelo contato próximo com pessoas que enfrentaram a doença). Mesmo diante do enfrentamento do AVC, oito pacientes afirmaram que ainda não conheciam o agravo, somente as sequelas que ele deixou “Não, nunca tive nenhuma informação sobre o AVC. “A única coisa que tô sabendo é que deixa a pessoa com problema, fraqueza na memória, nas pernas, nos braços” (P2).

Quanto ao conhecimento que os familiares tinham antes do episódio de AVC no meio familiar, três afirmaram que não sabiam nada sobre a doença “Não, nada, até o dia que deu nele eu não sabia nem o que era, o que tinha dado nele” (F7). Outros três afirmaram já tinham ouvido o nome desse agravo de saúde, mas não sabiam do que se tratava “Já tinha escutado, só que nunca

imaginei que ia acontecer com meu pai [...] é um tipo de derrame né” (F3). Cinco entrevistados disseram que já tinham vivenciado casos anteriores na própria família ou de pessoas próximas “Eu sabia sobre a minha mãe, que sofreu derrame” (F6). E, apenas um familiar entrevistado já tinha lido algo a respeito “Sim, já sabia o que era. [...] através de literatura, e através de casos que ocorreram com conhecidos” (F10).

No discurso de dez familiares entrevistados foi observado que esses receberam orientações sobre o AVC e os cuidados necessários diante desse agravo de saúde durante o período de internação do seu familiar. Tal orientação deu-se, tanto pela explicação direta de membros da equipe, quanto através de palestras específicas realizadas na Unidade Hospitalar específica de AVC “Sim, a gente teve uma informação no hospital, sobre o que [...] tipo um curso, um negócio, uma palestra, revisão lá no hospital. Explicaram como deveria cuidar dele, tudo, foi assim...” (F1). Apenas dois familiares ainda afirmaram que as informações foram repassadas por outro familiar que participou da palestra de orientação dentro do hospital “Não. Eu não tive porque eu: eu não ficava lá, né? Eu ia mais durante as visitas. Porque lá tem palestras também. E a minha irmã soube certinho como que é.” [mas, a sua irmã passou para você?] “Passou, mas depois eles falaram que, depois que o paciente sair de lá pode ir lá, fazer a visita, o paciente pode ir lá participar da palestra” (F7).

Destaca-se aqui, que todos os pacientes participantes do estudo passaram por um período de internação no hospital público do município de Joinville que é referência para o tratamento do AVC. Verificou-se que o período médio de internação dos participantes do estudo foi de vinte e um dias, para onze pacientes com AVC isquêmico, sendo que o mínimo período foi de quinze dias e o máximo de trinta dias, este com sete dias de UTI. Apenas um dos pacientes sofreu o AVC hemorrágico, este ficou cento e vinte dias, internado, sendo trinta e cinco dias de UTI.

O hospital possui uma Unidade de Acidente Vascular Cerebral (U-AVC), exclusiva para o tratamento desse agravo de saúde, contando com apoio de uma equipe multiprofissional composta por médicos especialistas e residentes,

enfermeiros e técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas. O trabalho dessa equipe é reconhecido nacionalmente, pois através da melhoria do atendimento hospitalar e do favorecimento da prevenção primária as taxas de morbi-mortalidade foram reduzidas na cidade nos últimos dez anos (CORRÊA, 2012).

(RE)ORGANIZAÇÃO APÓS O AVC

A palavra reação é entendida como “o modo de se comportar, de proceder, de agir frente a algo ou alguém” (REAÇÃO, 2018). No contexto do estudo, podemos considerar o episódio do AVC e as sequelas deixadas pelo mesmo, como algo que gera diferentes comportamentos nos sujeitos acometidos pela doença e, também, no seu contexto familiar. Diante do acontecimento, a pessoa que teve o AVC e seus familiares necessitam dispor de forma ordenada uma série de itens, buscando dar forma às partes de um todo, ou seja, a (re)organização de suas vidas, bem como do contexto familiar diante da nova realidade.

Considerando o momento do diagnóstico do AVC, diferentes foram as reações relatadas pelos pacientes entrevistados, mas a tristeza seguida pelo medo foi relatada por todos “*Fiquei triste, né.*” (P10) / “... porque a gente sabe que é uma doença que, como diz a turma, quando não mata, deixa aleijado, né.” (P.5), reações essas, também, observadas no estudo de Girondi *et al.* (2016). No presente estudo outras reações observadas foram de revolta “*Fiquei meio revoltado.*” (P1) e de negação do fato ocorrido “*Na verdade, eu nem pensei que era.*” (P4) agitação, nervosismo, também entraram no relato dos pacientes ao se depararem com o AVC. Quanto aos familiares, as reações mais relatadas foram de desespero e medo da morte, considerando a gravidade do agravo de saúde.

De acordo com os autores, Bocchi (2004) e Rodrigues (2006), que discorrem sobre o tema, “morte” está associada com perdas, medo, solidão, e são situações de alerta experimentadas pela família. Segundo Azevedo e Modesto (2016), momentos de perigo, juntamente com a fraqueza e a angústia, nos expõem à fragilidade diante da probabilidade da morte de um familiar. Cardoso (2013), ainda aponta que o jeito com que uma perda é aprendida, na formação de um indivíduo, alicerçará a resiliência que ele dispõe para estas situações.

Quanto a percepção que os pacientes tinham do AVC e suas sequelas, cada um demonstrou algo de uma forma diferente, mas de modo geral esforçando-se na esperança de poder recuperar suas forças e autonomia, desejando não representar um peso para seus familiares. Três deles pareciam enfrentar um processo de luto, num estado de depressão frente as sequelas do AVC (*“Hoje mesmo, me sinto abalado. Abalado, não sei se é depressão.”* P3), pois *“Hoje eu não me importo mais com nada, depois de ter ficado assim. Para mim a vida não tem mais valor.”* (P2). Já outros aceitaram a condição e aparentavam conformismo com as sequelas que o AVC lhes deixou: *“...não ando direito, né! Afinal de contas, as sequelas sempre ficam, mesmo poucas, né.”* (P6) e *“Eu vou levando como dá né, ficar como era nunca, nunca.”* (P12). A aceitação parece ajudar no enfrentamento e na reorganização frente as adversidades da vida, corroborando para uma ação frente àquilo que se pode mudar (SABAN, 2015).

Observou-se também, no discurso de alguns pacientes a preocupação com a possibilidade de ocorrência de um novo episódio de AVC *“Na verdade a única coisa que eu tenho medo mesmo é que me volta de novo, é que já ameaçou.”* (P4). Segundo Piedade et al. (2003), o risco de ocorrência de um novo AVC é de 15% e 30% em cinco anos, o que equivale a uma chance nove vezes maior que a da população geral, sendo que o novo episódio geralmente apresenta maior gravidade que o anterior. Mesmo se apegando a fé, o medo ainda continua rondando quem já sofreu um AVC *“Estou orando a Deus, e pedindo ao Papai do céu para não me dar outro, eu estou preocupado.”* (P9).

As reações no contexto familiar tendem a se modificar com o passar do tempo, como cita JAM (2017) "a família que vivencia a situação de cuidado a pessoa idosa, após AVE, possui experiências de modificações em sua estrutura e equilíbrio uma vez que requer uma reorganização da rede familiar". As reações relatadas pelos participantes do estudo foram diferenciadas, correspondendo as particularidades de cada família. Alguns familiares relataram alívio, com o susto inicial superado e transformado em felicidade por ter o ente querido junto a família, enquanto outros relataram a dificuldade diante da mudança na rotina familiar, por conta da nova realidade e a resignação frente as sequelas do AVC.

O cônjuge, frequentemente, sente-se na obrigação de cuidar do seu parceiro doente, assumindo assim a obrigação matrimonial, da promessa "na saúde e na doença". Porém, ao assumirem esta responsabilidade, também, assumem um aumento de trabalho (cozinhar, dirigir e auxiliar os companheiros em atividades de higiene e de locomoção entre outros cuidados) e acabam vivendo os mesmos problemas do cônjuge afetado, pois na maioria das vezes largam seus empregos e dedicam-se exclusivamente ao seu companheiro. Esses cuidadores acabam por mudar seu estilo de vida e podem ter depressão, frustração, problemas de comunicação, perda da independência, da confiança e da concentração, sentimentos de inutilidade e de solidão e, muitas vezes, sente-se culpados por pensar, ou ter este sentimento, assim buscam como meio de compensar o outro com superproteção Segundo (BOCCHI, 2004; ELSÉN; MARCON; SILVA, 2002).

As companheiras mulheres foram as que mais demonstraram sentir o peso das sequelas do AVC, pois muitas relataram sentir-se responsáveis pelos cuidados do seu parceiro e, ao mesmo tempo, demonstraram um sentimento de aprisionamento a situação e perda da própria independência. O cansaço, também, foi evidente em muitos casos por se enxergarem como o suporte do esposo "*Tenho que me... como dizer assim... eu sou a estrutura dele. Eu tendo que ser forte pra aguentar, dar suporte pra ele em tudo. Ele não fica sem mim nem um segundo, guria, meu Deus.*" (F1).

O percurso histórico da imagem da mulher está construído sobre preceitos culturais já arraigados, que declaram o cuidar como obrigação natural à mulher. Quando um familiar precisa de cuidados é como se voltasse ao estabelecido costume de que, tomar conta, cuidar, tratar é da obrigação feminina (SIMÕES; GRILO, 2012). De modo geral, os familiares do sexo feminino (esposas, filhas, irmãs e não muito raramente noras) continuam assumindo o papel de principais cuidadores, pois mesmo exercendo funções laborais o lar continua sendo o espaço por excelência da mulher (CRUZ, 2008; MENDES, 1995; NERI, SOMMERHALDER, 2002).

Quando são os filhos que assumem a figura de cuidadores principais, na maioria dos casos observou-se um movimento de reorganização para não sobrecarregar apenas uma pessoa. *“A gente já era bem unido, tem grupo da família sempre estamos conversando. Só tivemos a organização dos horários para levar ele daí, né. Todo mundo se ajuda daí não dá muito.”* (F4). Em outro relato observa-se o movimento de ajuste dos horários relativos ao cuidado à rotina do núcleo familiar *“Somos em quatro irmãos, somos muito unidos então todo mundo se ajuda [...] para ajudar ele na nossa rotina a gente encaixou a vida dele na nossa rotina.”* (F12).

O episódio do AVC e suas sequelas mostraram que não só os indivíduos acometidos pela doença, mas as famílias tiveram que reorganizar suas rotinas para dar conta das transformações que sucederam o modo de seguir a vida *“Na minha família mudou para melhor. Imagine nós, nos unimos mais.”* (P1). Tais mudanças demonstraram, inclusive, a possibilidade de estreitar vínculos afetivos e fortalecer relações a partir da união de forças daqueles que amam, zelam e até mesmo pela reaproximação diante do medo, medo da perda – da morte *“A relação nossa com ele era bem afastada, [...] então depois que veio a doença, a gente se uniu mais.”* (F12). Dentre os participantes do presente estudo, em apenas um caso observou-se movimento de desmantelamento familiar diante do agravo de saúde *“Me sinto abandonada, abandonada pelos meus irmãos e cunhados. Não veio mais ninguém, sumiram tudo.”* (P2).

No que tange os planos para o futuro, todos os pacientes entrevistados demonstraram desejo de melhorar, mesmo sabendo que algumas das suas sequelas vão acompanhá-los para o resto de suas vidas “*Eu estou esperando uma melhora não completa mais parcial*” (P10) / “*Eu só queria só poder andar né, eu só queria ter um equilíbrio, para andar, daí já estava bom.*” (P8). Alguns estão deprimidos, e não veem com bons olhos o futuro, “*Eu tenho que viver, para poder viver né. Eu não posso fazer mais nada.*” (P12), muitos são os planos para quando melhorarem, uns querem voltar a trabalhar, outros a dirigir, alguns curtir a família, e ainda, se dedicar a fé.

Embora os pacientes que passaram por um episódio de AVC, enfrentam muitas perdas, tanto física como social, mesmo assim sabem que não devem perder a esperança (RAMOS et al., 2008). No entanto, relata Tavares et al. (2012) em resposta a estas interrupções com o aparecimento da doença, os indivíduos também manifestam artifícios, aprenderam a lidar com suas limitações e reorganizam suas atividades diárias, assim não deixando de planejar novos planos para o futuro, segundo Terroni (2009) é interessante que o paciente consiga ter um intuito de vida, permitindo a idealização de novos projetos e objetivos a fim de superar as necessidades e perdas vividas pelo AVC.

Na passagem da autonomia para a dependência após AVC, Faria (2014) e Rolland (2001) apontam que o indivíduo vive diversos sentimentos, desde tristeza, desânimo, desmotivação, solidão, culpa e remorsos, trauma, vergonha, sofrimento, medo e receio, apatia, mas também fortalece sua vontade e motivação para recuperar-se com recurso da fé. A espiritualidade e a religião esteiam a esperança de recuperação e, na maioria das vezes, melhoram a qualidade de vida e a intenção de viver, contribuindo positivamente com o estado geral de saúde após o AVC (BRASIL, 2013; HUANG et al.; 2010; MARQUES et al., 2011). Nesse contexto, a união da família em uma crença é peça importante para o suporte emocional e para melhorar a capacidade de enfrentamento da situação imposta pelo agravo de saúde.

Quando questionados se já tiveram, se estavam tendo ou se precisam de um acompanhamento psicológico, foi observado que apenas um paciente já

tinha feito acompanhamento. No momento da realização do estudo nenhum participante fazia acompanhamento psicológico, mas quando questionados se eles julgavam importante ter um espaço para conversar e compartilhar seus sentimentos com outras pessoas que também passaram pelo episódio do AVC, todos afirmaram que sim, algo que remete à uma escuta qualificada.

Os problemas emocionais causados pela doença, além de atrapalharem o processo de reabilitação, podem causar um demasiado sofrimento (ABAVC, 2019). A psicoterapia pode ajudar os sobreviventes de AVC tornaram-se conscientes das suas ações, oferecendo apoio e aconselhamento para que possam encontrar a própria maneira de lidar com estas mudanças e capacidade de reorganizar a própria vida, através de acompanhamento individualizado, ou da participação de um grupo de psicoterapia (TERRONI, 2009; TEIXEIRA, 2002).

Atividades em grupo podem ser benéficas para indivíduos, pois com a experiência grupal se rompe com o isolamento que normalmente estes indivíduos viviam, tornando-se um local para aprender a lidar com a dor, utilizando-se do aprendizado dos outros como forma de ajuda (FORTES, 2000; VANDENBERGHE; FERRO, 2005). Além disso, no nível emocional o grupo amplia a capacidade de elaboração dos sentimentos, contribuindo para que indivíduos que enfrentam algum tipo de agravo de saúde, bem como seus familiares consigam compreender seus sentimentos, suportar suas emoções e apoiarem uns aos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade observada e dos relatos sobre o impacto do Acidente Vascular Cerebral na vida dos pacientes participantes do estudo, bem como pelo discurso dos familiares, foi possível evidenciar como esse agravo de saúde, tão frequente nos dias atuais, é capaz de transformar a vida das pessoas de

modo tão repentino. Sobreviver a um AVC é uma vitória, mas conviver com suas sequelas e enfrentar a nova realidade de vida é uma experiência transformadora.

Foi perceptível a carga negativa que a doença traz consigo, mas nos casos estudados, também, foi possível observar que em momentos de crise as relações familiares são colocadas à prova e os vínculos podem ser fortalecidos. A tristeza, o medo, a depressão são sentimentos frequentes, diretamente relacionados à incapacidade e situação de dependência do indivíduo que sofreu o AVC. Porém, fica explícito a desorganização que tal situação gera no contexto familiar, o que conseqüentemente demanda a necessidade de novos arranjos que vão, aos poucos, dando forma nova ao novo modo de seguir a vida. Essa reação, individual e em família, não é tarefa fácil, mesmo diante da superação do luto da antiga condição de vida, viver a nova realidade é um desafio.

Compreende-se que cada pessoa, inserida em seus diferentes contextos, utilizará diferentes recursos e arranjos para buscar a melhor forma, ou pelo menos a possível, de seguir em frente. Nesse processo os profissionais da área da saúde têm papel fundamental, seja um membro da equipe de primeiros socorros, a equipe que fará o atendimento de urgência para evitar a morte eminente, a equipe de reabilitação para recuperar ou adaptar as funções deficitárias e mediar as condições para superação das dificuldades impostas pelo AVC. A sociedade deve estar preparada para acolher esses indivíduos e suas famílias frente as necessidades físicas, emocionais, sociais e econômicas que esse agravo de saúde pode impor.

Assim, é explícita a necessidade de formação de profissionais da área da saúde, em especial da psicologia com competência para auxiliar nesse processo de (re)organização e para promover o debate com a sociedade sobre as possibilidades de promoção das boas condições de vida, da prevenção do AVC, do acolhimento diante da ocorrência de uma lesão e enfrentamento de possíveis dificuldades.

É relevante ainda que se tenha mais estudos referentes a (re)organização do contexto familiar, já que muitos destes estão voltados para as necessidades do indivíduo acometido pelo AVC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTHUR, M. A; VANINI, T. M. et al. Uma revisão do papel da Neuroimagem no estudo da Plasticidade Neural. *Biológicas, Agrárias e da Saúde*, vol. 14, núm. 1, 2010, p. 187-208, Universidade Anhanguera, Brasil.2010. Disponível em:

http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2014125159a5b42164822da0c5fbd572c/Artigo_neuroimagem.pdf. Acesso em: 16 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASIL AVC (ABAVC). Educação multidisciplinar ao cuidado e à Reabilitação pós-AVC. 2019. Disponível em: <https://abavc.org.br/wp-content/uploads/2019/11/caderno-cuidador.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

AZEVEDO, A.C. de; MODESTO, C.M.S. A (re)organização do núcleo de cuidado familiar diante das repercussões da condição crônica por doença cardiovascular . *Saúde Debate* | rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 183-194, Jul-set 2016. Disponível em:

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/. Acesso em: 08 mai. 2020.

BOCCHI, S.C.M. Vivenciando a sobrecarga ao vir-a-ser um cuidador familiar de pessoa com acidente vascular cerebral (AVC): uma análise do conhecimento. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [online]. 2004, vol.12, n.1, pp.115-121. ISSN 1518-8345. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692004000100016>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692004000100016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular cerebral / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 72p.: il. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_acidente_vascular_cerebral.pdf. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. Secretaria de vigilância em saúde. Departamento de Análise de Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis (DASNT). Principais causas de morte. 2017. Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais->

de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/gbdbrasil/principais-causas/. Acesso em: 25 mai. 2020.

CABRAL, N. E. et al. Increase of Stroke Incidence in Young Adults in a Middle-Income Country. *Stroke* *ahajournals*. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28986426/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CALDAS, C.P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. *Cad. Saúde Pública*, v.19, n.3, p.773-81, 2003.

CARDOSO, C. S. Processo e elaboração de perdas sob a perspectiva da Gestaltterapia. *Revista Aw@re*, 2013, 3(1), 48-53. Disponível em: http://comunidadegestaltica.com.br/sites/default/files/revistas/Revista_Aware_2014_5.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARVALHO, V.R. de. Tratamento após Acidente Vascular Cerebral .2014.29f Trabalho de conclusão de curso. Instituto Farmacológica. Disponível em: <https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Tr-Trabalho-2014-Avc/47275809.html>. Acesso em: 08 jun. 2020.

COELHO, R. M. A. Determinantes da Capacidade Funcional do Doente após Acidente Vascular Cerebral. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Reabilitação) - Instituto Politécnico de Viseu Escola Superior de Saúde de Viseu, Viseu, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1669/1/COELHO%20Rosa%20Maria%20Alves%20-%20Disserta%C3%A7ao%20mestrado.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

COPSTEIN, L., FERNANDES, J. G., & BASTOS, G. A. N. (2013). Prevalence and risk factors for stroke in a population of Southern Brazil. *Arq. Neuropsiquiatria*, 71(5), 294-300. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anp/v71n5/0004-282X-anp-71-05-294.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CORRÊA, A. Hospital São José é referência nacional no tratamento de AVC. *Saúde*, 2012. Disponível em: <https://www.oid.joinville.sc.gov.br/noticia/1066-Hospital+S%C3%A3o+Jos%C3%A9+%C3%A9+refer%C3%Aancia+nacional+no+tratamento+de+AVC+.html>. Acesso em: 06 jun. 2020.

CRUZ, D. M. C., VASCONCELOS, F. E. O., CARO, C. C., SILVA, N. S., & LYMPIUS, J. (2014). Entre perdas e ganhos: os papéis ocupacionais das pessoas pós-acidente vascular encefálico. *Teresina/Piauí: Revista da Faculdade de Santo Agostinho*, 11(2) (artigo 18), 329-349. Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/436>. Acesso em: 18 jun. 2020.

DANTAS, N. de. L. Reabilitação neuropsicológica de jovens adultos acometidos de acidente vascular cerebral.2006.92 f. Monografia (Conclusão do curso de Psicologia). Uni CEUB – Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em:

Repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2886/2/20161993.pdf. Acesso em: 14 jun. 2020.

DESLANDES, S. F; ASSIS, S.G. Abordagens Quantitativa e Qualitativa em Saúde: o diálogo das diferenças. In: Minayo MCS, Deslandes SF. (org.) Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

ELSEN, I. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN ,I, MARCON, S.S, SILVA, M.R.S, organizadores. O viver em família e sua interface com a saúde e a doença. Maringá: UEM; 2002. p.11-24. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000137&pid=S0080...lng. Acesso em: 14 jun. 2020.

EUROPEAN STROKE ORGANIZATION (ESO). Recomendações para o Tratamento do AVC Isquêmico e do Acidente Isquêmico Transitório 2008. Comitê e Comitê de Redação do ESO. Disponível em: http://www.congrex-switzerland.com/fileadmin/files/2013/eso-stroke/pdf/ESO08_Guidelines_Portuguese.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

FARIA.A. da. C.A. A pessoa após AVC: Transição da autonomia para a dependência. | 2014. 220 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Reabilitação) Escola Superior de Enfermagem do Porto. Porto , 2014, Disponível em: <https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9514/1/tese%20Ana%20Faria.pdf> . Acesso em: 08 jun. 2020.

FORTES, S. L. Grupos com pacientes com dor crônica. In: MELLO FILHO, J. et al. Grupo e corpo: psicoterapia de grupo com pacientes somáticos. São Paulo: Artmed, 2000. cap. 22, p. 331-343.

HUANG CY, et al .Mediating roles of social support on poststroke depression and quality of life in patients with ischemic stroke. J Clin Nurs [Internet]. 2010.;19(19-20):2752-62. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2702.2010.03327.x>. Acesso em: 31 mai. 2020.

JAM, Jamile Guerra. Reorganização da rede familiar após Acidente Vascular Encefálico. Revista Cubana de Enfermería, [S.l.], v. 33, n. 3, oct. 2017. ISSN 1561-2961. Disponível em: <http://www.revenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/918>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

MANIVA, S.J.C.F. et al. Educational technologies for health education on stroke: an integrative review. Rev Bras Enferm [Internet]. 2018; 71(Suppl 4):1724-31. [Thematic Issue: Education and teaching in Nursing]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672018001001724&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 26 mai. 2020.

MARQUES, A. K. M.C, et al. Apoio social na experiência do familiar cuidador. Cien Saude Colet [Internet]. 2011 16 Supl. 1:945-55. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700026>. Acesso em: 31 mai. 2020.

MARTINS J. F.G. Conhecimento leigo de sinais e sintomas precedentes de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) Isquêmico. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Enfermagem) - Universidade Fernando Pessoa - Faculdade Ciências da Saúde. Porto, 2011. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2722/5/T_18243.pdf . Acesso em: 08 jun. 2020.

MENDES, P.B.M.T. De fato, nossos cuidadores são heróis anônimos do cotidiano. A Saúde Brasileira. 1995.203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social.) - Pontifica Universidade Católica de São Paulo; São Paulo,1995. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17804>. Acesso em: 08 mai. 2020.

MINAYO M.C.S, SOUZA E.R, CONSTANTINO P, SANTOS N.C. Métodos, Técnicas e Relações em Triangulação. In: Minayo MCS, Assis SG, Souza ER. (org). Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

NERI, A. L; SOMMERHALDER, C. As várias faces do cuidado e do bem-estar do cuidador. In: NERI, Anita Liberalesso. (Org.). Cuidar de idosos no contexto da família: questões psicológicas e sociais. Campinas, Alínea, 2002.

OLIVEIRA, D.C.de. et al. Grau de conhecimento dos pacientes com acidente vascular cerebral sobre a patologia. Rev. Ciênc. Méd. Biol., Salvador, v. 14, n. 2, p. 206-210, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/13583/10842>. Acesso em: 26 mai. 2018.

OLIVEIRA, T. P.; ARAÚJO, R. C. T.; SOARES, E. Negligência unilateral pós-acidente vascular encefálico: atuação da Terapia Ocupacional. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 419-428, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/artic/e/viewFile/571/542>. Acesso em: 08 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Rehabilitation 2030. The need to scale up rehabilitation. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/disabilities/care/Need-to-scale-up-rehab-July2018.pdf?ua=1>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). 10 principais causas de morte no mundo. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5638:10-principais-causas-de-morte-no-mundo&Itemid=0. Acesso em: 15 jun. 2020.

PIEIDADE, P. R, et al. Papel da curva de agregação plaquetária no controle da antiagregação na prevenção secundária do acidente vascular cerebral isquêmico. Arquivos de Neuropsiquiatria, v. 61 n. 3B, set. 2003. Disponível

em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-282X2003000500011&script=sci...tIng. Acesso em: 19 jun. 2020.

POUPART, J. A. Entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: Poupart J, Deslauriers JP, Groulx LH, Laperrière A, Mayer R, Pires A. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

RAMOS, I. C. Portador de insuficiência renal crônica em hemodiálise: significados da experiência vivida na implementação do cuidado. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, Maringá, v. 30, n.1, p. 73-79, 2008. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/viewFile/4399/3099>. Acesso em: 10 mai. 2020.

REAÇÃO. Dicionário online do Michaelis. Dicionário Brasileiro da língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2018. Disponível em: <http://editoramelhoramentos.com.br/v2/michaelis/>. Acesso em: 06 set. 2018.

RODRIGUES, M.S; SANTANA, L. F; GALVÃO, I. M. Fatores de risco modificáveis e não modificáveis do AVC isquêmico: uma abordagem descritiva / Modifiable and non-modifiable risk factors for ischemic stroke: a descriptive approach. *Rev Med (São Paulo)*. 2017 jul. -set.; 96(3):187-92. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63003304-Fatores-de-risco-modificaveis-e-nao-modificaveis>. Acesso em: 20 ago.2018.

RODRIGUES, J. C. Tabu da morte. 2a Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 260 pp. Disponível em: www.scielo.b. Acesso em: 20 ago. 2018.

ROLLAND, J. Doença Crônica e o Ciclo de Vida Familiar; in Carter, B.; McGoldrick, M. As Mudanças no Ciclo Vital de Vida Familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. ArtMed Editora S.A.; Porto Alegre, São Paulo, Brasil; 2001; ISBN 85-7307-833-2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000214&pid=S1414-9893200600030000600028&lng=pt. Acesso em 25 ago. 2018.

SABAN, M. T. Introdução à Terapia de Aceitação e Compromisso. 2. ed. - Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2015. 104 p. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v31n1/v31n1a04.pdf> . Acesso em: 25 ago. 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DOENÇAS CEREBROVASCULARES (SBDCV). Acidente Vascular Cerebral. Disponível em: Acesso em: 17. Junho. 2020.

SILVA, E. de. J. A. da. Reabilitação após o AVC. 2010. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Faculdade de Medicina Universidade do Porto. Porto,2010. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/52151/2/Reabilitao%20aps%20o%20AVC.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SIMÕES, S. C. A; GRILO, E. N. Cuidados e cuidadores: o contributo dos cuidados de enfermagem de reabilitação na preparação da alta do doente pós 153 acidentes vascular cerebral. *Revista de Saúde Amato Lusitano*. ISSN 0873-5441, nº 31, (2012), p. 18-23.

TAVARES, A. A. et al. (RE) Organização do cotidiano de indivíduos com doenças crônicas a partir da estratégia de grupo. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 95-105, 2012. Disponível em: www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/.../553/367. Acesso em: 18 set. 2018.

TERRONI, L.M.N, et al. Depressão pós-AVC: aspectos psicológicos, neuropsicológicos, eixo HHA, correlato neuroanatômico e tratamento. *Rev Psiq Clín*. 2009;36(3):100-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rpc/v36s3/06.pdf>. Acesso em: 22 aug. 2020.

TEIXEIRA, M. Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

TUNA A, PEREIRA J. Acidente Vascular Cerebral Agudo. In: Tuna A, Pereira J, editors. *Curso de Evidência na Emergência, Manual de Fundamentos*. 1st ed, Porto: Multitema; 2008. p. 319-328. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/26930616/pdf-curso-de-evidencia-na-emergencia---manual-de-procedimentos>. Acesso em: 25 aug. 2018.

TURATO, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. ed. 4. Petrópolis: Vozes, 2010.

VANDENBERGHE, L; FERRO, C. L. B. Terapia de grupo embasada em psicoterapia analítica funcional como abordagem terapêutica para dor crônica: possibilidades e perspectivas. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, v. 7, n. 1, p. 137-151, 2005.

XAVIER, H. T, et al. Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. *Arq. Bras. Cardiol*. São Paulo, v. 101, n. 4, supl. 1, p. 1-20, Oct. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2013004100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2018.

Caroline Evelyn Sommerfeld-Ostetto

Fisioterapeuta. Especializada em Desenvolvimento Infantil. Mestre em Ciências do Movimento Humano. Doutora em Saúde Coletiva. Docente da Faculdade Guilherme Guimbala e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Saúde Coletiva. sommerfisio@gmail.com

Angelita Ferreira Meira Blazius

Bacharela e licenciada em Psicologia pela Faculdade Guilherme Guimbala.
angelita.meira@live.com

Marcia Regina Gugelmin

Fisioterapeuta e educadora física; especializada em Neurologia; docente da Faculdade Guilherme Guimbala. marciagugelmin@hotmail.com

Milena Regina da Silva

Bacharela e licenciada em Psicologia, especializada em Atenção Básica e Saúde da Família; docente da Faculdade Guilherme Guimbala.
milena.regina@gmail.com

Recebido em 22 de junho de 2020.

Aceito em 29 de junho de 2020.

A cidade como circuito de poder e desigualdades: *rent-seeking* urbano e reprodução social no Brasil

The city as a circuit of power and inequalities: urban rent-seeking and social reproduction in Brazil

Charles Henrique Voos

Resumo: Mesmo após 30 anos da Constituição de 1988, e uma extensa gama de políticas urbanas institucionalizadas desde então, verifica-se os mesmos problemas urbanos, especialmente a partir da grande diferença entre a cidade “oficial” e a periferia. Este trabalho pretende apresentar como as diferentes desigualdades sociais são distribuídas desigualmente pelo espaço urbano das cidades brasileiras, gerando grandes cenários de segregação socioespacial, e, ainda, a forma como isso impacta na capacidade intergeracional de ascensão social e na manutenção de poder de alguns grupos interessados em auferir renda do solo urbano. Para tanto, os objetivos serão atingidos a partir de uma extensa revisão bibliográfica sobre a questão, corroborados com documentos oficiais, estudos empíricos e reportagens, criando um aspecto interdisciplinar necessário para o entendimento da questão urbana.

Palavras-chave: cidades, segregação socioespacial, *rent-seeking* urbano; reprodução social, Bourdieu.

Abstract: Even after 30 years of the 1988 Constitution, and a wide range of institutionalized urban policies since then, the same urban problems are verified, especially since the great difference between the “official” city and the periphery. This paper intends to present how the different social inequalities are unevenly distributed across the urban space of Brazilian cities, generating great scenarios of socio-spatial segregation, and also the way in which this impacts on the intergenerational capacity for social ascension and the maintenance of power of some interested groups interested in earn income from urban land. To this end, the objectives will be achieved from an extensive bibliographic review on the issue, corroborated with official documents, empirical studies and reports, creating an interdisciplinary aspect necessary to understand the urban issue.

Keywords: cities, socio-spatial segregation, urban *rent-seeking*, social reproduction, Bourdieu.

INTRODUÇÃO

Pretendo, com esta comunicação, relatar de forma aprofundada alguns tópicos presentes em minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (VOOS, 2016) e publicada pela Editora Appris (VOOS, 2018). Nestas oportunidades, pesquisei sobre a ação política empresarial na cidade de Joinville/SC, distante 180 km da capital Florianópolis, após a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e a emergência da gestão democrática como princípio básico da política urbana. Além disso, é uma continuação dos estudos iniciais apresentados no XVIII Enanpur e no XIX Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorridos em 2019.

O objetivo deste trabalho consiste em averiguar como a produção do espaço urbano constrói diferentes desigualdades e de que maneira essas questões interferem na reprodução social dos moradores das cidades brasileiras. Além disso, de forma específica, pretendemos a) ampliar a literatura existente sobre agentes sociais e espaço urbano; b) comparar a capacidade intergeracional de ascensão social entre os moradores das periferias e das zonas consolidadas; c) compreender como os agentes sociais interessados em auferir renda do solo urbano se articulam e d) apontar os papéis do Estado nos cenários investigados. Como esta é uma primeira iniciativa de aprofundar aspectos relevantes de outras pesquisas, abordaremos a questão a partir de uma extensa revisão bibliográfica, trazendo, inclusive, interpretações da questão em bibliografias, tanto do Global Norte, como do Sul, de maneira interdisciplinar.

Para corroborar com as deduções levantadas pelas teorias que serão expostas, elencaremos pesquisas empíricas que mostrem como a cidade afeta diariamente a vida dos grupos sociais segregados nas cidades, sobretudo quanto à localização da moradia e outros aspectos condicionantes à construção do capital cultural, a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu.

A relevância da pesquisa consiste em mostrar como a vida nas cidades padece, então, às estratégias capitalistas de rentismo a partir do uso do solo urbano, formatando novos planejamentos sem a chancela das comunidades envolvidas, ou sem o entendimento popular do que está sendo discutido. Com isso, busca-se ir além das velhas questões sobre “especulação imobiliária” e que pouco conseguem enxergar as novas estratégias promovidas pelo empresariado interessado na terra urbana, apontando os mais diversos agentes sociais envolvidos na formação de um circuito de dominação e manutenção das desigualdades.

Para isso, o material será apresentado em duas seções, antes das considerações finais. O primeiro, denominado “Os agentes do urbano e o realinhamento conservador das cidades brasileiras”, mostra como ocorre a articulação entre diferentes grupos sociais para a promoção da segregação socioespacial realinha todos os preceitos democráticos estabelecidos com a Constituição de 1988 e o Estatuto das Cidades, de 2001. Por sua vez, a seção “A cidade como fonte desigual de capital cultural: interfaces perante a reprodução social” apresentará algumas considerações feitas a partir do pensamento de Pierre Bourdieu sobre as cidades, enquanto espaço de materialização do corpo social e determinante na reprodução social.

OS AGENTES DO URBANO E O REALINHAMENTO CONSERVADOR DAS CIDADES BRASILEIRAS

João Bosco Ribeiro era morador do Jardim Edith, na cidade de São Paulo, e se enforcou com uma mangueira ao saber que o megaprojeto de reurbanização da Água Espraiada iria afetar o seu barraco, além de que receberia mil e quinhentos reais e seria enviado para um asilo após a remoção. Essa situação, denunciada por Mariana Fix (2001) na obra “Parceiros da Exclusão”, mostra como a cidade é tratada no Brasil: uma oportunidade de negócio para alguns

grupos sociais interessados em auferir renda a partir do controle do uso do solo e sem conexão com a realidade social.

Em outras oportunidades (VOOS, 2015; 2018), denominamos esse processo como *rent-seeking* urbano, ou seja, uma adaptação das reconhecidas teorias de Gordon Tullock (1967; 1989; 1993; 2003) e Anne Krueger (1974) para identificar como os agentes privados, ao se relacionarem com o poder público por meio de *lobbies*, grupos de pressão, financiamento de campanhas e corrupção, moldam as políticas públicas conforme seus interesses, em detrimento do bem-estar social.

O que ocorreu com João foi a exacerbação do modelo do *rent-seeking* urbano, quando a cidade é transformada conforme os interesses empresariais para acumulação do capital, sendo que estes enxergam na expansão geográfica uma forma de reprodução dos lucros, como aponta David Harvey (2005), no seminal “A produção capitalista do espaço”. Infelizmente, o modo empresarial de lidar com o espaço urbano não é uma exclusividade brasileira, mas é um arranjo que encontrou uma conjuntura favorável a partir da emergência da inflexão neoliberal nos anos 1980 em “megaprojetos” ou “megaeventos” (PAIVA, 2017).

Com o empresariamento urbano, “a feição da cidade e o modo como é produzida alteram-se visivelmente quando esses empreendimentos como atrativas aplicações financeiras”, tanto que “a lógica de sua produção passa a ser regida pelos interesses de rentabilidade dos investidores” (FIX, 2001, p. 113). O Estado, para a autora, torna-se um “sócio” da iniciativa privada para potencializar a dinâmica da “cidade-mercadoria”, conceito amplamente debatido por Vainer (2001).

Essa base, segundo René Dreifuss, estaria no realinhamento conservador de posturas das classes dominantes brasileiras, em prol da manutenção de seus poderes e privilégios, por meio da articulação entre ação política empresarial, grupos políticos historicamente alinhados ao poder, e setores do Estado, como forças armadas e poder judiciário. Foram estes

realinhamentos que impediram profundas rupturas em nosso país e garantiram o golpe civil-militar de 1964, a mobilização em torno da Constituinte de 1988, o golpe institucional de Dilma Rousseff, só para citar alguns exemplos recentes. Os dois primeiros são mostrados de forma exemplar por Dreifuss (1981; 1989).

Como consequência, o espaço urbano torna-se um espaço desigualmente distribuído, conceito que Villaça (2012, p. 43) denomina como “segregação socioespacial”, um processo construído socialmente em que “diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros”. A segregação social, assim, torna-se a mais importante expressão das desigualdades sociais nas cidades e edifica o grande hiato entre a cidade dos mais ricos e dos mais pobres. É inegável a existência de várias cidades dentro de uma só, meticulosamente controladas conforme interesses do capital organizado e de seus representantes, pois a segregação é a dimensão espacial da dominação social.

Este é um dos principais pontos de partida desta pesquisa. A desigual distribuição dos ônus e bônus do processo de urbanização é manipulada, por assim dizer, no tom da “espoliação” trazida por Kowarick (1979), e interfere na capacidade intergeracional de ascensão social dos grupos sociais. Com isso, o espaço urbano torna-se uma das principais matrizes de reprodução social, pois é nela que encontramos os principais subsídios para a vida humana, considerando a alta concentração da população brasileira em áreas urbanas.

A conexão existente entre segregação socioespacial e desigualdades sociais expressa-se principalmente pelos altos níveis de desigualdade presentes em nosso país. O resultado, conforme Cattani (2013; 2017), está na riqueza substantiva de alguns grupos sobre os demais, construindo as persistentes desigualdades que caracterizam o território brasileiro. Ou seja, “aquela expressa em uma grande quantidade de dinheiro e bens, permitindo que aqueles que a possuem tenham um poder muito acima das outras pessoas, dos outros empresários e até mesmo do próprio Estado”. É um poder cuja origem não está em elementos abstratos, como relações com pessoas influentes, de

prestígio ou status social, mas “fundamentado em elementos bem concretos (meios de produção, dinheiro, propriedades e patrimônio), assegurando posições de força nas esferas econômicas, políticas e sociais” (2017, pp. 15-16). Segundo dados da organização Oxfam (2018, p.18), “os rendimentos mensais médios do 1% mais rico representam 36,3 vezes mais do que aqueles dos 50% mais pobres”, colocando o Brasil como um dos países em que mais concentra renda no topo da pirâmide social.

Em todas as cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles e grandes cidades, o predomínio da segregação socioespacial é evidente. Retomando Villaça (2001, p. 321), quanto mais as camadas ricas da sociedade se concentram em determinada região da cidade, “mais elas procuram trazer para essa mesma região importantes equipamentos urbanos”, por meio da riqueza substantiva e sua aliança com os interesses do *rent-seeking* urbano e, “quanto mais o conseguem, mais vantajosa essa região se torna para aquelas camadas”. O espaço intra-urbano, então, é “estruturado sob a dominação dos interesses do consumo” (p. 330) e o elemento-chave é a localização, de forma que o local de moradia esteja amplamente conectado às facilidades de reprodução social. Quem tem esse controle, portanto, possui maior desenvoltura em relação aos que não tem. As incapacidades intergeracionais de ascensão social estão diretamente ligadas aos capitais que o espaço urbano fornece a seus cidadãos.

Alguns estudos recentes conseguem comprovar tal situação, mediante a espacialização de indicadores específicos. No tocante à localização, é possível perceber como as grandes cidades brasileiras possuem um elo entre o local de moradia e a política do automóvel. Em levantamento realizado pela agência *Mapping Lab*¹, as áreas mais abastadas das cidades pesquisadas coincidem com as áreas de maiores facilidades para transporte via automóvel. Ou seja, aqueles que habitam as regiões da cidade mais próximas ao centro (não necessariamente o centro) podem usufruir melhor da cidade, graças aos incentivos históricos para o transporte motorizado individual, pois “as

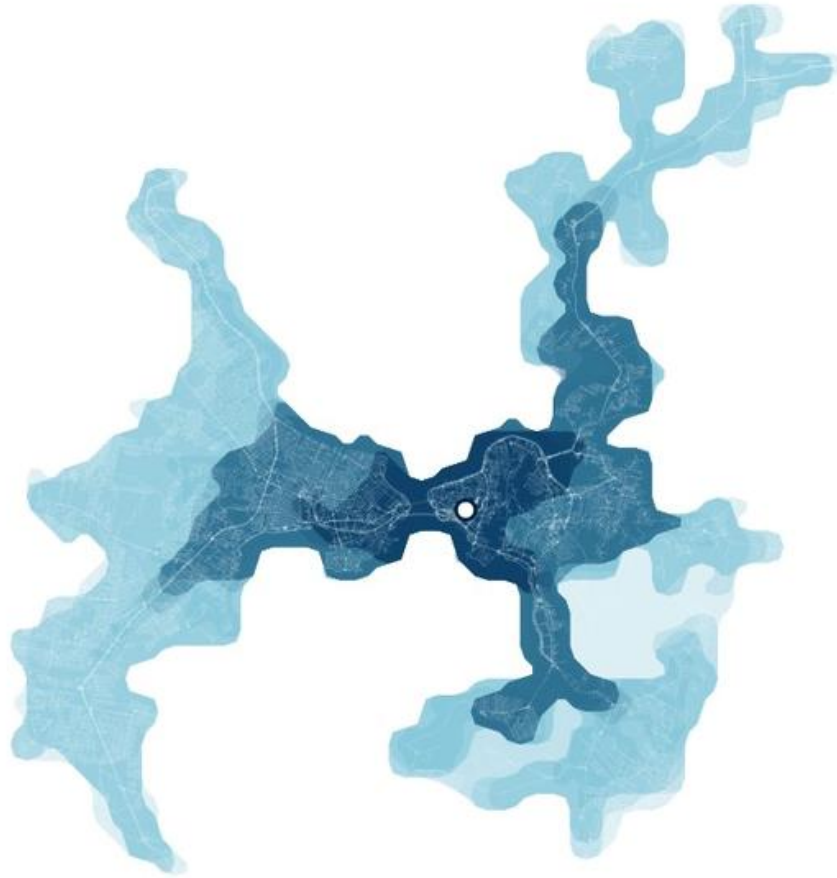
¹ Disponíveis em <http://www.mappinglab.me>. Acessado em 19 Mai. 2019.

condições de deslocamento dos indivíduos se inserem na esfera da sua reprodução e [...] na reprodução das classes sociais e nas suas condições de dominação e subordinação” (p. 334). Na cidade de São Paulo (Figura 1), por exemplo, a maior desenvoltura para o automóvel coincide com o local de moradia das regiões Oeste e Sudoeste (áreas mais escuras), reconhecidas como as mais abastadas da capital paulista. O mesmo ocorre em capitais menores, como Florianópolis (Figura 2), e todo o acesso à região da Beira-Mar Norte, locais de grande valorização imobiliária ligada ao turismo e incorporados às elites locais (SUGAI, 2015).

Figura 1 - Facilidades do uso do automóvel em São Paulo/SP



Fonte - Agência Mapping Lab

Figura 2 - Facilidades do uso do automóvel em Florianópolis/SC

Fonte - Agência Mapping Lab

Com isso posto, precisamos dizer que reduzir os problemas das cidades à ação de uma “especulação imobiliária” não é uma explicação suficiente para aquilo que vem ocorrendo. O realinhamento conservador de nossas cidades é um processo agudo e que se retroalimenta em tempos de crises, como o atual. A complexidade da reprodução do espaço urbano exige a identificação dos diversos interesses envolvidos. Por isso, relutar na explicação sobre especulação, como se fosse algo único e promovido por um coletivo abstrato, é uma situação que precisa ser relativizada.

Cattani (2007, pp. 83-84) é enfático ao dizer que os agentes capitalistas não são anônimos, pois possuem nomes e sobrenomes e agem diretamente ou indiretamente junto aos mais diferentes setores sociais, sobretudo ao Estado e seus gestores, já que são “figuras empresarialmente respeitáveis, beneméritos

apoiadores de campanhas filantrópicas (e políticas), ilustres patronos das artes”, que se valem “de todos os expedientes para obter concessões ou isenções e para, caso necessite, garantir impunidade, ou seja, para obter vantagens não acessíveis aos demais capitalistas com menor volume de recursos”. Wright Mills (1964) denominou este grupo como “elite do poder”, ou seja, um grupo de poucos com acesso privilegiado aos postos mais importantes de decisão, o que impacta, certamente, no direcionamento das políticas públicas. Com o desenvolvimento do ramo acadêmico que ficou conhecido como “*urban politics*”, especialmente nos EUA, temos estudos mais aprofundados sobre as ações destes mesmos grupos no desenvolvimento urbano das cidades norte-americanas, como aqueles produzidos por Savitch (1988), Mollenkopf (1990), Davis (2009), Molotch (1976) e Logan e Molotch (1987).

Com estes últimos, a escala local ganha importância, tornando-se um estudo seminal para as análises sobre a ação política de determinados grupos na governança urbana, pois é na cidade que se manifestam as estratégias e necessidades dos agentes humanos e das instituições na defesa de seus interesses, como abordamos anteriormente. Para os autores, são “pessoas que sonham, planejam e se organizam para fazer dinheiro a partir da propriedade e são agentes através dos quais a acumulação faz seu trabalho no âmbito urbano”, em constante conflito com “grupos sociais que se mobilizam contra essas manipulações e encorpam os esforços humanos pela afeição, comunidade e subsistência”. Os limites de uma sociologia urbana se desenhariam em torno do espaço de encontro (geográfico e analítico) entre esses dois campos de confronto (LOGAN E MOLOTCH, 1987, p.12).

O valor de troca de terra urbana, com a ação destes setores empresariais, passa a permear todos os níveis da organização das cidades estadunidenses, foco dos estudos desses autores, e ser potencializado em organizações interessadas em agregar a renda adquirida com a intensificação do uso do solo. Esse “princípio do crescimento” invade todos os aspectos da vida local, incluindo o sistema político, a agenda do desenvolvimento econômico e todas as organizações culturais de uma cidade historicamente construídas e variáveis

de acordo com o contexto social, econômico e cultural de cada cidade. As referidas organizações, identificadas pelos autores como “classes rentistas”, sempre se organizam em coalizões envolvendo proprietários fundiários, políticos locais, mídia, agências de serviços públicos, setores sindicais, instituições culturais como museus e universidades, equipes esportivas, comerciantes, sobretudo aqueles que têm algo a ganhar com o “crescimento” da cidade e que estavam opostos aqueles que usam a cidade prioritariamente como espaço de trabalho e moradia. O poder político dessas coalizões torna as cidades grandes estruturas socioespaciais que são mobilizadas para intensificar o uso do solo em benefício do setor privado e sua incessante busca pela renda advinda do solo (LOGAN E MOLOTCH, 1987).

O grande legado desses sociólogos norte-americanos está, certamente, no reconhecimento da união entre os mais diversos agentes capitalistas em torno das questões da cidade, independentemente se são concorrentes no mercado ou possuem visões conflitantes sobre o mesmo tema. Concomitantemente, os estudos urbanos dos anos 1970 e 1980 se esforçaram, com destaque para Harvey (1980), por meio da teoria microeconômica de uso do solo urbano, em explorar as forças que governam o uso do solo urbano, pois “há numerosos e diversos atores no mercado de moradia, e cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca” (p.139). Uma discussão adaptada à realidade brasileira foi desenvolvida por Azevedo (1982) e Corrêa (1995), sendo esta última uma das mais difundidas nos meios acadêmicos. Alguns outros esforços analíticos vêm, desde então, se concentrando a entender os agentes reprodutores das cidades brasileiras de forma isolada, mas poucos apresentam a questão local, dos municípios, a partir da ação dos agentes em coletivos, associações ou coalizões, como o mostrado em “*Urban Fortunes*”.

Um desses estudos é apresentado por Marques (2016), considerando a sua trajetória de análises sobre a cidade de São Paulo junto ao Centro de Estudos da Metrópole e a necessidade de revisitar os estudos sobre o que ele denomina de “capitais urbanos”. Os seus propósitos e referenciais são muito próximos, na medida em que consideramos que “em economias de mercado, a

maior parte dos capitais opera em cidades”, tornando possível discutir o “lugar dos capitais que operam em cidades nos processos de acumulação de forma mais ampla”, e questionar “o lugar da cidade no capitalismo”, ou ainda “de que forma o capitalismo molda a cidade”. Esses diversos capitais influenciam na produção de políticas devido “ao uso de recursos de poder” e “à adoção de estratégias políticas em conexão com vários atores (e não apenas capitais) cercados pelas instituições que produzem as políticas urbanas”.

Marques reconhece que, para os interventores nos processos de acumulação e lucratividade oriundos diretamente da produção da cidade, “as características e as políticas urbanas importam no detalhe”. São tantos os detalhes que os agentes se mobilizam de diversas formas “para influenciar as políticas em seu proveito”. Realizamos os mesmos questionamentos sobre os processos de valorização dos capitais, suas relações com o Estado (o autor reconhece a imbricação com os grupos políticos dominantes locais e no financiamento de campanhas políticas) e o espaço urbano, buscando entender o que realmente acontece nos espaços de decisão. Já apontamos, em outras oportunidades (VOOS, 2016; 2018), algumas discordâncias com este estudo, quando é argumentado que a ação dos diversos capitais acontece “raramente em institucionalidades participativas como conselhos”, ou “ainda mais raramente por representação corporativa”, e “comumente por ação individual no interior do tecido relacional do Estado”.

Quadro 1 - Agentes sociais que atuam no espaço urbano

| | |
|---|--|
| Usuários de moradias | Empresas que prestam serviços urbanos |
| Proprietários de moradias | Multinacionais |
| Proprietários fundiários | Integrantes de partidos políticos |
| Incorporadoras imobiliárias | Estado (executivo) |
| Indústria da construção civil | Estado (legislativo) |
| Corretores imobiliários | Estado (judiciário) |
| Bancos privados | Grupos de comunicação |
| Bancos públicos | Escritórios de publicidade e propaganda |
| Agências de fomento | Universidades e faculdades |
| Companhias securitizadoras | Organizações intergovernamentais |
| Corretoras de investimentos | Movimentos populares e contestatórios |
| Fundos de investimentos | Movimentos empresariais |
| Industriais | Conselhos, entidades profissionais e patronais |
| Comerciantes | Organizações criminosas |
| Consultorias e escritórios de planejamento urbano | Serviços por aplicativos eletrônicos |
| Cidadãos alheios ao processo de moradia oficial | |

Fonte: do autor.

Por isso que, a partir dessas pesquisas, levantamos a necessidade de identificar quais são os grupos envolvidos (e interessados) no processo de produção do espaço urbano, pois não há, para o caso brasileiro, outros esforços nesse sentido, e geralmente as explicações se resumem à “especulação imobiliária”, como abordamos anteriormente e que não se adaptam às intensas transformações que a financeirização e a internacionalização provocam nas cidades. Vale lembrar que é uma discussão que já fizemos em estudos anteriores porém, graças à complexidade e profunda dinâmica do processo,

apresentaremos uma visão ampliada em relação ao que já publicamos. Também não abordaremos as especificidades de cada um (é uma agenda de pesquisa em desenvolvimento), mas é urgente que novos debates surjam para determinar as estratégias deles em diferentes contextos, seja na escala global ou local.

A CIDADE COMO FONTE DESIGUAL DE CAPITAL CULTURAL: INTERFACES PERANTE A REPRODUÇÃO SOCIAL

Como o espaço urbano é uma materialização de diversas condições sociais, conforme visto, é importante a lembrança de Pierre Bourdieu e as discussões sobre espaço físico e espaço social. Para o autor (BOURDIEU, 2011, pp. 159-166), o lugar que uma pessoa ocupa na cidade “pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume” e que não há “espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais”. Além disso, essa expressão ocorre de maneira “deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas”.

Com isso, as desigualdades sociais produzidas pelo espaço social se retraduzem no espaço físico, pois “o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona [...] se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes” com “a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos”. Em outras palavras, a posição que uma pessoa ocupa na sociedade é expressa pela posição na cidade, esta sendo receptáculo das relações sociais de sua (re)produção, considerando que “o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação de poder”.

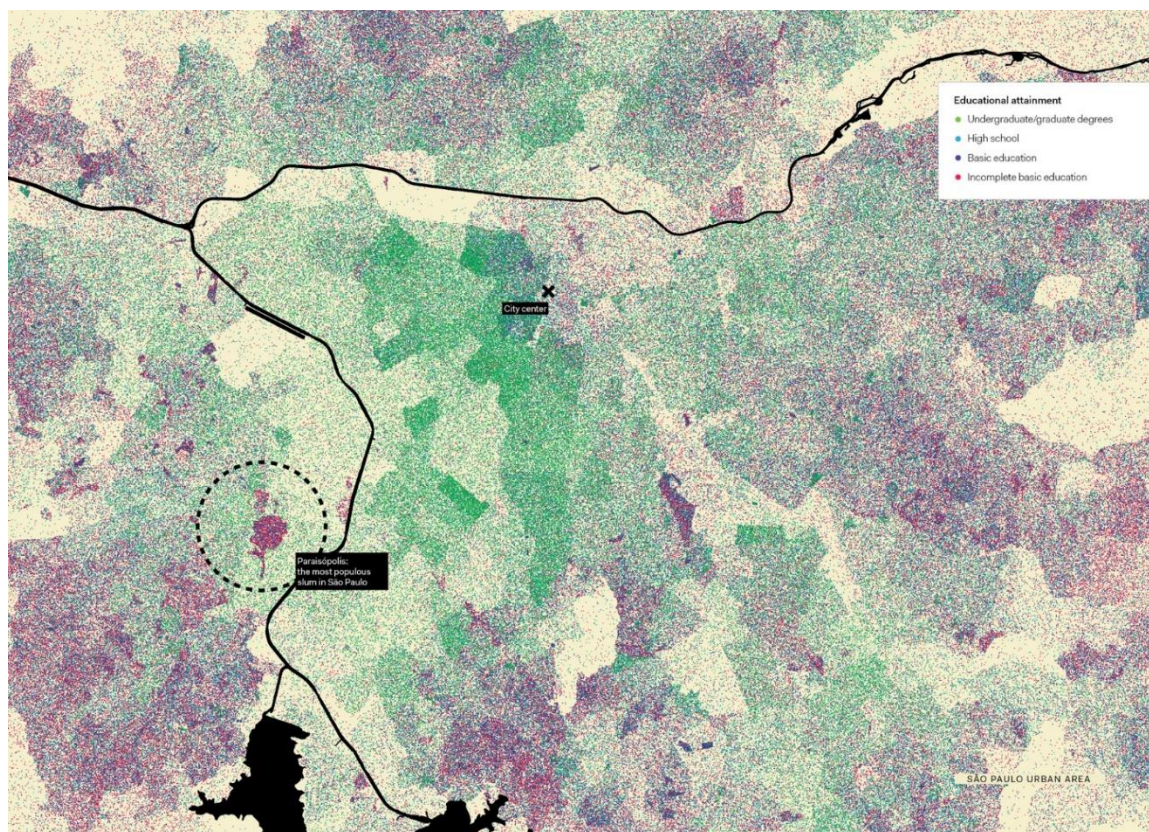
Os mais pobres, desta maneira, “são mantidos à distância, seja fisicamente, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros” e “condenados a estar

ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros”. Para mostrar a ideia de circuito que tolda as cidades, Bourdieu aponta que “a falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar”, pois “o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os habitantes que o habitam e que, em troca, o degradam simbolicamente”. Assim, “privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão”.

O efeito da reunião de uma grande quantidade de pessoas em áreas despossuídas de elementos favoráveis à reprodução social (segregação socioespacial), seria, ainda para o autor, “redobrar a despossessão”, especialmente em matéria de capital cultural. As pressões exercidas pela sociedade, quanto à existência “normal”, evidenciarão “um efeito de atração, para baixo”.

Na área urbana da região metropolitana de São Paulo, por exemplo (Figura 3), é possível notar como as pessoas também estão segregadas em relação ao nível de escolaridade. Quanto mais distante a moradia estiver das áreas comerciais da cidade de São Paulo, menor a escolaridade dos cidadãos e maiores os deslocamentos, considerando a grande distância (e as precárias condições de transporte) até os municípios vizinhos. Por outro lado, a comunidade de Paraisópolis (em detalhe), mostra como uma concentração de moradias subnormais também concentra níveis de escolaridade mais baixos.

Figura 3 – Distribuição da população, em relação ao nível de escolaridade, na região metropolitana de São Paulo



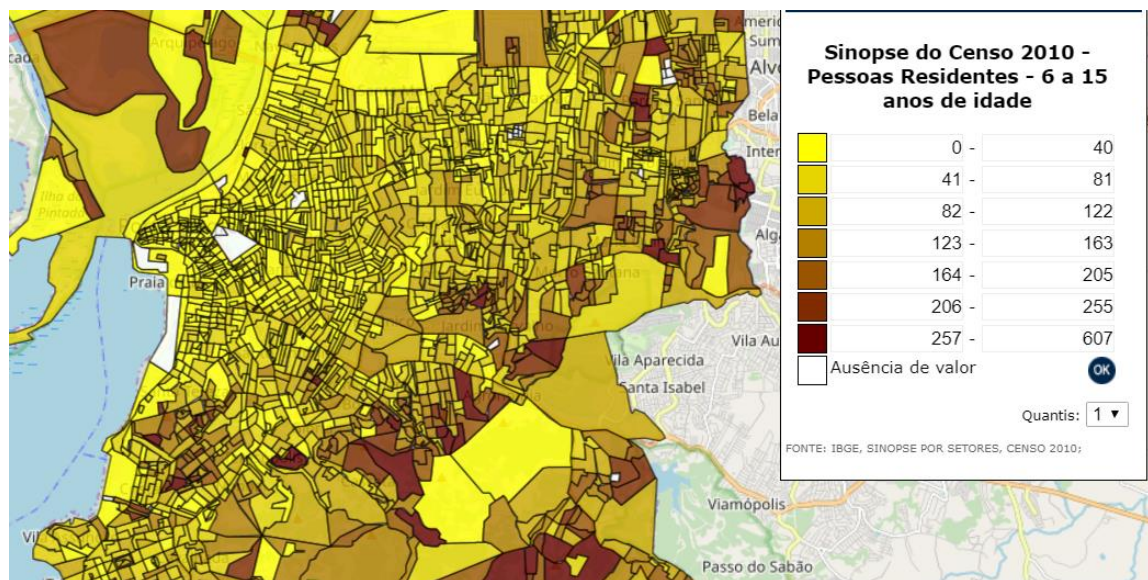
Fonte: Agência Mapping Lab.

Até mesmo as crianças e jovens estão concentradas nestas áreas desprovidas de atenção estatal. Em Porto Alegre, conforme dados coletados do Censo 2010 (Figura 4), a concentração de crianças de 6 a 15 anos, em plena idade escolar, é maior nas áreas periféricas, distantes do centro da cidade e das áreas mais abastadas, próximas deste. Como veremos adiante, o local de moradia das crianças interfere diretamente no sucesso escolar e na reprodução social que as instituições de ensino articulam.

Nos setores mais pobres também estão concentradas as pessoas negras, como o que pode-se perceber nas cidades-satélites de Brasília (Figura 5), e o alto contraste com as áreas mais ricas, entre as asas norte e sul, bem como grande parte do setor sudoeste. O que queremos apontar com estes levantamentos é que o controle da cidade é necessário, para que os elementos da vida social, essencialmente raros, não sejam distribuídos democraticamente,

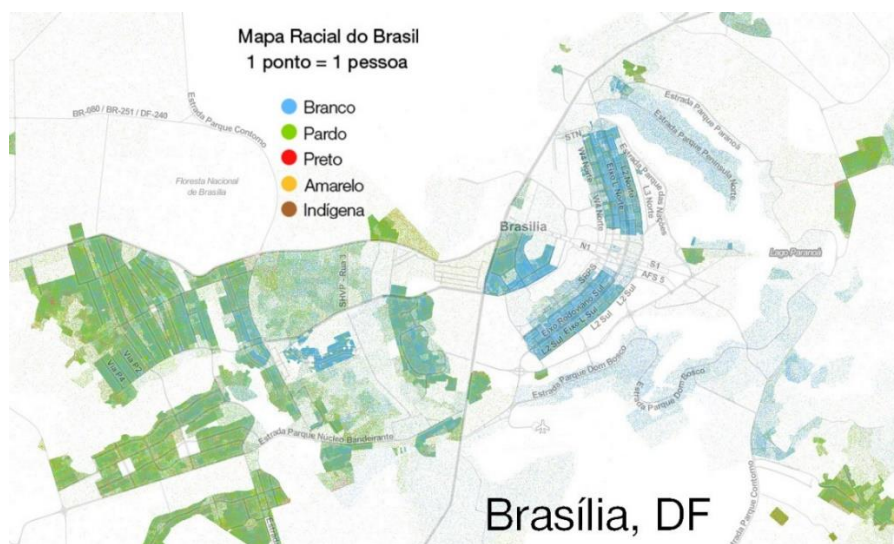
mas de maneira autoritária e violenta, tendo em vista que os mesmos agentes interessados em gerar renda a partir do solo urbano também são aqueles que utilizam seus capitais para manter suas posições e de suas próximas gerações.

Figura 4 – Distribuição das pessoas de 6 a 15 anos de idade em Porto Alegre



Fonte: Censo Demográfico 2010 – Sinopse por setores.

Figura 5 – Distribuição racial em Brasília



Fonte: Agência Pata.

Diante de tais evidências da segregação socioespacial nas cidades brasileiras, e seja qual for o recorte apresentado, vale lembrar que, para Bourdieu (2015, p. 46), “cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados” que definem, dentre outras questões, as atitudes frente à escola e ao próprio capital cultural, sendo este uma “herança cultural”, responsável “pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito”. O autor quer dizer, com isso, que a escola legitima as desigualdades sociais (“distribuídas” a partir do controle do solo por alguns grupos, como já exposto) e “sanciona” o que as heranças culturais (também desigualmente distribuídas entre as gerações) determinam ao longo da escolaridade, sobremaneira das crianças e adolescentes. A parte desta herança mais rentável na vida escolar é o que Bourdieu denomina como “cursus”, uma gama de aptidões sobre a escolarização e pela “cultura livre” adquirida nas experiências fora da escola (ou seja, na cidade), hierarquizada em valores conforme a origem social dos pais das crianças que comporão as próximas gerações. Em outras palavras, “as crianças e sua família se orientam sempre em referência às forças que as determinam”.

De certo modo, as dificuldades enfrentadas pela grande maioria da população mais pobre serão maiores, exigindo maiores esforços e que, somente assim, poderão ser convertidas em apoio familiar, levando em consideração a baixa taxa de “sucesso” escolar das famílias menos favorecidas, julgadas anteriormente em algum momento de suas vidas pela mesma escola que perpetua valores das classes mais privilegiadas. E se o único elemento que uma criança que vive na periferia de uma cidade qualquer for a “boa vontade cultural vazia” dos seus pais, resta a ela ser forçada a “tudo esperar e a tudo receber da escola” quando assim, na verdade, esta última torna-se uma instituição que conserva a ordem social por não democratizar os privilégios distribuídos nos contextos urbanos (*idem*, pp. 57-63).

A “função mistificadora” da escola seria, para finalizar, um caminho que levaria “os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes

assinala” (pelo consumo de cidade mais dificultado em relação às outras classes, impossibilitando uma construção mais diversificada de capitais necessários para a ascensão social), percebendo o sistema de ensino como uma “inaptidão natural”. Pelo contrário: “não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem o seu destino social [...] à sua natureza individual e à sua falta de dons” (*idem*, p. 65), gerando um circuito de poder e desigualdades, pois “é o que mantém as relações entre os agentes para além da criação contínua das interações ocasionais” (*idem*, p. 107).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de retirada de direitos duramente conquistados, entendemos que a principal relevância deste trabalho encontra-se na demonstração de como o *rent-seeking* urbano influencia o planejamento das cidades brasileiras e suas consequências na capacidade de ascensão social das próximas gerações. Por outro lado, lembramos que vários processos de revisão dos Planos Diretores estão ocorrendo por todo o país em metrópoles (como em Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre) e também em cidades médias, considerando o prazo legal de dez anos estipulado pelo Estatuto das Cidades, provocando a necessidade do debate sobre a questão que trazemos. É preciso entender as estratégias que o empresariado promove desde a última década para impedir a continuidade do *rent-seeking* urbano e a formação de grandes consensos que desconsideram qualquer tipo de ganho social institucionalizado e perpetuam as desigualdades em um perverso circuito de poder mediante o controle do uso do solo.

A necessidade de investigações mais aprofundadas sobre todos os agentes envolvidos é constante (apesar de estarmos deslocando esforços para isso, ainda é um debate incipiente dentro da academia e especialmente na Sociologia Urbana). A relação entre as suas estratégias de uso e ocupação do solo pode ser traduzida, como vimos, nas capacidades necessárias para a ascensão ou manutenção de classe dentro da reprodução social. Em outras

palavras, a desigual distribuição de “cidade” aos seus moradores os colocam em condições desiguais, principalmente àqueles que vivem em regiões vulneráveis e não podem confiar nas políticas públicas de educação, lembrando do caráter conservador e violento do sistema escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. In: DINIZ, Eli (org.). **Debates urbanos 4 – políticas públicas para áreas urbanas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.67-114.

BOURDIEU, Pierre. O efeito de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Tradução Mateus S. Soares Azevedo. Jaime A. Clasen. Sérgio H. de Freitas Guimarães. Marcus Antunes Penchel. Guilherme J. de Freitas Teixeira. Jairo Veloso Vargas. Petrópolis, Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 2015. p. 44-72.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e a causalidade do provável. Tradução Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 2015. p. 44-72.

CATTANI, Antonio David. Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. **Sociologias** (UFRGS), v. 1, p. 74-99, 2007.

_____. **A riqueza desmistificada / Demystifying wealth**. 1. ed. Porto Alegre: Marca Visual, 2013. v. 1. 208p .

_____. **Ricos, podres de ricos**. 1. ed. Porto Alegre: Marca Visual/ Tomo Editorial, 2017. v. 1. 60p .

CORREA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1995.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**. Escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo, Boitempo, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O jogo da direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**. São Paulo: Boitempo, 2001.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução: Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed Annablume, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRUEGER, Anne O. **The political economy of the rent-seeking society**. *American Economic Review*, 64(3), 291–303, 1974.

LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. **Urban fortunes**: The political economy of place. Berkeley: University of California Press, 1987.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 105, p. 15-33, 2016.

MOLLENKOPF, John. **The Contested City**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1990.

MOLOTCH, H. **The city as a growth machine**: toward a political economy of place. *American Journal of Sociology* 82, 309-332. New York, 1976.

OXFAM. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2018.

PAIVA, R. A. (org.) **Megaeventos e intervenções urbanas** - série intervenções urbanas. Barueri: Manole, 2017.

SAVITCH, H. V. **Post Industrial Cities** : Politics and Planning in New York, Paris and London, Princeton University Press, Princeton NJ, 1988.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**: investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis. 01. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. v. 01. 275p .

TULLOCK, G. The welfare costs of tariffs, monopolies and theft. **Western Economic Journal**, 5 (3): 224-332, 1967.

_____. **The Economics of Special Privilege and Rent-Seeking**, Boston & Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1989.

_____. **Rent Seeking**. London : E. Elgar, 1993.

_____. The origin of the rent-seeking concept. **International Journal of Business and Economics** 2(1), 1-8, 2003.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo, Studio Nobel, 2012.

VOOS, Charles Henrique. **Quem manda nesta cidade?** Poder e rent-seeking urbano em Joinville/SC após o Estatuto da Cidade. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2016 (Tese de Doutorado).

_____. **Quem manda na cidade:** poder e rent-seeking urbano. Curitiba: Editora Appris, 2018.

Charles Henrique Voos

Doutor em Sociologia (UFRGS), Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (UFSC) e Cientista Social (UNIVALI). Coordenador do Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade Guilherme Guimbala e Editor-chefe da Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares. charleshenriquevoos@gmail.com

Recebido em 22 de junho de 2020.

Aceito em 29 de junho de 2020.

Elementos de uma aproximação ontológica do direito em Pachukanis

Elements of an ontological approach to law in Pachukanis

Moisés Alves Soares

Regina Teresa Pinheiro da Silva

Resumo: A obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo* é um fundamento indispensável par qualquer debate marxista no campo jurídico. Por muito tempo sob exílio, hoje, recuperada para o debate brasileiro após as traduções derivadas do centenário da revolução de outubro, a grande teorização de Pachukanis traz contribuições seminais para compreender o direito no mundo do capital. Uma importante parte desse constructo é seu caminho metódico. Nesse sentido, este escrito explora o método pachukaniano delineado a partir da famosa *Introdução de 1857* e sua convergência com uma abordagem ontológica tracejada por Lukács em *Ontologia do Ser Social*.

Palavras-chave: Pachukanis; Marxismo; Teoria do direito; Método; Ontologia do Ser Social.

Abstract: The work *The General Theory of Law and Marxism* is an indispensable contribution to any Marxist debate in the legal field. For a long time in exile, today, recovered for the Brazilian debate after the translations derived from the centenary of the October Revolution, Pachukanis' great theorization brings seminal contributions to understand the law in the world of capital. An important part of this construct is its methodical path. In this sense, this paper explores the Pachukanian method outlined from the famous *Introduction of 1857* and its convergence with an ontological approach traced by Lukács in *Ontology of the Social Being*.

Keywords: Pachukanis; Marxism; Theory of law; Method; Ontology of the Social Being.

NA TRILHA METÓDICA DE PACHUKANIS

Ponto alto do esquecido pensamento jurídico soviético, Pachukanis foi, sem sombra de dúvida, o mais destacado, controverso e original dos juristas pós-revolucionários. A sua produção teórica não é vasta, mas sua obra principal, *Teoria Geral do Direito e Marxismo* – objeto principal deste estudo conjuntamente com outros escritos menores da primeira fase de seu

pensamento¹ – oferece uma crítica inovadora aos grandes problemas concernentes à compreensão do direito do ponto de vista da filosofia da práxis. Prova disso é que, ainda hoje, Pachukanis é referência obrigatória, senão a principal, no estudo das relações entre direito e marxismo. Ao contrário das análises anteriores que centravam seu foco sobre o conteúdo normativo, Pachukanis atende a exigência metodológica de Marx e procura esmiuçar as razões por que uma certa relação social adquire, sob determinadas condições, a forma jurídica.

Nesse sentido, o jusfilósofo russo, “rigorosamente, retorna a Marx, isto é, não apenas as referências ao direito encontradas em *O Capital* – e não seria exagero dizer que ele é o primeiro que verdadeiramente as lê – mas, principalmente, ele retorna à inspiração original de Marx, ao recuperar o método marxiano” (NAVES, 2000, p. 16). Neste percurso, Pachukanis busca constituir um método de pesquisa para a esfera jurídica que parta da crítica estrutural proposta por Marx, sendo “talvez o primeiro estudioso marxista que trabalha na base da *Introdução de 1957*, um texto de Marx que por muito tempo ficou de lado na tradição da exegese marxista” (CERRONI, 1976, p. 65)². Isto significou para teoria marxista do direito uma virada no que concerne ao modo de encarar à aproximação metodológica do fenômeno jurídico.

Não é ocasional que o jurista russo, antes de proceder seu estudo propriamente dito acerca da forma jurídica relacionada com o mundo do capital em *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, demarque, em seu primeiro capítulo, cujo título é autoexplicativo, “Os métodos de construção do concreto nas ciências abstratas”. Neste primeiro momento, que é o ponto de partida metódico desenvolvido por toda obra, Pachukanis inaugura uma tradição marxista de

¹ A obra de Pachukanis é passível de ser interpretada, conforme Márcio Naves (2000), em três momentos: 1) de *Teoria Geral do Direito e Marxismo* até 1930 – a concepção “originária”; 2) após 1930 até por volta de 1935 – retorno a dogmática jurídica burguesa; 3) 1936 em diante – abandono total de suas teses originais e capitulação total ao stalinismo.

² “O abandono em que foi deixado este escrito tem um motivo ao qual já nos referimos e do qual, em geral não se teve consciência: o abandono da crítica da economia política, substituída por uma simples economia entendida no ciência no sentido burguês”. LUKÁCS, 1979, p. 35.

captura do movimento contraditório e desigual de desenvolvimento da forma jurídica.

Não desmerecendo a tentativa pura e simples de reprodução do pensamento pachukaniano, que por si só não é tarefa fácil, o objeto do presente estudo não se restringe a somente revisitar as teses expostas em *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Não obstante as limitações e possíveis incongruências de sua teorização, objetiva-se enxergar um outro Pachukanis. Um autor, longe da sombra do determinismo, economicismo, niilismo, preocupado em apreender metodicamente a concretude da forma jurídica.

A perspectiva de seu método, elaborado prioritariamente, como já se frisou, a partir da *Introdução de 1857* – “esse esboço resume os problemas mais essenciais da ontologia do ser social e os métodos resultantes para o conhecimento econômico, enquanto campo central para esse nível de existência da matéria” (LUKÁCS, 1979, p.35) –, abre a possibilidade de interpretar que Pachukanis constrói uma aproximação ontológica da mediação jurídica.

Mas *ontologia*, aqui, não significa, o que se poderia intuir inicialmente: uma abordagem ancorada na carcomida metafísica. Mas quer dizer uma ontologia do ser social, como Lukács e, de certa forma, também Gramsci interpretam o legado de Marx, isto é, uma ontologia crítica do mundo dos homens fundada na protoforma do trabalho. Tal ontologia materialista abandona qualquer pretensão transcendental de deduzir *a priori* as categorias do real, portadora, deste modo, de uma radical historicidade. A essência não é concebida como um ente estático-estacionário, como um momento que determina o processo do exterior, ao invés disso, ela é parte integrante e imprescindível de toda processualidade conjuntamente com esfera fenomênica³.

³ “A questão chave para o esclarecimento da virada ontológica feita por Lukács é o tratamento analítico dado a categoria de substância. Uma concepção que pressupõe o abandono radical da validade eterna de valores transcendentais ao processo, pois para Lukács substancialidade não é, como de costume, “uma relação estático-estacionária de auto-conservação, que se contraponha que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir; ao

A essa aproximação ontológica da realidade gestada por Pachukanis, em especial do direito, pode-se denominar como “ontológico-genética”. O método “ontológico-genético” consiste em “mostrar a estratificação progressiva das atividades do sujeito [...], indicando as transições e mediações, até circunscrever a especificidade de cada uma em função do papel que desempenham na sua fenomenologia da vida social” (TERTULIAN, 2009, p. 376). Por esta via, consegue-se analisar tanto a gênese das entificações (o que é) e a formação histórico-social de seus pressupostos, quanto explicitar a processualidade do ser em sua autonomia relativa e as contradições que emergem como forças centrífugas de transformação dessa realidade.

A crítica genética, deste modo, permite identificar as transições de um nível ontológico mais simples para um nível mais complexo, desdobrando com precisão as necessárias mediações. Seguir esse caminho metodológico, esboçado com precisão na própria *Introdução de 1857*, possibilita passar da protoforma do ser social em suas determinações mais básicas, o trabalho, às formas cada vez mais complexas de intersubjetividade em sua atuação perante os conflitos sociais (ideologia, política, direito, etc.).

Por este caminho, Pachukanis recupera o significado ontológico do termo *categoria* presente em Marx e lança mão de abstrações isoladoras para retornar ao concreto do direito: as categorias jurídicas. Seguir essa “viagem de retorno” a esfera jurídica enquanto complexo social e esboçar os elementos dessa aproximação ontológica do direito construída por Pachukanis em termos de método é o que se fará daqui por diante.

Para tanto, dividir-se-á o estudo em três momentos. Num primeiro momento, analisar-se-á como é concebida a reprodução ideal do objeto pelo sujeito que pesquisa, especificamente, como é tratada a questão da teoria do reflexo. Em segundo lugar, serão esmiuçados os elementos ontológicos inseridos por Pachukanis no tratamento das categorias jurídicas a partir de sua compreensão e aplicação à esfera jurídica da *Introdução de 1857*. Por fim,

contrário, ela se conserva em essência, mas de modos processual, transformando-se no processo, renovando-se, participando do processo” (LUKÁCS, 1979, p.161).

Monumenta - Revista de Estudos Interdisciplinares. Joinville, v.1, n.1, jan./jun., 2020, p. 145-167.

percorrer-se-á a “viagem de retorno” metódica a forma jurídica enquanto totalidade. A aproximação dar-se-á a partir das categorias jurídicas fundamentais, em especial o sujeito de direito, transpondo o método constituído por Marx para as categorias econômicas.

TEORIA DO REFLEXO E REPRODUÇÃO IDEAL DO OBJETO

De forma inicial, Pachukanis, ao dissertar sobre o seu método de apreensão do real a ser utilizado no direito, defende que “toda a ciência possui o seu próprio plano de acordo com o qual visa *reproduzir a realidade; construindo, assim, a realidade concreta*, com toda a sua riqueza de formas, de relações e de conexões, como resultado da combinação de abstrações mais simples” (PACHUKANIS, 1988, p. 30). Tal afirmação, em termos gnosiológicos, situa o jurista russo entre os adeptos da famosa e tão surrada teoria do reflexo.

A teoria do reflexo foi subsumida, tornando-se sinônimo praticamente, de certa compreensão vulgar do marxismo. Tal vulgata alastrou, a partir da ideia de reflexo, uma concepção simplista e mecanicista em relação à complexa questão da articulação entre objetividade e subjetividade no campo da produção do conhecimento.

Mesmo Lênin, já em *Materialismo e Empiriocriticismo* – obra, frequentemente, enquadrada como um dos marcos centrais da vulgarização da teoria do reflexo –, o processo de conhecimento não se estrutura enquanto mero espelhamento da realidade, relegando a subjetividade, em seu o ato de apreensão da objetividade, a um simples reflexo da exterioridade da coisa em si. Para o revolucionário russo, “a dialética materialista de Marx e Engels compreende, certamente, o relativismo, mas não se reduz a ele, isto é, reconhece a relatividade de todos os nossos conhecimentos, não no sentido da negação da verdade objetiva, mas no sentido do condicionamento histórico dos

limites da aproximação de nossos conhecimentos a essa verdade” (LENIN, 1974, p. 138).

Tal movimento de dialetização da teoria do reflexo aprofunda-se ainda mais nos *Cadernos Filosóficos* de Lenin. Neste conjunto de notas, o mesmo Lenin confronta-se e cunha o termo “materialismo vulgar” atribuído, por vezes, a sua própria teorização. Pois, nos *Cadernos*, defende “contra o materialismo vulgar”, que “a concepção a respeito do ideal que se converte em real é profunda: muito importante para história” (LENIN, 1974, p. 113). Isto é, ao construir sua gnosiologia, deve-se conceber que “a coincidência do pensamento com o objeto é um processo: o pensamento (= o homem) não deve imaginar a verdade em forma de repouso morto, na forma de um quadro nu (imagem), pálido (opaco), sem impulso, sem movimento, como um gênio, como um número, como um pensamento abstrato” (LENIN, 1974, p.184).

Nesse sentido, ao contrário do que se poderia pensar, o pensador marxista ao produzir sua teoria do conhecimento nem de longe abandona sua teoria do reflexo. “Mas não é um reflexo simples, imediato, completo, mas sim o processo de um série de abstrações, a formação e o desenvolvimento de conceitos, leis, etc. ; e tais conceito, leis, etc. (pensamento, ciência = ‘a ideia lógica’) abarcam condicionalmente, aproximadamente, o caráter universal, regido por leis, da natureza em eterno desenvolvimento e movimento” (LENIN, 1974, p.174).

O reflexo, então, não se trata de um mero espelhamento, uma cópia fiel, da realidade realizada de forma imediata pelo sujeito cognoscente através de um método engessado – materialismo dialético – que proporciona respostas prévias. Para Lenin, “o homem não pode captar = espelhar = refletir a natureza como um todo, em sua integridade, sua totalidade imediata; somente pode acercar-se eternamente a ele, criando abstrações, conceitos, leis, uma imagem científica do mundo” (LENIN, 1974, p. 174). O conhecer, deste modo, tem sempre um caráter aproximativo e transitório mediado através da concretização ideal que reflete o mundo objetivo, sendo que tais reflexos, tais

abstrações existentes na “consciência do homem não somente reflete o mundo, mas também o cria” (LENIN, 1974, p. 200).

Essa reprodução ideal do objeto não se estrutura, portanto, como no marxismo vulgar, apoiada numa postura passiva da subjetividade, mas estritamente fundamentada no papel ativo do sujeito na construção abstrata e aproximada da verdade em relação ao objeto de conhecimento. Antes de ser concebido como mecânica submissão da subjetividade ao real, o reflexo é compreendido enquanto uma forma especificamente social de ser da ativa apropriação do real pela consciência. Assim, “o reflexo não funda o real e, por si só, não funda a subjetividade. Nem a consciência pode ser reduzida ao reflexo, nem o objeto é pura e simplesmente o refletido” (LESSA, 1997, p. 94).

Apesar dessa negação da objetividade imediata, reafirma-se a distinção entre sujeito e objeto, isto é, serão sempre ontologicamente heterogêneos. O ato de aproximação do real pela consciência por meio do reflexo eleva o real a uma apreensão espiritual e que, justamente por ser um captar do objeto exterior, jamais poderá se converter em identidade – tentação hegeliana. Em outros termos, “o fenômeno social do reflexo não apenas reproduz de forma aproximativa o real na consciência, mas também realiza sujeito e objeto enquanto polos distintos da relação gnosiológica. O conhecimento, portanto, não é a superação da distância entre o subjetivo e o objetivo, mas justamente a sua mais plena reprodução” (LESSA, 1997, p. 95). Assim, “o ponto essencial do novo método: o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos (e menos ainda lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada” (LUKÁCS, 1979, p. 57).

Nesse sentido, a partir da construção subjetiva do reflexo em relação à coisa em si, origina-se “uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e - em sentido ontológico estrito - não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz, tanto menos idêntica a ela. Ao contrário, no plano ontológico, o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, verdadeiramente opostos: o ser social e o seu reflexo na

consciência. Esta dualidade é um fato fundamental no ser social” (LUKÁCS, 1981, p. 38). Então, o essencial é observar que, do ponto de vista metódico, a objetividade idealizada não é a objetividade em si, mas sim uma nova objetividade constituída enquanto reflexo mais aproximado possível da realidade. Tal nova objetividade ideal, da mesma forma que seu referencial externo, é concebida como uma processualidade que possibilita verdades transitórias/históricas em relação ao modo de conhecer o ser-precisamente-assim – o mundo não é entendido como um conjunto de coisas acabadas, mas como uma totalidade de processos.

É estruturado nesta metódica da teoria do reflexo existente na *Introdução de 1857*, em negação às formulações desenvolvidas pelo marxismo vulgar, que Pachukanis desdobra suas implicações a esfera jurídica.

A INTRODUÇÃO DE 1857 E A QUESTÃO DAS CATEGORIAS JURÍDICAS

O jurista russo, em sua obra principal, procura delinear as tarefas de uma teoria geral do direito e redesenhar os problemas metodológicos centrais de uma análise marxista do direito. Parte pela definição da “teoria geral do direito como o desenvolvimento dos conceitos jurídicos fundamentais, isto é, dos mais abstratos”. Tais categorias jurídicas fundamentais não dependem diretamente do conteúdo concreto das normas jurídicas, visto que “conservam a sua significação, mesmo quando o conteúdo material concreto se altera de uma ou de outra maneira” (PACHUKANIS, 1988, p.15). “Trata-se daqueles conceitos que na tradição kantiana e neokantiana passam por elementos condicionantes da própria possibilidade da experiência jurídica, e é exatamente contra esta tradição que Pachukanis trava a polêmica” (CERRONI, 1976, p.65).

Na crítica a este modo tradicional de conceber a investigação formal das categorias jurídicas, Pachukanis, mesmo em desacordo que tais categorias sejam o *a priori* da experiência jurídica – as condições lógicas indispensáveis

que tornam a experiência possível –, não desdenha a importância destas abstrações⁴, que considera conter a essência teórica da forma jurídica entendida como forma histórica. Pois uma abordagem do direito que não trata das categorias jurídicas fundamentais lega, apenas, como resultado “uma teoria que explica a origem da regulamentação jurídica a partir das necessidades materiais da sociedade, e, conseqüentemente, o fato de as normas jurídicas corresponderem aos interesses materiais de uma ou outra classe social”. Por esta via, certamente mais comum na tradição marxista, não se analisa a “regulamentação jurídica propriamente dita, enquanto forma, não obstante a riqueza do conteúdo histórico por nós introduzida neste conceito” (PACHUKANIS, 1988, p. 21).

Nesse sentido, em a *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, Pachukanis dá especial atenção as abstrações representadas pelas categorias/conceitos – obviamente as categorias e conceitos jurídicos – no processo de conhecimento. Salienta que “o papel da abstração mostra-se particularmente acentuado nas ciências sociais” e que “a maturidade das ciências sociais é determinada pelo grau de perfeição das referidas abstrações” (PACHUKANIS, 1988, p. 30). Mas, ao contrário das abordagens anteriores, na trilha de Marx, entende que “o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos (e menos ainda lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada” (LUKÁCS, 1979, p. 27). “Examinando-se a questão de um ângulo alheio a toda metafísica idealista, é impossível não ver como esse processo de

⁴ “Uma concepção bastante difundida atribui a estes conceitos jurídicos fundamentais e gerais somente um valor puramente técnico, condicional.[...] Assim, estas denominações não teriam, além disto, significado algum para a teoria e para o conhecimento. [...] Mas isso não implica que a ciência jurídica deva simplesmente lançar fora as abstrações fundamentais que exprimem a essência teórica da forma jurídica. De fato, até a economia política deu início ao seu desenvolvimento começando por questões práticas, emergentes sobretudo da esfera da circulação do dinheiro; também ela, originariamente fixou para si própria a tarefa de mostrar ‘os meios de enriquecimento dos governos e dos povos’. Contudo, já nestes conselhos técnicos encontramos os fundamentos desses conceitos, os quais sob uma forma aprofundada e generalizada passaram para o corpo da disciplina teórica da economia política” (PACHUKANIS, 1988, p.17).

abstração é um processo real no âmbito da realidade social” (LUKÁCS, 1979, p. 49)⁵.

O autor russo, no trato da forma jurídica, compreende o significado de categoria como Marx a concebeu na *Introdução de 1857*, isto é, como “formas de existência, condições de existências determinadas” (MARX, 2003, p.255)⁶. Ao compreender as categorias jurídicas como constituintes da realidade, Pachukanis aproxima-se de Lukács, para quem “as categorias – embora apresentem entre si, mesmo singularmente, inter-relações freqüentemente muito intrincadas – são todas formas de ser, determinações de existência; e, enquanto tais, formam por sua vez uma totalidade, só podendo ser compreendidas cientificamente enquanto elementos reais dessa totalidade, enquanto momentos do ser” (LUKÁCS, 1979, p.67).

A incompreensão, então, do significado do termo categoria em Marx, empregado ontologicamente pela teoria pachukaniana, tem como resultado uma série de críticas despropositadas a Pachukanis. Karl Korsch, por exemplo, acusa-o de idealista por tratar de categorias jurídicas fundamentais e não materialmente do contexto russo e, sendo assim, a teoria pachukaniana revela-se como um extraordinário abstracionismo típico da escolástica formal⁷. O que

⁵ Sobre o peso real das abstrações, Lukács exemplifica: “no século XIX, milhões de artesãos autônomos experimentavam efeitos dessa abstração, o trabalho socialmente necessário, quando se arruinavam, isto é, quando experimentavam na prática as suas consequências concretas, sem terem a mínima ideia de encontrar-se diante de uma abstração realizada pelo processo social. *Essa abstração tem a mesma dureza ontológica da faticidade, digamos, de um automóvel que atropela uma pessoa*” (1979, p.49, grifo nosso).

⁶ “A este respeito, o marxismo distingue-se em termos extremamente nítidos das visões de mundo precedentes: no marxismo, o ser categorial da coisa constitui os ser da coisa, enquanto nas velhas filosofias o ser categorial era a categoria fundamental, no interior da qual se desenvolviam as categorias da efetividade. Não é que a história se passe no interior do sistema de categorias, mas sim que a história é a transformação do sistema de categorias. As categorias são, portanto, formas de ser. Naturalmente, à medida que se tornem formas ideais, são formas de espelhamento, mas, em primeiro lugar, são formas de ser” (LUKÁCS, 1999, p.146).

⁷ Karl Korsch o acusa de “não procurar fazer ressaltar duma forma materialista as relações e as tendências evolutivas contemporâneas da Rússia soviética, segundo a sua própria essência, mas duma forma idealista de acordo com uma finalidade que subjectivamente lhes é atribuída. É daqui que fundamentalmente deriva o caráter, já sublinhado, extraordinariamente abstrato deste livro, que, por outro lado, atinge um escolasticismo formal e não desta ou daquela causa ocasional, como por exemplo o facto deste livro ter sido originalmente concebido como um estudo provisório em grande parte escrito com fins de clarificação pessoal” (KORSCH, 1977, p.20).

Korsch não compreende é que Pachukanis “longe de ignorar a história – os conteúdos e as instituições –, procura, pelo contrário, levá-los a uma clareza científica, fazendo deles os suportes de uma correta discriminação das próprias categorias” (CERRONI, 1976, p. 66)⁸. Pachukanis deixa claro que as categorias jurídicas, da mesma forma, que as categorias econômicas na economia política, “refletem teoricamente o sistema jurídico enquanto totalidade orgânica. Em outros termos, a forma jurídica, expressa por abstrações lógicas, é um produto da forma jurídica real ou concreta (de acordo com a expressão do companheiro Stucka), um produto da mediação real das relações de produção” (PACHUKANIS, 1988, p. 12)⁹. Ela possui - num traço inequivocamente ontológico de Pachukanis – “uma história real, paralela, que não se desenvolve como um sistema de pensamento mas antes como um sistema particular de relações que os homens realizam em consequência não de uma escolha consciente, mas sob pressão das relações de produção” (PACHUKANIS, 1988, p.33).

Deste modo, para analisar o direito como um fenômeno real, Pachukanis introduz, no campo do direito, o mesmo método utilizado por Karl Marx, em a *Introdução a crítica da economia política*, ao tratar das categorias econômicas, “que se exprime em dois ‘movimentos’: o que vai do abstrato ao concreto, e o que vai do simples ao complexo” (NAVES, 2000, p. 40).

⁸ Oscar Correias parte, também, de uma incompreensão do que Marx conceitua como categoria, ele afirma: “Como uma categoria poderia ser concreta? Somente no interior dos jargões hegelianos”. “A posição de Pachukanis me parece tributária de certa utilização que Marx fez da palavra ‘categoria’ em no que se tem chamado *Introdução Geral a Crítica da Economia Política*. Isto conduziu a idéia que o direito é uma categoria e que somente existe no mundo capitalista. Correias concebe o significado hegeliano de categoria, não o de Marx, em Pachukanis e tira a conclusão que é por causa de um idealismo que o autor russo aponta a possibilidade do fim da mediação jurídica. Trata-se de um equívoco, pois esta é uma tese absolutamente materialista de Pachukanis, fato que leva sua teoria a ser imputada como economicista, determinista, niilista, mas nunca idealista, pois parte de uma relação de reciprocidade com a esfera econômica. (CORREAS, 1994, p.279-281).

⁹“Ninguém dúvida de que a economia política estuda uma realidade que existe efetivamente, muito embora Marx tenha já atraído a atenção sobre o fato de realidades como o Valor, o Capital, o Lucro, a Renda, etc., não poderem ser descobertas ‘com a ajuda de microscópio e da análise química’. A teoria do direito trabalha com abstrações que não são menos ‘artificiais’: a ‘relação jurídica’ ou o ‘sujeito jurídico’ não podem, igualmente, ser descobertos por meio dos métodos de investigação das ciências naturais, não obstante por detrás de tais abstrações estarem escondidas forças sociais absolutamente reais” (PACHUKANIS, 1988, p.25).

Na *Introdução* de 1857, Marx salienta que, para uma abordagem científica, parece ser o melhor método começar “pelo real pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começaria-se pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção com um todo” (MARX, 2003, p. 247). No entanto, Marx constata que se trata de um erro, pois a população consiste numa mera abstração se não considerada as classes que a compõe, que, por sua vez, é uma palavra oca se ignorados seus elementos constitutivos como o trabalho assalariado, o capital, etc. Outros que, da mesma forma supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc.¹⁰ Desse modo, o autor de *O capital* demonstra que caso “começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples”. Portanto, partindo do caminho contrário, dos conceitos mais simples até o de população – do simples ao complexo - esta “não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (MARX, 2003, p. 247)¹¹.

O concreto, desta forma, é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações – unidade na diversidade. “É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação” (MARX, 2003, p.258). Primeiro reduz-se a plenitude da representação a uma determinação abstrata,

¹⁰ “Quer tomemos a própria totalidade imediatamente dada, quer seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto de realidades imediatamente dadas desemboca sempre em meras representações. Por isso, essas devem ser melhor determinadas com a ajuda de abstrações isoladoras” (LUKÁCS, 1979, p.37).

¹¹ “Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabam sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que, *partindo de noções simples* tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, *se elevam até o Estado, as trocas internacionais e o mercado mundial*” (MARX, 2003, p.247, grifo nosso).

e, num segundo momento, as “determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto pela via do pensamento” (MARX, 2003, p.258). “Aqui, Marx, aponta que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como produto do pensamento, que se reproduz e movimenta por si só. “Enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto” (MARX, 2003, p.258)¹². Marx, sempre ressalva, para que não haja enganos, que “o objeto real conserva sua independência fora do espírito” (MARX, 2003, p.259), pois “o caminho, cognoscitivamente necessário, que vai dos ‘elementos’ (obtido por abstração) até o conhecimento da totalidade concreta é tão-somente o caminho do conhecimento, e não aquele da própria realidade” (LUKÁCS, 1979, p. 38). “É claro, portanto, que o método da economia política — que Marx designa como uma ‘viagem de retorno’ — pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante (que evidencia as leis e as tendências)” (LUKÁCS, 1979, p.30).

Outra reflexão metodológica essencial é extraída por Pachukanis da *Introdução a crítica da economia política*: “a relação entre as categorias do presente e as categorias do passado histórico, sendo aquelas a chave para compreensão destas” (NAVES, 2000, p. 46). Marx considera a sociedade burguesa como a organização histórica mais desenvolvida e variada que existe. A partir disso, Marx conclui que “as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou” (MARX, 2003, p. 254). “A forma mais desenvolvida permite-nos compreender os estágios anteriores onde ela surge unicamente de forma embrionária. A evolução histórica posterior põe a descoberto, simultaneamente, as

¹² “Esse caminho justo, contudo, se não tem constantemente presente a dependência real ao ser, pode levar a ilusões idealistas; de fato, é o próprio processo cognoscitivo que – se considerado em seu isolamento e como algo autônomo – contém em si a tendência à autofalsificação (LUKÁCS, 1979, p. 37).

virtualidades que já se podiam divisar num passado longínquo” (PACHUKANIS, 1988, p. 35).

Ao aplicar as citadas reflexões metodológicas de Marx a teoria do direito, Pachukanis toma a “forma jurídica na sua configuração mais abstrata e mais pura, para depois irmos por complexidade progressiva até o concreto histórico”. Compreende a forma jurídica, vale dizer, como forma histórica, que, “depois de haver surgido num determinado estágio da civilização, num estado embrionário com uma leve diferenciação interna e sem delimitação no que concerne as esferas próximas (costumes, religião)” (PACHUKANIS, 1988, p.35), desenvolve-se progressivamente até atingir a sua máxima diferenciação e figurar como momento relativamente autônomo das relações sociais. “Este estágio de desenvolvimento superior corresponde a relações econômicas e sociais inteiramente determinadas. Ao mesmo tempo este estágio caracteriza-se pelo aparecimento de um sistema de conceitos gerais que refletem teoricamente o sistema jurídico como totalidade orgânica” (PACHUKANIS, 1988, p. 35-36). Daí a importância atribuída por Pachukanis as categorias jurídicas fundamentais (simples/abstrações), como a norma jurídica, relação jurídica, sujeito de direito, etc., para compreensão concreta do que seja o Direito (complexo), pois a “evolução dialética dos conceitos corresponde à evolução dialética do próprio processo histórico” (PACHUKANIS, 1988, p. 35).

Desta forma, Pachukanis, na esteira precisa do método marxiano, entende que apenas se pode alcançar uma análise acurada sobre o Direito baseando-se na forma jurídica inteiramente desenvolvida – a burguesa.¹³ “Somente neste caso conseguiremos captar o direito não como um atributo da sociedade humana abstrata, mas como uma categoria histórica que corresponde a um regime social determinado, edificado sobre a oposição de interesses privados” (PACHUKANIS, 1988, p. 36).

¹³ “Apenas a sociedade burguesa capitalista cria todas as condições necessárias para que o momento jurídico esteja plenamente determinado nas relações sociais” (PACHUKANIS, 1988, p.24).

A VIAGEM DE RETORNO

Para Pachukanis, então, “o que Marx diz das categorias econômicas é totalmente aplicável às categorias jurídicas. Em sua aparente universalidade elas exprimem um determinado aspecto da existência de um determinado sujeito histórico: a produção mercantil da sociedade burguesa” (Ibid., p. 35). Nesse sentido, o desenvolvimento dialético das categorias jurídicas e econômicas “não nos oferece somente a forma jurídica no seu completo desenvolvimento e em todas as suas articulações, mas reflete igualmente o processo de evolução histórica, que é justamente o processo de evolução burguesa” (PACHUKANIS, 1988, p. 25).

O modo de produção capitalista engendra em sua formação uma sociedade de proprietários de mercadorias. “Uma sociedade na qual impera o princípio da divisão do trabalho, ou seja, em uma sociedade na qual os trabalhos privados só se tornam trabalho social mediante a intervenção de um equivalente geral” (NAVES, 2000, p.57)¹⁴. “Isto quer dizer que as relações sociais dos homens no processo de produção tomam uma forma coisificada nos produtos do trabalho que aparecem, uns em relação aos outros, como valores” (PACHUKANIS, 1988, p.70). Deste modo, a mercadoria, além de seu valor de uso, se transmuta em possuidora de uma forma abstrata de valor, que consiste na capacidade de ser trocada por outras em uma proporção determinada.

Se, por um lado, a criação do valor da mercadoria é inerente ao processo produtivo capitalista, por outro, a realização do valor no processo de troca necessita de um ato de vontade, livre e consciente por parte dos proprietários de mercadorias. Esclarece Marx, em o Capital:

Não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis, seus donos. As mercadorias são coisas, portanto, inermes diante do homem. Se não

¹⁴ “Ela [divisão social do trabalho] é condição para que exista a produção de mercadorias, embora, reciprocamente, a produção de mercadorias não seja condição necessária pra existência da divisão social do trabalho” (MARX, 2008, p.64).

é dócil, pode o homem empregar a força, em outras palavras, apoderar-se dela. Para relacionar essas coisas, umas com as outras, como mercadorias, têm seus responsáveis de comportar-se, reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se aposse da mercadoria do outro, alienando a sua, mediante o consentimento do outro, através, portanto, de um ato voluntário comum. É mister, por isso, que reconheçam, um no outro, a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete uma relação econômica. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é dado pela própria relação econômica. As pessoas, aqui, só existem reciprocamente, na função de representantes de mercadorias e, portanto, de donos de mercadorias (MARX, 2008, p. 109).

A mediação jurídica insere-se nas relações sociais, portanto, como um fator fundamental do circuito de trocas, pois o valor de troca somente se realiza mediante um ato de vontade do proprietários/donos de mercadorias. “Eis a razão pela qual, ao mesmo tempo que o produto do trabalho reveste as propriedades de mercadoria e se torna portador de valor, o homem se torna sujeito jurídico e portador de direitos” (PACHUKANIS, 1988, p. 71). O homem, deste modo, transfigura-se em sujeito de direito por meio de um ato de vontade, livre e consciente – sujeito que se constrói relacionalmente como proprietário de mercadorias no momento da troca¹⁵. Esta vontade juridicamente presumida que o torna absolutamente livre¹⁶ e igual¹⁷ perante aos outros proprietários de

¹⁵ “Na realidade, a categoria sujeito jurídico, é, evidentemente, estabelecida no ato de troca que ocorre no mercado. E é justamente neste ato de troca que o homem realiza na prática a liberdade formal da autodeterminação. A relação do mercado revela esta oposição entre o sujeito e o objeto num sentido jurídico particular. O objeto é a mercadoria e o sujeito o proprietário de mercadorias que dispõe delas no ato de apropriação e de alienação. É justamente no ato de troca que o sujeito se manifesta pela primeira vez em toda a plenitude das suas determinações” (PACHUKANIS, 1988, p.75).

¹⁶ “Ora, se a liberdade, esse atributo da personalidade, existe por e para a troca, isto é, para que se constitua um circuito de transações mercantis, então o homem só é livre uma vez inserido na esfera da circulação. Se, portanto, é a troca que constitui a liberdade do homem, podemos dizer que quando mais se alarga a sua esfera de comercialização, mais livre então pode ele ser, de tal modo que a expressão mais ‘acabada’, a mais completa, a mais absoluta liberdade é a liberdade de disposição de si mesmo como mercadoria” (NAVES, 2000, p.67).

¹⁷ “Essa igualdade é forjada criando uma figura formal jurídica, abstrata (a do cidadão), que cinde a unidade do homem, a unidade entre o homem no trabalho e o mesmo homem diante da lei” (GRUPPI, 1986, p.34). “Esse direito igual é um direito desigual para um trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque cada homem é um trabalhador como os

mercadorias, trata-se de uma “equivalência subjetiva correspondente ao elemento equivalência material, isto é, à troca de mercadoria na base da lei do valor” (NAVES, 2000, p. 66-67). Há, portanto, na esteira da mercantilização mundial, uma universalização do estatuto do sujeito de direito aos indivíduos, pois “a forma-sujeito de que se reveste o homem surge como condição de existência da liberdade e da igualdade que se faz necessária para que se constitua uma esfera geral de trocas mercantis e, conseqüentemente, para que se constitua a figura do proprietário privado desses bens, objeto da circulação” ((NAVES, 2000, p. 65). Não é a toa que para Pachukanis, “*o sujeito é o átomo da teoria jurídica, o seu elemento mais simples, que não se pode decompor*” (PACHUKANIS, 1988, p. 68, grifo nosso).

Mas o sujeito de direito não aliena somente mercadorias produzidas pelo trabalho, aliena, sobretudo, a si próprio como mercadoria – sua força de trabalho. O homem, desta forma, “deve ser simultaneamente sujeito e objeto de direito. A estrutura da forma sujeito de direito analisa-se então como a decomposição mercantil do homem em sujeito/atributos” (EDELMAN, 1976, p. 94). Há certa esquizofrenia, o homem “é” e possui uma forma jurídica (dever-ser) que é sua proprietária.¹⁸ “O sujeito existe apenas a título de representante da mercadoria que ele possui, isto é, a título de representante de si próprio enquanto mercadoria [...] Ele dever ser ao mesmo tempo mercador e mercadoria na feira ladra da liberdade. Numa palavra, o sujeito deve poder levar ao mercado seus atributos” (Ibid., 95-96). “Assim, o vínculo social, enraizado na produção, apresenta-se simultaneamente sob duas formas absurdas; por um lado, como valor de mercadoria, e por outro, como capacidade do homem de ser

outros; mas reconhece tacitamente como privilégio natural a desigualdade dos dons individuais e, por conseguinte, da capacidade de rendimento (MARX, 2004, p.134-135). Este “fetiche da igualdade jurídica contribui para que o processo normativo apresente-se neutro, momento de interesse de toda a sociedade, para continuar abrigando privilégios, sem deixar de realizá-los plenamente; de outra parte, toda a estrutura jurídica reproduz a ideologia jurídica da igualdade formal e , para tanto, precisa conceder, tanto no terreno da política (liberdades públicas e garantias do cidadão) como no terreno da economia (limitação da jornada de trabalho, direito à interrupção desta pela greve, etc.)” (GENRO, 1986, p. 21).

¹⁸ Aprofundando a questão, Edelman explica que “a minha capacidade reside na minha liberdade de me produzir como objeto de direito. O incapaz – o escravo – é um objeto de direito. O sujeito de direito permite esta espantosa revelação: a produção jurídica da liberdade é a produção de si- próprio como escravo” (EDELMAN, 1976, p.99).

sujeito de direito” (PACHUKANIS, 1988, p. 71-72)¹⁹. Por tudo isso, Pachukanis compreende que o “fetichismo da mercadoria se completa com o fetichismo jurídico” (PACHUKANIS, 1988, p. 75).

O sujeito de direito trata-se, portanto, de um proprietário de mercadorias abstrato e “transposto para as nuvens. A sua vontade, juridicamente falando, tem o seu fundamento real no desejo de alienar, na aquisição, e de adquirir, na alienação” (PACHUKANIS, 1988, p.78). A realização deste desejo se dá – em meio a uma economia atomizada formada por inúmeros sujeitos predispostos para a livre troca de mercadorias²⁰ – através de um acordo de vontades equivalentes dos proprietários de mercadorias. Tal relação social assume especificamente a forma jurídica, sendo que o vínculo entre essas diferentes unidades econômicas da sociedade civil é constituído através de um acordo mútuo de vontades independentes celebradas pelo *contrato*. “Eis por que o contrato é um conceito central do direito, pois ele representa um elemento constitutivo da idéia do direito” (PACHUKANIS, 1988, p.78)²¹. Assim sendo, este outro lado da relação entre os produtos do trabalho tornados mercadorias é a *relação jurídica*.

É neste ponto que se observa uma inversão do centro de gravidade na teoria pachukaniana. Pois se gênese do direito provém de uma relação entre sujeitos/proprietários, isso implica na adoção de uma posição antinormativista por Pachukanis, isto é, a recusa da premissa que é a norma que produz a

¹⁹ As relações dos homens no processo de produção envolvem assim, num certo estágio de desenvolvimento, uma forma duplamente enigmática. Elas surgem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro lado, como relações de vontade entre unidades independentes uma das outras, porém, iguais entre si: tal como as relações entre sujeitos jurídicos. *Ao lado da propriedade mística do valor aparece um fenômeno não menos enigmático: o direito*” (PACHUKANIS, 1988, p.75, grifo nosso).

²⁰ “[...] o núcleo mais sólido da nebulosa esfera jurídica (se assim me é permitido falar) situa-se, precisamente, no domínio das relações do direito privado. É justamente aí que o sujeito jurídico, “a pessoa”, encontra uma encarnação, totalmente adequada à personalidade concreta do sujeito econômico egoísta, do proprietário, do titular de interesses privados.” (PACHUKANIS, 1988, p.43).

²¹ “No sistema lógico dos conceitos jurídicos, o contrato é somente uma variedade do ato jurídico em geral, ou seja, é somente um dos meios de manifestação concreta da vontade, com a qual o sujeito age sobre a esfera jurídica que o cerca. Na realidade e historicamente, ao contrário, o conceito do ato jurídico tem sua origem no contrato. Independentemente do contrato, os conceitos de sujeito e de vontade em sentido jurídico existem somente como abstrações mortas” (PACHUKANIS, 1988, p.78-79).

relação jurídica. Nesta direção, o jurista russo afirma que “a relação jurídica é como que célula central do tecido jurídico e é unicamente nela que o direito realiza o seu movimento real. Em contrapartida o direito, enquanto conjunto de normas, não é senão uma abstração sem vida” (PACHUKANIS, 1988, p.47).

Tal posição é um contraponto flagrante à escola normativa, cujo maior expoente trata-se de Hans Kelsen, para quem “a relação jurídica não é uma relação de vida que seja extrinsecamente regulada ou determinada pelas normas jurídicas como se fosse um conteúdo vestido pela forma jurídica, mas esta forma, quer dizer, uma relação que somente é constituída, instituída ou criada pelas normas jurídicas” (KELSEN, 2006, p. 187). Desta forma, é norma jurídica que fundamenta a relação jurídica – a norma é centro irradiador de juridicidade.

Esta abordagem idealista do fenômeno jurídico redundava num “abismo intransponível” entre as categorias do *ser* e do *dever-ser*. “O ‘Tu deves’, concreto não pode ser fundamento senão com referência a um outro imperativo. Permanecendo dentro dos limites da lógica nós não podemos, a partir da necessidade, tirar conclusões acerca do Dever-Ser, e vice-versa” (PACHUKANIS, 1988, p.18). Pachukanis entende que, por meio desta operação epistemológica, transpõe-se a função legislativa ao domínio metajurídico, “restando a jurisprudência a pura esfera da normatividade: a tarefa desta jurisprudência limita-se então exclusivamente a ordenar, lógica e sistematicamente, os diferentes conteúdos normativos” (PACHUKANIS, 1988, p.18) ²².

O autor russo vai de encontro a esta concepção que ignora os movimentos da vida social e entende que “quando nos apresentam a relação jurídica como uma relação organizada e bem disciplinada, identificando deste modo o direito com a ordem jurídica, esquece-se de que, na realidade, a ordem nada mais é senão uma tendência e o resultado final (ainda por cima imperfeito), e nunca o ponto de partida e a condição da relação jurídica”

²² “A pureza metódica de Kelsen chega ao extremo de relegar para a dogmática jurídica a tarefa do estudo particular das diversas ordenações jurídicas vigentes” (WARAT, 1994, p. 135).

(PACHUKANIS,1988, p.91). Desta forma, “as categorias do direito não são resultado da reflexão lógica, mas sim produto de um real processo social” (REICH, 1984, p. 27).

Da mesma forma, o autor russo refuta que o caminho que vai das relações de produção a relação jurídica necessite de uma intermediação, em sentido estrito, da esfera política: o poder de Estado e suas normas. Pachukanis coloca que a gênese da forma jurídica é extra-estatal, pois basta que surja uma relação econômica de troca para que a relação jurídica por meio do contrato possa igualmente nascer. No entanto, como alguns gostam de imaginar, não desconsidera que o “poder político possa com a ajuda das leis, regular, modificar, determinar, concretizar da maneira mais diversa, a forma e o conteúdo do contrato jurídico”. Ressalta, ainda, que “a lei pode determinar, de forma bastante precisa, o que pode ser comprado e vendido, como também sob que condições e por quem” (PACHUKANIS,1988, p.54). Deste modo, Pachukanis não nega a real influência que possui o poder político na conformação do Direito, apenas constata a historicidade da forma jurídica e não toma uma de suas possíveis determinações por sua essência – não é o poder político e sua expressão normativa estatal que dão origem a forma jurídica, mas, em última instância, as relações de produção do capitalismo²³.

A forma jurídica, portanto, no pensamento pachukaniano, encontra sua expressão nas relações dos proprietários de mercadorias, sendo que seu momento predominante é desencadeado nas relações de produção. O que significa que a forma jurídica alcança sua plenitude de desenvolvimento num padrão de sociabilidade capitalista. Em tal sociedade mercantil, a mediação jurídica insere-se como um fator fundamental do circuito de trocas, pois o valor de troca somente se realiza mediante um ato jurídico – acordo de vontades

²³ “O acabamento formal de um sistema regulador desse tipo [direito] tem certamente uma relação de não-congruência com o material a ser regulado, embora seja seu reflexo; mas apesar disso, para poder exercer sua função reguladora, ele deve captar corretamente, no plano ideal e prático, alguns dos seus elementos efetivamente essenciais” (LUKÁCS, 1979, p.132).

equivalentes. Por isso, para Pachukanis, o direito constitui-se, sobretudo, em uma forma que reproduz equivalência.

O jurista russo ao pensar uma teoria marxista do direito tinha como seu norte “penetrar nos mistérios das formas sociais e reconduzir todas as relações humanas ao próprio homem”, superando as definições “clássicas” marxistas que revelam “o conteúdo de classe das formas jurídicas, mas não nos explicam a razão por que este conteúdo reveste semelhante forma” (PACHUKANIS, 1988, p.46).

Ao contrário da filosofia burguesa do direito, que eterniza a relação jurídica como uma forma de mediação social existente em todos os padrões de sociabilidade humana, Pachukanis foca sua abordagem na forma jurídica “decompondo-a” a partir das categorias jurídicas fundamentais – sujeito de direito, relação jurídica, norma jurídica, contrato, etc. –, entendidas no sentido proposto por *Marx na Introdução de 1857*: como formas de ser social.

Tal aproximação ontológica das categorias jurídicas permite a Pachukanis compreendê-las em sua historicidade – que enquanto totalidade constituem a forma jurídica – e, assim, visualizar igualmente sua transitoriedade. A emancipação à forma jurídica, portanto – entendida como contraface da forma mercantil –, não passa por uma ressignificação ou substituição das categorias burguesas por proletárias, mas pelo perecimento do momento jurídico nas relações humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERRONI, Umberto. **O pensamento jurídico soviético**. [s.l.]: Europa-America, 1976.

CORREAS, Oscar. **Kelsen y los Marxistas**. México D.F.: Ediciones Coyoacán, 1994.

EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976.

- GENRO, Tarso. Pensar o direito no socialismo. In: **Quatro ensaios marxistas**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KORSCH, Karl. A título de introdução. In: PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovitch. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. Coimbra: Centelha, 1977.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Viçosa: Editora UFV, 1999.
- MARX, Karl. **Contribuição à Critica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **O Capital: Volume I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo, Boitempo, 2000.
- PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovitch. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Academica, 1988.
- _____. The Soviet State and the Revolution in Law. In: **Soviet Legal Philosophy**. Cambridge: Harvard University Press, 1951.
- _____. **Economics and Legal Regulation (1929)**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/pachukanis/1929/xx/economics.htm#f5>>. Data de acesso: 15 de mar. de 2009.
- REICH, Norbert. Hans Kelsen y Evgeni Paschukanis. In: Instituto Hans Kelsen. **Teoría Pura del Derecho y Teoría Marxista del Derecho**. Bogotá: Temis, 1984.
- STUCKA, Petr Ivanovich. **Direito e Luta de Classes: teoria geral do direito**. São Paulo: Academica, 1998.
- STUTCHKA, Piotr. **Direito de Classe e Revolução Socialista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001.
- WARAT, Luis Alberto. **Introdução Geral ao Direito: a epistemologia jurídica da modernidade**. Vol. II. Porto Alegre: Fabris, 1995.

Moisés Alves Soares

Doutor em Direito do Estado (UFPR). Mestre em Teoria e Filosofia do Direito (UFSC). Professor integral do Curso de Direito da UNISOCIESC. Coordenador de Cursos de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Guilherme Guimbala. moisesoares@gmail.com

Regina Teresa Pinheiro da Silva

Mestranda em Direitos Fundamentais e Democracia pela UNIBRASIL. Especialista em Direito e Processo do Trabalho (CESUSC). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário UniSociesc e graduação em Gestão e Empreendedorismo (UFPR). Atualmente, é professora dos cursos de graduação da UniSociesc.

Recebido em 22 de junho de 2020.

Aceito em 29 de junho de 2020.

Surdos e terapia ocupacional: o que dizem as pesquisas?

Deaf people and occupational therapy: what do the researches say?

Jelson Budal Schmidt

Sabrina Luana Pereira

Josyane Kamilla Theilacker

Resumo: A Terapia Ocupacional tem por competência a reabilitação e a manutenção das atividades de vida diária, tendo por preceitos o atendimento a todos os que precisarem de seus recursos. Diante desta prerrogativa e identificando no Brasil uma população de 9,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva entende-se que todos devem ser atendidos sem distinção. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi conhecer a produção científica da Terapia Ocupacional a respeito da população surda. A pesquisa apresentou no texto os resultados, utilizando-se da revisão bibliográfica como base. Como resultado identificou-se que são poucos os artigos que abordam a pessoa com surdez no meio acadêmico e, em alguns casos, quando é feita menção a Libras encontramos esta como medida de peso ou a deficiência auditiva como critério de exclusão das pesquisas. Mesmo com legislação vigente acerca de Libras e do atendimento a pessoas surdas assegurado é perceptível que há um desconhecimento desta população por parte de grande parcela dos ouvintes. Assim, é necessário o entendimento da real necessidade do profissional de Terapia Ocupacional para apoio e manutenção da saúde deste paciente, o que nos permite concluir que, independente da demanda apresentada pela pessoa é importante que o Terapeuta Ocupacional compreenda este momento e possa dialogar mais com o paciente, a fim de que se entenda a dificuldade como sendo algo passageiro e a necessidade de trabalhar conjuntamente.

Palavras Chave: Terapia Ocupacional; Surdos; Atendimento.

Abstract: The Occupational Therapy has the competence to rehabilitate and keep activities of daily living, with the precept of serving everyone who needs their resources. Considering this prerogative and identifying in Brazil a population of 9.7 million people with hearing impairment, is defended that everyone should be served without distinction. So, the objective of the research was to know the scientific production of Occupational Therapy regarding the deaf population. The research was presented in the results, using the bibliographic review as base. As a result, it was identified that there are few articles that deal with the theme of the deaf person in the academic environment. In some cases when mention is made of Libras was found it as a measure of weight or the hearing loss as a criterion for exclusion in the researches. Even with the legislation in force about Libras and the assistance assured to deaf people, it's evident that there is a lack of knowledge of this population by a large portion of the hearing people. Thus, it is necessary to understand the real need of the

Occupational Therapy professional to support and maintain the health of this patient. This allows us to conclude that, regardless of the demand presented by the person, it is important that the professional understands this moment and can talk more with the patient, in order to understand the difficulty as something temporary and the need to work together.

Keywords: Occupational therapy; Deaf people; Attendance.

INTRODUÇÃO

O acesso de pessoas com deficiência nos mais diversos espaços é uma realidade. Seja no ambiente escolar, em lojas, mercados e outros mais, essa população está cada vez mais acessando produtos e serviços, muitas vezes, por legislação que garante sua entrada nestes espaços.

No Brasil há leis que amparam as pessoas surdas, no que tange ao atendimento a este público até o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras enquanto língua. Para o reconhecimento de Libras foi criada a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que formaliza esta língua enquanto comunicação formal da comunidade surda. Esta lei ainda esclarece que a “pessoa surda é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais” (BRASIL, 2002).

Ainda sobre a legislação pertinente à Libras temos o decreto 5626 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que contempla Libras nos cursos de formação de professores, nos cursos de fonoaudiologia e no magistério. O decreto, também, relata sobre outros aspectos em relação a esta língua, como o atendimento ao público surdo nas áreas de saúde e educação, o que envolve o Terapeuta Ocupacional.

A obrigatoriedade do atendimento ao surdo em sua língua materna é definida oficialmente após o decreto de 2005, abordando sobre o direito de acesso do surdo a escolas e a serviços de saúde, bem como em espaços públicos em geral, acesso este devendo ser realizado em Libras (BRASIL, 2005).

O abordado até o momento nos remete a necessidade dos profissionais conhecerem Libras, principalmente os profissionais formados após o ano de

2015, quando o decreto passa a valer para todos os cursos de licenciatura, fonoaudiologia e magistério. Até esta data não eram todos os cursos superiores ofertavam a disciplina de Libras.

Não sendo possível esta comunicação direta entre surdos e ouvintes, a legislação garante este acesso em função do reconhecimento do intérprete de Libras, profissão esta reconhecida também (BRASIL, 2010). Vale ressaltar que a formalização da profissão do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras não substitui a necessidade de profissionais saberem Libras para se comunicarem com seus pacientes.

Esta legislação tenta dar conta da demanda em relação a quantidade de surdos que podem acessar os serviços de saúde, pois há no Brasil cerca de 9,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, o que envolve pessoas que utilizam aparelho auditivo e usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Deste total, identifica-se 2.147.366 milhões de pessoas com deficiência auditiva severa, o que envolve apenas Libras para realizar comunicação (BRASIL, 2017).

Denomina-se surdez a diminuição da capacidade de percepção normal de sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum (BRASIL, 2005). Embora clinicamente define-se uma pessoa que não ouve como Deficiente Auditivo – DA, a comunidade surda em grande parte não se sente representada por essa conotação, uma vez que remete a perdas auditivas parciais.

Ao abordar a Terapia Ocupacional neste trabalho, faz-se necessário conceituar esta profissão e a quem se destina, facilitando a compreensão do leitor em relação a esta atividade profissional, como exposto a seguir pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO, sendo uma profissão de nível superior voltada à prevenção e ao tratamento de pessoas com alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos e/ou de doenças adquiridas (COFFITO, 2020a).

Refletindo sobre o conceito desta profissão, entende-se que a Terapia Ocupacional ultrapassa o conceito citado e se refere a toda ocupação, seja ela

formal ou não formal, tratando o sujeito em sua totalidade, ofertando seus serviços para a manutenção das atividades da vida diária.

Com o intuito de proporcionar, a este profissional, especialização dentro de sua carreira, o COFFITO (2020b) reconhece as seguintes especialidades: a) Terapia Ocupacional em Acupuntura; b) Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares; c) Terapia Ocupacional em Contextos Sociais; d) Terapia Ocupacional no Contexto Escolar; e) Terapia Ocupacional em Gerontologia; f) Terapia Ocupacional em Saúde da Família e g) Terapia Ocupacional em Saúde Mental.

Como visto até o momento, são diversos os campos de atuação em que este profissional pode atuar e neste sentido este trabalho tem por objetivo conhecer a produção científica da Terapia Ocupacional a respeito da população surda. Será apresentado a seguir os procedimentos para o encontro destas informações.

Pensando no Terapeuta Ocupacional enquanto profissional que compõe o sistema de saúde nos diferentes níveis de atenção, percebe-se grande importância em ter profissionais que atendam a comunidade surda por meio da língua de sinais, já que atua no processo de inclusão social. Esta situação contribui para tornar o surdo independente e autônomo.

Sabendo que atividades sociais favorecem a sobrevivência, deve ser proporcionado à comunidade surda a relação de comunicação, podendo desenvolver e adquirir maior conhecimento da sociedade, oportunizando a restauração da saúde, que abrange estado psicológico, físico, social e espiritual.

O atendimento em Libras ou com o mínimo de comunicação que seja torna ao paciente surdo um momento acolhedor. Mesmo a Língua Brasileira de Sinais – Libras não sendo utilizada de forma fluente, esta auxilia na comunicação e proporciona ao paciente um amparo e tranquilidade, já que o as demandas de assistência à saúde podem parecer assustadoras, mas de alguma forma isto é amenizado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa que intenciona investigar acerca da Terapia Ocupacional e sua relação com os surdos. Neste sentido, Minayo (2015, p. 16) relata que “toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta [...] se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais”. Desta maneira, busca-se aqui conhecer sobre os surdos e Terapia Ocupacional, respondendo à pergunta: o que dizem as pesquisas sobre tal temática?

Para encontrar a resposta para esta pergunta este trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, definida por Severino (2016, p. 131) como “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc”. Este autor ainda complementa que “utiliza-se de dados ou categorias teorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. Desta maneira estes materiais tornam-se fonte para pesquisa.

Corroborando com o que diz Severino, Marconi e Lakatos (2016, p. 166) relatam que “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc”. Nesta linha, ainda relatam que “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicados, quer gravadas”.

Habitualmente é definido um período específico para procura de artigos relacionados a temática na qual nos propomos a pesquisar. No caso desta pesquisa de revisão optamos por abranger o que as bases de dados têm a nos oferecer, não delimitando um período exato.

Para atender aos objetivos desta pesquisa foram consultados portais de periódicos relacionados a surdos e Terapia Ocupacional, sendo estes: “Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional”, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo -

USP; Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO e para abranger outra base que não seja específica da Terapia Ocupacional consultamos também o periódico *Scientific Electronic Library Online* - SCIELO.

Para a busca ser direcionada à temática desta pesquisa foram inseridos os seguintes termos: “surdo (s)”, “Libras”, quando não encontrado artigos com estas palavras-chave ampliou-se o termo utilizando também “deficiência auditiva”. Acredita-se que os surdos não devem ser estigmatizados como deficientes, mas em decorrência da busca por pesquisas com a temática aqui apresentada optamos também por utilizar este termo.

Nas bases de dados anteriormente citadas foram encontrados artigos quando inseridas as palavras chave para busca, com exceção de duas bases. Na REVISBRATO, quando inserida as palavras chave para busca de artigos não se obteve retorno. Atribui-se ao recente lançamento desta revista ao fato de não encontrarmos artigos com esta temática, sendo que esta iniciou suas atividades no ano de 2015. Da mesma maneira, aplicando-se os mesmos descritores na base de dados Scielo também não houve retorno para a temática aqui estudada. Desta maneira, a seguir apresentamos os que encontramos nas bases de dados UFSCAR e USP.

APRESENTANDO OS ARTIGOS NA BASE DE DADOS UFSCAR

No Periódico “Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional”, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, com o descritor “surdo (s)” e “Libras”, foi encontrado apenas um artigo. Este de autoria de Oliveira e Pôrto (2014), com o título “Comunicação entre acadêmicos surdos e ouvintes na mediação da aprendizagem no ensino superior”. Este artigo teve por objetivo identificar as formas de comunicação utilizadas entre acadêmicos surdos e ouvintes, verificando como essas podem interferir no processo de aprendizagem. O estudo, de natureza qualitativa, utilizou o espaço de uma universidade particular no município de Fortaleza, Ceará, sendo realizado no

período de fevereiro a abril de 2009. Foram efetivadas entrevistas semiestruturadas com três acadêmicos surdos, três professores, três intérpretes e três acadêmicos ouvintes.

Já para o termo “surdez” aparecem dois artigos, porém os sujeitos da pesquisa de ambos não contemplam a temática deste levantamento, sendo o público de estudo do primeiro artigo nomeado “O brincar para o desenvolvimento do esquema corporal, orientação espacial e temporal: análise de uma intervenção”, das autoras Campos et al (2017), uma criança com atraso no desenvolvimento do esquema corporal, da orientação espacial e da orientação temporal, sendo a idade desta criança quatro anos. Em função da metodologia do estudo abordar o termo “deficiência auditiva”, nos foi apresentado este artigo na busca, porém quando analisamos o trabalho descobriu-se que este foi um dos critérios de exclusão para seleção do público da pesquisa.

O segundo artigo é das mesmas autoras que o primeiro (Campos et al, 2017), porém agora nomeado “Análise de uma intervenção dirigida ao desenvolvimento da coordenação motora fina, global e do equilíbrio”, sendo a pesquisa desenvolvida com o mesmo sujeito, utilizando assim o mesmo critério de exclusão.

Utilizou-se, também, o descritor “deficiente auditivo”, mas sem retorno. Quando digitado a palavra-chave “deficiência auditiva” encontramos dois artigos. O primeiro intitulado “Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia: uma visão interdisciplinar na múltipla deficiência”, das autoras Rey e Ferreira (2000). A pesquisa demonstrou a importância da interdisciplinaridade na facilitação do explorar da criança portadora de múltipla deficiência (paralisia cerebral e deficiência auditiva), favorecendo a evolução do processo cognitivo, linguístico e psicossocial.

O artigo de Rey e Ferreira (2000) evidenciou pontos importantes, desde a causa da patologia, até o processo de reabilitação do paciente. Nesta pesquisa a deficiência trabalhada foi a paralisia cerebral atetóide, consequência da intoxicação aguda por bilirrubina na fase de recém-nascido, causando sequelas graves no Sistema Nervoso Central - SNC (alterações motoras, intelectuais,

oculares e auditivas), deste modo a privação da deficiência auditiva vai muito além das dificuldades da fala, linguagem e comunicação, até mesmo na parte social.

O segundo artigo é de autoria de Marins e Palhares (2007), com o título “Educação Inclusiva: relato de uma experiência a partir da visão dos gestores municipais”. Este artigo examina o processo que levou à implementação bem-sucedida de programas inclusivos em uma comunidade escolar nos anos de 2001 a 2004, do ponto de vista gerencial.

Todas as necessidades especiais foram consideradas: deficiência física, deficiência mental, sensorial, incapacidade, deficiências múltiplas, comportamento típico e alta capacidade. O trabalho realizado por Marins e Palhares (2007) teve como objetivo sugerir um modelo de implementação de escola inclusiva, possibilitar a crítica dos pares, e gerar ações fortalecedoras de políticas públicas na área da educação especial no município.

O artigo de Marins e Palhares (2007) aborda várias deficiências que são contempladas dentro da escola inclusiva conforme a Declaração de Salamanca, dentre elas a deficiência auditiva, porém o artigo não fala especificamente sobre a deficiência auditiva, mas sobre vários outros aspectos entre a escola inclusiva, professores, comunidade e alunos. A seguir apresenta-se tabela síntese para melhor visualização dos artigos encontrados nessa base de dados.

Quadro 1 – Síntese de levantamento na base de dados UFSCAR

| Título | Autor (a) e ano |
|---|---|
| Comunicação entre acadêmicos surdos e ouvintes na mediação da aprendizagem no ensino superior | Krysne Kelly de França Oliveira e Chrystiane Maria Veras Pôrto (2014) |
| O brincar para o desenvolvimento do esquema corporal, orientação espacial e temporal: análise de uma intervenção. | Sara Domiciano Franco de Campos, Mirela de Oliveira Figueiredo, Sheila Maria Mazer-Gonçalves, Elisandra dos Santos, Leticia Carrillo Marones (2017) |
| Análise de uma intervenção dirigida ao desenvolvimento da coordenação motora fina, global e do equilíbrio. | Letícia Carrillo Maronesi, Mirela de Oliveira Figueiredo, Elisandra dos Santos, Sheila Maria Mazer Gonçalves, Sara Domiciano Franco de Campos |
| Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia: uma visão interdisciplinar na múltipla deficiência | Bruneta Rey, Claudia L. Ferreira (2000) |
| Educação inclusiva: relato de uma experiência a partir da visão dos gestores municipais. | Simone Cristina Fanhani Marins, Marina Silveira Palhares (2007) |

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Importante destacar as informações na base de dados UFSCAR, onde um estudo contempla a valorização do uso com a utilização da Libras, além do intérprete de Libras, profissional que auxilia na comunicação da pessoa surda. Bem como os dados apresentados em busca na USP, onde se percebe a necessidade de recursos tecnológicos assistiva para a comunicação, não se estabelecendo a comunicação através da Libras.

APRESENTANDO OS DADOS ENCONTRADOS NA BASE USP

Os procedimentos para busca nas bases de dados deram-se da mesma forma que na outra plataforma. Quando inserido o termo “Libras” retornaram 3 (três) artigos. O primeiro com o título “Tecnologia assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência”, de autoria de Santos (2017) et. al. Esta pesquisa teve por objetivo relacionar qualidade de vida e o uso de tecnologias assistivas de pessoas com deficiência. No caso de surdos evidenciou-se o uso de aparelho auditivo e de Libras, mesmo sendo oralizadas. Este trabalho concluiu que a tecnologia assistiva está relacionada à qualidade de vida de pessoas com deficiência ao facilitar e possibilitar a realização das atividades, promovendo autonomia e independência. Gerando efeitos positivos individuais e sociais.

O segundo artigo encontrado na base de dados da USP tem o título “O efeito da órtese curta para rizartrose na força de prensão e força de pinça: estudo de caso único”, das autoras Larissa Keli de Sousa, Alessandra Prado Rezende, Adriana Maria Valladão Novais Van Petten, publicado em 2015. Porém, este trabalho retornou quando inserido o termo Libras, remetendo a Língua Brasileira de Sinais e realizando a leitura do trabalho percebe-se que este termo aparece no artigo quando se refere a medidas de peso.

Para o último artigo encontrado com o descritor “Libras” temos o documento “Percepção do usuário de comunicação suplementar e alternativa e de seus interlocutores sobre o uso dos sistemas gráficos” de Maria Madalena Moraes Sant'Anna, Débora Deliberato, Aila Narene Dahwache Criado Rocha, público de 2016. Seu objetivo foi descrever o histórico de uso da comunicação suplementar e alternativa de uma usuária, identificando a sua percepção e de seus interlocutores sobre os meios de comunicação utilizados. Neste trabalho aparece referência à Libras em decorrência da participante utilizar em alguns momentos sinais, mas sendo algo pontual.

Para o termo “surdos” obteve-se retorno de um artigo com o título “Estrutura da prática da terapia ocupacional: domínio & processo”, em sua terceira edição, que foi traduzido por uma comissão integrante da Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, realizado em 2015. Neste documento, no que tange o gerenciamento de comunicação, sugere-se “dispositivos para comunicação com surdos” (AOTA, 2015, p. 20).

Percebe-se que são poucos os trabalhos com a temática surdos e terapia ocupacional e destes o surdo não é objeto de estudo, sendo inclusive utilizado como critério de exclusão em alguns trabalhos. Para facilitar a visualização dos artigos encontrados, apresenta-se a seguir quadro síntese.

Quadro 2 – Síntese dos artigos encontrados na base de dados da USP

| Título | Autores e ano |
|--------|---------------|
|--------|---------------|

| | |
|--|---|
| Tecnologia assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência | Renata Ferreira dos Santos, Priscila Yukari Sewo Sampaio, Ricardo Aurélio Carvalho Sampaio, Gustavo Luis Gutierrez, Marco Antonio Bettine de Almeida (2017) |
| O efeito da órtese curta para rizartrose na força de prensão e força de pinça: estudo de caso único | Larissa Keli de Sousa, Alessandra Prado Rezende, Adriana Maria Valladão Novais Van Petten (2015) |
| Percepção do usuário de comunicação suplementar e alternativa e de seus interlocutores sobre o uso dos sistemas gráficos | Maria Madalena Moraes Sant'Anna, Débora Deliberato, Aila Narene Dahwache Criado Rocha (2016) |
| Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo - 3ª ed. traduzida | AOTA - <i>American Occupational Therapy Association</i> (tradução Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 2015). |

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Percebe-se que na base de dados da USP os artigos são mais recentes, pois datam do ano de 2015 até os dias atuais. O que vem ao encontro das legislações apresentadas, pois a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de graduação é efetiva a partir de 2015, pois as instituições tinham 10 anos para se adequar. Apresentados os artigos, no próximo tópico busca-se tecer comentários acerca das considerações finais desenvolvidas ao longo da produção acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa percebe-se que o surdo não é alvo de pesquisas no cenário acadêmico. Com exceção da comunicação, este sujeito não apresenta um atendimento de maneira diferenciada em função da surdez, ou seja, o Terapeuta Ocupacional irá realizar os procedimentos necessários para sua avaliação e plano de tratamento da mesma forma que faria com o ouvinte. Em relação à comunicação, a legislação determina que esta deve ser realizada na língua materna do surdo, ou seja, feita em Libras, pois também é reconhecida.

Dos trabalhos encontrados, alguns abordam o termo “Libras” referindo-se a pesos e medidas (apresentado em 1 artigo), enquanto outros abordam o surdo como “deficiente auditivo” sendo este utilizado como critério de exclusão de suas pesquisas (ocorrido em 2 artigos).

Outro artigo aborda a temática Libras em função da participante da pesquisa realizar alguns sinais durante o período de coleta de dados, porém estes sinais foram esporádicos, utilizando-se movimentos com a cabeça para sim e não e alguns outros de fácil entendimento.

Salienta-se que na base de dados UFSCAR, apenas um trabalho contemplava a temática desta pesquisa de forma a valorizar o surdo utilizando sua língua e também o profissional intérprete, auxiliando o surdo na comunicação.

Para os artigos encontrados na base de dados da USP, salienta-se que foi utilizado recursos de tecnologia assistiva para comunicação, não sendo feito uso de sinais para comunicação. Este dado vai ao encontro do que recomenda a Associação Americana de Terapia Ocupacional (do original em inglês AOTA – *American Occupational Therapy Association*, 2015), sendo esta referência para estes profissionais, pois como visto anteriormente um dos documentos criados por esta associação relata que a comunicação é feita por dispositivos de telecomunicações, não citando a Língua de Sinais como possibilidade de comunicação, pois se sabe que no território norte americano utiliza-se a *American Sign Language – ASL*, ou seja, a Língua Americana de Sinais.

Infere-se, diante do exposto até o momento, que há um longo percurso ainda a percorrer para a comunidade surda, no sentido de popularizar e valorizar sua língua de forma que esta passe a ser utilizada de maneira a valorizar seus usuários, contemplando e respeitando o que apresenta a legislação vigente.

Mas, pode-se afirmar que o objetivo geral da produção científica, o qual era conhecer o que as bases de dados UFSCAR, USP, REVISBRATO e Scielo trazem sobre a atuação da terapia ocupacional e as pessoas surdas foi alcançado. Isto, pois, podemos afirmar que a inclusão do surdo na busca pelo profissional da terapia ocupacional se objetiva pela necessidade da comunicação, posto sua dificuldade aos poucos sofre diminuição a partir do instante em que se conhece a cultura do surdo associado aos mecanismos de interação em sociedade.

Entende-se que a busca do surdo pelo Terapeuta Ocupacional encontra desafio quando se trata da comunicação, mas isto não deve ser maior do que a necessidade desta pessoa pelo atendimento deste profissional. O distanciamento existente entre profissional e usuário do serviço diminui no momento em que o contato é feito e alguma comunicação é estabelecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AOTA - American Occupational Therapy Association, A. (2015). Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo – 3. ed.

traduzida. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, 26 (esp), 1-49. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/97496/96423>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Inclusão**: apesar de avanços, surdos ainda enfrentam barreiras de acessibilidade. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/apesar-de-avancos-surdos-ainda-enfrentam-barreiras-de-acessibilidade>. Acesso em 17 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, 02 set. 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CAMPOS, Sara Domiciano Franco de et al. O brincar para o desenvolvimento do esquema corporal, orientação espacial e temporal: análise de uma intervenção. **Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos**, v. 25, n. 2, p.275 – 285, 2017. Disponível em:

<<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/artic le/view/996/843>>. Acesso em: 21 set. 2018.

CAMPOS, Sara Domiciano Franco de et al. Análise de uma intervenção dirigida ao desenvolvimento da coordenação motora fina, global e do equilíbrio. **Cad. Bras. Ter. Ocup. São Carlos**, v. 23, n. 2, p. 273 – 284, 2015.

Disponível em:

<<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/artic le/view/995/608>>. Acesso em: 21 set. 2018.

COFFITO – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Definição de Terapia Ocupacional**. 2020a. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3382>. Acesso em: 26 jun. 2020.

COFFITO - Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Especialidades**. 2020b. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3386>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARINS, Simone; PALHARES, Maria. Educação Inclusiva: Relato de uma experiência a partir da visão dos gestores municipais. **Cad. Bras. Terap. Ocup.**, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 69 – 89, 2007. Disponível em: <

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/artic le/view/155>> Acesso em: 21 set. 2018

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Krysne Kelly de França; PÔRTO, Chrystiane Maria Veras.

Comunicação entre acadêmicos surdos e ouvintes na mediação da aprendizagem no ensino superior. **Caderno Terapia Ocupacional UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 335-345, 2014. Disponível

em:<<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/a rticle/view/1067>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

REY, Bruneta; FERREIRA, L. Cláudia. Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia: uma visão interdisciplinar na múltipla deficiência. **Cad. Bras. Terap. Ocup., São Carlos**, v.

8, n. 2, p. 94 – 102, 2000. Disponível em:

<<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/artic le/view/995/608>>. Acesso em: 21 set. 2018.

SANT'ANNA, M.; DELIBERATO, D.; ROCHA, A. Percepção do usuário de comunicação suplementar e alternativa e de seus interlocutores sobre o uso dos sistemas gráficos. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 322-328, 30 dez. 2016. Disponível em: <

<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/90751>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SANTOS, Renata Ferreira dos. et. al. Tecnologia assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**. 2017 jan./abr.; 28 (1): 54-62. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/107567/129256>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUSA, L.; REZENDE, A.; VAN PETTEN, A. O efeito da órtese curta para rizartrose na força de preensão e força de pinça: estudo de caso único. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p.

250-257, 4 set. 2015. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/83863>>. Acesso em: 30 set. 2018.

Jelson Budal Schmidt

Mestre em Educação, pós-graduado em Libras, pós-graduado em Educação Especial Inclusiva, graduado em Educação Física (bacharelado e licenciatura). Docente da Faculdade Guilherme Guimbala e Centro Universitário IELUSC. jelson.schmidt@fgg.edu.br

Sabrina Luana Pereira

Mestre em saúde mental e atenção psicossocial, Especialista em Saúde Mental e Dependência Química e Graduada em Terapia Ocupacional. Docente da Faculdade Guilherme Guimbala. sabrina.pereira@fgg.edu.br

Josyane Kamilla Theilacker

Graduada em Terapia Ocupacional pela Faculdade Guilherme Guimbala. josyanekt@yahoo.com.br

Recebido em 22 de junho de 2020.

Aceito em 29 de junho de 202

